

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO

RÔMULO DE JESUS FARIAS BRITO

**O CETRO E A MALA: AS NARRATIVAS DE RAPHAEL BORDALLO  
PINHEIRO, EÇA DE QUEIROZ E RAMALHO ORTIGÃO SOBRE A  
PRIMEIRA VIAGEM DE D.PEDRO II À EUROPA**

Porto Alegre  
2013

RÔMULO DE JESUS FARIAS BRITO

**O CETRO E A MALA: AS NARRATIVAS DE RAPHAEL BORDALLO PINHEIRO,  
EÇA DE QUEIROZ E RAMALHO ORTIGÃO SOBRE A PRIMEIRA VIAGEM DE  
D.PEDRO II À EUROPA**

Dissertação apresentada como requisito final para a  
obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-  
Graduação de História da Pontifícia Universidade  
Católica do Rio Grande do Sul

ORIENTADOR: DR. MARÇAL DE MENEZES PAREDES

Porto Alegre  
2013

B862c Brito, Rômulo de Jesus Farias  
O cetro e a mala: as narrativas de Raphael Bordallo Pinheiro, Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão sobre a primeira viagem de D.Pedro II à Europa / Rômulo de Jesus Farias Brito. – Porto Alegre, 2013.  
167 f.

Diss. (Mestrado) – Faculdade de História, PUCRS.  
Orientador: Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes.

1. Portugal - História. 2. Relações Luso-Brasileiras. 3. Literatura Portuguesa – Crítica e Interpretação. 4. Escritores Portugueses – Crítica e Interpretação. I. Paredes, Marçal de Menezes. II. Título.

CDD 946.9

**Ficha Catalográfica elaborada por Loiva Duarte Novak – CRB10/2079**

RÔMULO DE JESUS FARIAS BRITO

**O CETRO E A MALA: AS NARRATIVAS DE RAPHAEL BORDALLO PINHEIRO,  
EÇA DE QUEIROZ E RAMALHO ORTIGÃO SOBRE A PRIMEIRA VIAGEM DE  
D.PEDRO II À EUROPA**

Dissertação apresentada como requisito final para a  
obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-  
Graduação de História da Pontifícia Universidade  
Católica do Rio Grande do Sul

Aprovada em: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes (Orientador) – PUC-RS

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ruth Maria Chittó Gauer – PUC-RS

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Giselle Martins Venâncio – UFF

Porto Alegre  
2013

Aos meus pais, Brito e Helena, pelo homem e profissional que sou hoje.

A Ana Paula e minha filha Alice, pelo cuidado, amor e inúmeras alegrias proporcionadas nos últimos anos, sem os quais jamais teria concluído esta pesquisa.

## AGRADECIMENTOS

Ao Professor Marçal de Menezes Paredes, pela fundamental orientação nesta pesquisa. As inúmeras reuniões, leituras conjuntas e indicações bibliográficas foram essenciais em vários pontos deste trabalho, indo da delimitação do tema aos questionamentos sobre a construção da identidade nacional portuguesa. Sou grato pelos grandes ensinamentos acerca da pesquisa e de Portugal.

À Professora Ruth Maria Chittó Gauer, pelo acolhimento neste Programa de Pós-Graduação, pelas orientações iniciais e pela grande influência que teve sobre as reflexões presentes neste trabalho. As primeiras inquietações geradas por seus escritos me conduziram a este Programa de Pós Graduação.

À Professora Giselle Martins Venâncio, pelas primeiras orientações na graduação e por ter me apresentado ao caricaturista português que deu início a esta pesquisa ainda em 2008, colocando as relações entre Portugal e Brasil no centro de minhas preocupações acadêmicas.

A todos os professores do Programa de Pós Graduação em História da PUC-RS, em especial a Charles Monteiro, Maria Lúcia Bastos Kern, Jurandir Malerba, Helder Silveira e Luís Carlos Martins. As disciplinas ministradas e indicações bibliográficas enriqueceram meu conhecimento acerca das imagens e cultura visual, da historiografia e da imprensa, sendo de grande importância para esta e futuras pesquisas.

Aos colegas do Mestrado, em especial a Camila Eberhardt, José Augusto Miranda e Vanessi Reis, pelas incertezas de “calouros” compartilhadas, pelas conversas nos corredores e, em suma, pela companhia que tornaram a trajetória inicial no PPGH–PUC-RS e em Porto Alegre mais acolhedora.

À Carla Carvalho, pela prestatividade, eficiência e simpatia com que me atendeu em minhas dúvidas e solucionou meus problemas durante vários momentos deste Mestrado.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), pelo financiamento desta pesquisa.

Aos professores do Curso de História da Universidade Federal do Maranhão, com uma gratidão especial a Regina Faria, Marize Campos, João Batista Bittencourt, Dorval do Nascimento, Wagner Cabral, Antônia Mota, Flávio Soares e Washington Tourinho, pelos ensinamentos que forneceram a base de minha formação como historiador e pelo incentivo no seguimento de minha carreira acadêmica.

A todos os companheiros da graduação, especialmente a Ellen, Leina, Raphysa e Vítor, com quem construí sólidas amizades.

À família, que é a base de tudo.

Aos tios José Brito (que me ensinou o que era uma narrativa picaresca), Herminho, Maria e ao primo Ramon Farias, que deixaram nossa companhia nos últimos dois anos e agora vivem em nossas memórias e corações.

Ao meu irmão e compadre Edmar, pelos laços que vão além da relação sanguínea e que lares e fases distintas da vida não separam, além de ter trazido ao mundo meus sobrinhos Arthur Kalil e Thiago.

Aos meus tios maternos, Nilton, Elenise, Wilson, Elenilde, Kiki, Luís, e paternos, Arlete, Henriqueta, Sérgio (in memorian) e Edemar (in memorian), por terem possibilitado a mim um harmonioso ambiente familiar para meu desenvolvimento, com cuidados, conselhos e puxões-de-orelha quando necessário.

Aos meus primos, Juliana, Gabriel, Cláudia, Carla, Neto, Wellington, Bete, Cleidiara, Talita, Sérgio, Mateus, Isadora, Davi, Lucas, Raquel, Arthur e Mateus, que convergem as diferentes temporalidades de suas vidas em meus melhores momentos na infância, adolescência e fase adulta.

Ao meu “primão” Mayrhone, pelo companheirismo que vai desde os primeiros dias de nascimento até as discussões acadêmicas e profissionais no presente. Agora como mestrando e futuro doutorando em Educação Física, tal parceria e irmandade em vários momentos da vida se consolida mais do que nunca.

Aos meus pais, Brito e Helena, por incontáveis coisas que nem uma coletânea de livros poderiam abarcar. Vocês me trouxeram à vida, me deram educação, forneceram todas as condições afetivas e materiais para meu desenvolvimento e suportaram a distância nos últimos anos. Em vários momentos choraram e sorriram comigo. Se sacrificaram diariamente na árdua, mas gratificante tarefa de criar um filho neste mundo, sem nunca demonstrar qualquer hesitação ou arrependimento. Vocês me ensinaram a ser um homem e um pai. Como se tudo isso não fosse o bastante, vocês cuidam de minha filha com o mesmo amor e carinho que cuidaram de mim. Vocês são e sempre serão fundamentais em minha vida. Os amo acima de tudo.

À minha filha, Alice, que nasceu e cresceu junto a esta pesquisa. Nos momentos de tristeza e desânimo dos últimos dois anos, olhar sua felicidade dançando, brincando e aprendendo algo novo a cada dia fazia tudo valer a pena.

À Ana Paula. Você é responsável por ter me dado a joia mais preciosa de minha vida, nossa filha Alice. Você colocou a PUC-RS em minha trajetória acadêmica e tornou Porto Alegre meu segundo lar. Você cuidou de mim e de vários aspectos de minha vida nos últimos anos, muitas vezes se sacrificando para que eu pudesse me envolver em minhas atividades acadêmicas. Me ensinastes coisas que levarei para toda vida. Sem você, jamais teria finalizado este trabalho. Independentemente dos caminhos que trilharmos, terá meu amor e minha gratidão eternamente!

Aos que, por alguma armadilha da memória, não figuram nas linhas anteriores, peço desculpas e espero ter a oportunidade de citar seus nomes em inúmeros outros trabalhos.

A todos aqueles que contribuíram de alguma forma para este trabalho e fazem parte da minha vida, muito obrigado por tudo!

*A nova geração frequenta os escritores da ciência; não há aí poeta digno desse nome que não converse um pouco, ao menos, com os naturalistas e filósofos modernos. Devem, todavia, acautelar-se de um mal: o pedantismo. Geralmente, a mocidade, sobretudo a mocidade de um tempo de renovação científica e literária, não tem outra preocupação mais do que mostrar às outras gentes que há uma porção de coisas que estas ignoram; e daí vem que os nomes ainda frescos na memória, a terminologia apanhada pela rama, são logo transferidos ao papel, e quanto mais crespos forem os nomes e as palavras, tanto melhor. Digo aos moços que a verdadeira ciência não é a que se incrusta para ornato, mas a que se assimila para nutrição; e que o modo eficaz de mostrar que se possui um processo científico, não é proclamá-lo a todos os instantes, mas aplicá-lo oportunamente.*



## RESUMO

A presente pesquisa realiza um estudo de duas obras portuguesas produzidas em 1872 sobre a primeira viagem do Imperador brasileiro D. Pedro II à Europa. Através da análise do álbum de caricaturas *Apontamentos de Raphael Bordallo Pinheiro sobre a picaresca viagem do Imperador de Rasilb pela Europa*, de Raphael Bordallo Pinheiro, e da edição de fevereiro da publicação *As Farpas*, escrita por Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, busca-se compreender a forma como a construção destas narrativas se integra à problematização sobre Portugal ao final do século XIX. A ida do monarca brasileiro ao continente europeu e a produção destas obras se deram em um momento de reflexão por parte de alguns intelectuais portugueses, conhecidos como “geração de 70”, acerca da sociedade e identidade portuguesa. Partindo da hipótese de que estas narrativas possuem uma relação direta com o questionamento realizado por estes indivíduos sobre seu país, a pesquisa divide-se em dois eixos. O primeiro tentará compreender a cosmovisão dos intelectuais da “geração de 70”, na qual os autores se inserem, a partir da interpretação de textos produzidos por ocasião da Questão Coimbrã (1865-1866) e das Conferências do Casino (1871). O segundo analisará as representações acerca da figura do Imperador e da sociedade portuguesa em ambas as obras, realizando, para tanto, um diálogo entre as duas fontes, compreendendo as convergências e peculiaridades de cada narrativa.

**Palavras-Chave:** História de Portugal; Geração de 70; D. Pedro II; Relações luso-brasileiras.

## ABSTRACT

The present research conducts a study of two portuguese publications produced in 1872 about the first travel of the Brazilian Emperor Dom Pedro II in Europe. Through the analysis of the caricatures album *Apontamentos de Raphael Bordallo Pinheiro sobre a picaresca viagem do Imperador de Rasilb pela Europ*, from Raphael Bordallo Pinheiro, and the february issue of *As Farpas*, written by Eça de Queiroz and Ramalho Ortigão, it seeks to understand how the construction of these narratives are part of the questioning about Portugal at the end of the nineteenth century. The monarch's travel to the european continent and the Brazilian production of these works took place in a moment of reflection by some portuguese intellectuals, known as "geração de 70" (1870's generation), about society and portuguese identity. Assuming that these narratives have a direct connection with the interrogation conducted by these individuals about their country, the research is divided into two main. The first attempts to understand the worldview of the intellectuals from the "geração de 70", in which the authors belong, from the interpretation of texts produced during the "Questão Coimbrã" (1865-1866) and the "Conferências do Casino" (1871). The second will examine the representations of the Emperor's figure and portuguese society in both works, performing, therefore, a dialogue between the two sources, comprising the convergences and peculiarities of each narrative.

**Keywords:** History of Portugal; 1870's Generation; D.Pedro II; Luso-brazilian relations.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> - As Conferências do Casino em <i>A Berlinda</i> .....	59
<b>Figura 2</b> – A introdução de uma picaresca viagem .....	71
<b>Figura 3</b> – Arrumando as malas imperiais.....	73
<b>Figura 4</b> – A indumentária do “monarca-cidadão” .....	76
<b>Figura 5</b> – Entre a Alemanha e a França .....	82
<b>Figura 6</b> – Contradições na Inglaterra .....	83
<b>Figura 7</b> – Os dois Imperadores .....	85
<b>Figura 8</b> – Leituras preparatórias.....	90
<b>Figura 9</b> – O sábio e o papagaio .....	92
<b>Figura 10</b> – O monarca e a “questão religiosa” .....	95
<b>Figura 11</b> – O “diário” do Imperador .....	97
<b>Figura 12</b> – Em “Vale de Andorra Junior” .....	107
<b>Figura 13</b> – Degustando uma comida nacional portuguesa.....	111
<b>Figura 14</b> – Mudanças para a recepção .....	117
<b>Figura 15</b> – Estátuas portuguesas, símbolos brasileiros .....	119
<b>Figura 16</b> – A arte portuguesa deixa seu túmulo.....	121
<b>Figura 17</b> – Sessões em “instituições científicas” de Portugal.....	122
<b>Figura 18</b> – Encontros com Antônio Feliciano de Castilho .....	125

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1 PORTUGAL ENQUANTO PROBLEMA NO SÉCULO XIX</b> .....	24
1.1 A DECADÊNCIA COMO DIAGNÓSTICO SOBRE PORTUGAL.....	27
1.2 A “GERAÇÃO NOVA” E A PROBLEMATIZAÇÃO SOBRE PORTUGAL	35
1.2.1 A Questão Coimbrã .....	37
1.2.2 As Conferências do Casino .....	48
<b>2 AS IMAGENS DE UM IMPERIAL VIAJANTE</b> .....	65
2.1 AS DUAS FACES DE D.PEDRO II.....	68
2.2 UM “SÁBIO” MONARCA.....	88
<b>3 EM PORTUGAL, ENTRE PORTUGUESES</b> .....	103
3.1 TRAÇOS DE UMA NAÇÃO EM DECADÊNCIA .....	105
3.2 A RECEPÇÃO PORTUGUESA AO ILUSTRE VIAJANTE .....	116
3.3 O “BRASILEIRO”: UM TIPO PORTUGUÊS .....	131
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	145
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA</b> .....	149
<b>ANEXO I</b> – Apontamentos de Raphael Bordallo Pinheiro sobre a picaresca viagem do Imperador de Rasilb pela Europa – 1872, 2º Edição.....	153

## INTRODUÇÃO

Uma embarcação a vapor de nome *Douro* chegou à costa europeia em junho de 1871. Trazia dezenas de passageiros brasileiros, em uma cena que se tornava cada vez mais corriqueira com os avanços técnicos no século XIX. Dentre as pessoas à bordo, entretanto, encontrava-se um peculiar viajante: o Imperador do Brasil. Após três décadas de reinado, D.Pedro II havia transposto as fronteiras de seu país e estava pela primeira vez na Europa.

Os motivos que oficialmente o teriam levado a realizar tal viagem neste momento específico são apontados em documentos do governo e obras biográficas. Uma das explicações seria o estado de saúde da Imperatriz, que por orientação médica teria sido aconselhada a viajar para um local de clima mais ameno<sup>1</sup>. A outra refere-se à morte da filha primogênita de D.Pedro II, Leopoldina de Saxe-Coburgo, em fevereiro de 1871, vítima de febre tifoide. Leopoldina residia na Bélgica com seu marido, Luís Augusto de Saxe-Coburgo-Gota, e seus quatro filhos. Após seu falecimento, o monarca teria manifestado a necessidade de se reunir a seus netos e trazê-los ao Brasil<sup>2</sup>. Frente a tais situações, o Imperador teria declarado suas intenções de viajar até o continente europeu e solicitado o aval da Assembleia Geral para deixar o país<sup>3</sup>.

D.Pedro II partiu do Rio de Janeiro em 25 de maio de 1871, com uma pequena comitiva composta pela Imperatriz, políticos e funcionários da família real. Dessa forma, dava início a uma viagem que durou quase um ano e atravessou diversos países da Europa, como França, Inglaterra, Alemanha, Espanha, Itália, dentre outros, além do Egito e países da Ásia Menor. No entanto, de todos os locais visitados pelo Imperador, o primeiro país onde desembarcou era o que guardava profundas conexões com ele e com o país que governava. D.Pedro II era um Bragança, família real que governava Portugal desde o século XVII, sendo neto, filho e irmão de monarcas portugueses, além de tio do então rei, D.Luís I. O Imperador jamais havia visitado o país de seus ascendentes.

Em Portugal, a passagem de D.Pedro II também suscitou agitações e possuía expressivos significados. Era a primeira vez que um governante brasileiro visitava Portugal

---

<sup>1</sup> Conforme Relatório da Presidência da Província do Rio de Janeiro de 1871. p.6

<sup>2</sup> Tal ponto é colocado por Lilia Moritz Schwarcz ao analisar as viagens realizadas pelo Imperador, em capítulo da obra SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador: D.Pedro II, um monarca nos trópicos**. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.361.

<sup>3</sup> De acordo com o Artigo 104 da Constituição brasileira de 1824, o monarca não poderia deixar o país sem autorização da Assembleia Geral, sob o risco da acusação de abandono do trono.

após o processo de emancipação política do Brasil. Para receber o governante de sua outrora colônia e tio do rei D.Luís I, as autoridades portuguesas trataram de organizar várias festividades e cerimônias públicas para a recepção do monarca. Da mesma forma, foram dedicados poemas e artigos na imprensa em homenagem à passagem do Imperador por Portugal. Tais escritos enalteciam a figura de D.Pedro II ou a grandiosidade da recepção portuguesa. Outras se dedicavam a realizar uma minuciosa descrição da passagem do monarca pelo território português. A escrita de uma obra como *Viagem dos Imperadores do Brasil em Portugal*<sup>4</sup> enquadra-se em ambos os casos, realizando uma extensa narrativa sobre vários aspectos envolvendo a passagem do monarca por Portugal e demais países europeus. Entretanto, em meio a tais escritos e festividades, duas obras destoaram do tom descritivo ou elogioso encontrado na maioria dos textos portugueses sobre a viagem do Imperador à Europa.

A primeira publicação em questão trata-se de um álbum de caricaturas produzido em 1872 pelo caricaturista português Raphael Bordallo Pinheiro, intitulado *Apontamentos de Raphael Bordallo Pinheiro sobre a picaresca viagem de Imperador de Rasilb pela Europa*, composto por 15 páginas e dezenas de composições caricaturais. A segunda refere-se à edição de fevereiro de 1872 da publicação *As Farpas*, produzida por Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, contando com mais de 90 páginas dedicadas à viagem do monarca brasileiro. Diferentemente dos demais escritos, tais obras não elogiavam o Imperador ou eventos e indivíduos relacionados à sua viagem, mas pareciam satirizá-la, utilizando de várias situações de sua passagem em Portugal e outros países para construir a comicidade de suas composições.

A peculiaridade de tais obras em relação às demais produções acerca da viagem de D.pedro II à Europa produziram as primeiras inquietações que conduziram à presente pesquisa. Por que tais narrativas dedicaram tamanho espaço à sátira da viagem do monarca brasileiro a Portugal? Por que alguns pontos envolvendo sua passagem pela Europa, que foram motivos de elogios em algumas obras, se constituíram em objeto de riso nas produções em questão? O ponto inicial para a busca destas respostas foi compreender quem eram os autores das obras e em que consistiam suas narrativas.

---

<sup>4</sup> Escrita por José Alberto Corte Real, Manuel Antônio da Silva Rocha e Augusto Mendes Simões de Castro em 1872, esta obra realiza uma minuciosa narrativa dos eventos que envolveram a estada do Imperador em Portugal. Nas 384 folhas da obra, os autores buscaram detalhar vários aspectos da recepção e da passagem do monarca brasileiro pelo país, detalhando encontros com personalidades públicas, sua visita a instituições, dentre outros elementos. O texto conta ainda com uma breve biografia de D.Pedro II até o momento, com um caráter claro de elogio à figura do monarca. Por sua grande preocupação com uma descrição detalhada da viagem, esta obra será utilizada em alguns momentos como referência para durante a análise das duas obras a serem apresentadas.

Raphael Bordallo Pinheiro (1846-1905) é considerado como o principal caricaturista português do século XIX, tendo uma produção que se estendeu também para a escultura cerâmica e o teatro. Suas caricaturas circulavam principalmente através da imprensa periódica e de álbuns de caricatura, sendo Bordallo proprietário de muitos periódicos. Iniciando sua atividade de caricaturista em 1870, o autor publicou anteriormente à narrativa sob análise o álbum *Calcanhar de Aquiles* (1870), a série de caricaturas *A Berlinda* (1870-1871) e a publicação *O Binóculo* (1870), nas quais Bordallo realizava diversas crônicas sobre o cotidiano, a produção artística e literária portuguesa e vários aspectos da vida política do país.

*Apontamentos sobre a Picaresca Viagem do Imperador de Rasilb* foi uma das primeiras obras produzidas por Raphael Bordallo Pinheiro na imprensa portuguesa. A obra trazia como principal temática a viagem do monarca brasileiro ao continente, abordando diversos aspectos de sua passagem por outros países europeus, mas com grande ênfase nos eventos que envolveram sua estada em Portugal. Publicada em 1872, ao final da viagem em questão, a obra contou com mais duas edições, nas quais foram realizadas algumas alterações nas composição caricaturais existentes e adicionadas várias outras<sup>5</sup>.

José Maria de Eça de Queirós (1845-1900) e José Duarte Ramalho Ortigão (1836-1915) foram alguns dos maiores nomes da literatura e do jornalismo de Portugal ao final do século XIX, com escritos de cunho político-literário presentes em periódicos e obras de vários países. Os dois autores, que já possuíam uma relação, respectivamente, de aluno e professor, iniciaram sua colaboração na literatura com a escrita conjunta do romance intitulado *O Mistério da Estrada de Sintra* (1870), dando continuidade à parceria no ano posterior.

Com circulação iniciada em maio de 1871, *As Farpas* foi uma publicação mensal produzida pelos dois autores, que lançavam-se agora na crônicas de diversas áreas da vida pública de Portugal. A obra continuou com a assinatura de ambos até novembro de 1872<sup>6</sup>, quando Eça deixou a publicação para assumir um cargo diplomático em Havana, passando então a contar apenas com a autoria de Ramalho até seu fim em 1882. A edição de fevereiro de 1872 desta publicação foi inteiramente dedicada à passagem do Imperador brasileiro pelo

---

<sup>5</sup> A presente pesquisa teve acesso integral apenas à segunda edição da publicação. Esta, no entanto, foi a que mais contou com modificações e redimensionamentos em seu conteúdo. Por estes motivos, será esta a edição utilizada neste estudo, encontrando-se integralmente reproduzida no **ANEXO I**, ao final deste trabalho.

<sup>6</sup> Apesar de contar com a autoria de ambos os intelectuais até este período, os textos específicos que compunham as extensas edições mensais não eram assinados. A identificação da autoria de cada segmento só foi possível a partir do cruzamento das compilações reunidas e publicadas posteriormente por ambos os autores, que continham os textos produzidos por cada um. As publicações utilizadas neste processo para a presente pesquisa foram QUEIROZ, Eça de. **Uma campanha alegre de “As Farpas”**. Lisboa: Livros do Brasil, 1980(?). ORTIGÃO, Ramalho. **As Farpas: o país e a sociedade portuguesa**. Tomo IX. Lisboa: Livraria Clássica Editora A.M. Teixeira & Cia, 1944.

continente<sup>7</sup>. Apesar de tratar de alguns aspectos de sua passagem por outros países europeus, a grande ênfase da narrativa também recaiu sob a estada de D.Pedro II em Portugal.

Uma leitura inicial e comparada de ambas as obras levou à identificação de vários pontos de convergência entre as narrativas. As conexões existentes passam por temáticas específicas abordadas, ênfase em certos eventos da viagem e mesmo características atribuídas ao Imperador. Seria tal relação apenas derivada do comum objeto analisado, da influência de uma obra sobre outra, apenas uma coincidência ou os autores possuiriam alguma relação entre si? Compreender o que ocorria no continente europeu e, mais especificamente, em Portugal no momento da chegada do Imperador poderia ser um possível caminho para interpretação das narrativas em questão.

Um rápido olhar para a Europa na segunda metade do século XIX aponta para uma situação caracterizada por profundas e rápidas mudanças que ocorriam nas estruturas políticas e organizações sociais, com conflitos armados e revoluções, assim como a fragmentação ou ascensão de Estados, envolvendo especialmente alguns países que receberam a visita do Imperador. Como algumas das principais transformações, têm-se os exemplos da Guerra franco-prussiana (1870-1871), que havia recentemente se encerrado com a derrota francesa, conduzindo à unificação do Império Alemão e a proclamação da Terceira República Francesa juntamente aos eventos da Comuna de Paris. A Itália havia se constituído como um Estado unificado há apenas uma década e que passava por disputas territoriais com a Igreja Católica, enquanto a Espanha passava pelo chamado “Sexênio Democrático” após a Revolução de 1868 que derrubou a rainha Isabel II.

Sob este turbilhão, intelectuais<sup>8</sup> buscavam tornar tais mudanças inteligíveis e compreender a realidade específica que vivenciavam em seus países frente a este movimento que parecia afetar todas as nações europeias. Deste esforço, emergia uma pluralidade de formas de se pensar as artes, a organização socioeconômica, a natureza e o próprio

---

<sup>7</sup> Todas as edições de *As Farpas* encontram-se digitalizadas na Biblioteca Nacional de Portugal. A edição de fevereiro de 1872, juntamente às demais publicações deste ano, estão integralmente disponíveis em: [http://purl.pt/256/2/pp-7311-p\\_1872/pp-7311-p\\_1872\\_item2/pp-7311-p\\_1872\\_PDF/pp-7311-p\\_1872\\_PDF\\_24-C-R0096/pp-7311-p\\_1872\\_0000\\_capa-93\\_t24-C-R0096.pdf](http://purl.pt/256/2/pp-7311-p_1872/pp-7311-p_1872_item2/pp-7311-p_1872_PDF/pp-7311-p_1872_PDF_24-C-R0096/pp-7311-p_1872_0000_capa-93_t24-C-R0096.pdf)

<sup>8</sup> A expressão “intelectual”, utilizada em vários segmentos deste trabalho, carece de definição, devido aos distintos significados que podem ser evocados com seu uso. O seu emprego nesta análise aproxima-se à definição dada por Franklin Baumer, para quem o intelectual é o indivíduo que consegue sistematizar uma determinada experiência de pessoas em um determinado espaço e tempo, que apesar de a sentirem, não conseguem defini-la. O intelectual, através de ensaios, discursos ou manifestações artísticas, consegue tornar tal experiência inteligível, modificando a forma como os homens se relacionam com esta dada realidade. Tal definição não é determinada pelo engajamento político, apesar de muitos dos homens aos quais este termo é atribuído durante o texto terem desempenhado forte atuação pública em defesa de suas opiniões e perceberem a sua posição como “homem de letras” vinculada à luta pela mudança. BAUMER, Franklin. **O pensamento europeu moderno**. Vol.1. Lisboa: Edições 70, 1990. p.23.



conhecimento, cujos desdobramentos não se limitaram a seus campos de origem, modificando toda uma cosmovisão de mundo. O primeiro país visitado pelo Imperador e lar dos autores cujas obras geraram as presentes reflexões também não passou incólume a esse processo.

Em Portugal, apesar de não haver nenhum conflito ou agitação social nas dimensões do que ocorria nos outros países acima citados, parecia estar em curso um grande processo de contestação das formas de se conduzir a política, a economia, as relações entre Estado e sociedade, a produção do conhecimento e, em suma, a própria situação de Portugal ao final do século XIX. Em meio às transformações operadas rapidamente em outros países e frente aos problemas enfrentados no interior da sociedade portuguesa, o país passou a ser problematizado.<sup>9</sup>

Esse processo de reflexão sobre Portugal se deu principalmente a partir de um grupo de intelectuais portugueses, com idades relativamente próximas e que passaram a se destacar por suas atuações na produção literária e na imprensa periódica ao propor uma nova forma de se pensar a sociedade portuguesa em diversos aspectos. Por ter iniciado o desenvolvimento de suas atividades na transição entre as décadas de 1860 e 1870, assim como as características comuns existentes em suas interpretações e suas ações conjuntas, este grupo passou a ser denominado sob as alcunhas de “geração de 70” ou “geração nova”. Ligados a este grupo, estavam indivíduos como Antero de Quental, Oliveira Martins, Teófilo Braga e Jaime Batalha Reis. No entanto, o mais significativo para esta análise foi a constatação de que, dentre os intelectuais ligados a este grupo, estavam Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão e Raphael Bordallo Pinheiro, os autores das duas narrativas que geraram as presentes reflexões e, conseqüentemente, desencadearam esta pesquisa. .

Apesar da designação atribuída, este grupo de intelectuais apresentava uma grande heterogeneidade no que tange às influências teóricas, áreas de interesse e em suas propostas para uma transformação na sociedade. Entretanto, um ponto comum conduzia suas atividades: a concepção de que Portugal necessitava de uma profunda mudança em várias áreas e que esta só seria possível através de um processo de reflexão sobre o atual estado de Portugal. Esta noção se originava principalmente em uma percepção de que Portugal parecia não ter

---

<sup>9</sup> Eduardo Lourenço afirma que neste período, “pela primeira vez, em séculos de unamismo religioso, cultural, político, ético, desde as invasões napoleônicas até ao definitivo estabelecimento da monarquia constitucional (1834), Portugal discute-se”. LOURENÇO, Eduardo. **Portugal como destino seguido de mitologia da saudade**. Lisboa: Gradiva, 1999. p.26

acompanhado as transformações na técnica, na organização social e na produção do conhecimento observadas em outros países europeus<sup>10</sup>.

Como elementos representativos de suas intenções e de sua atuação conjunta na problematização sobre Portugal, encontram-se dois eventos que acabaram por marcar as ações e propostas de reflexão e mudança apontadas por estes indivíduos. O primeiro foi uma querela observada em textos produzidos entre os anos de 1865 e 1866, cuja temática orbitava sobre a produção literária portuguesa, mas que apresentou traços de uma cosmovisão acerca de Portugal. Pela relação com a Universidade de Coimbra e pelo local de produção de alguns dos principais textos envolvidos, tal evento ficou conhecido como “Questão Coimbrã”. O segundo demarcou uma clara proposta de reflexão e mudança por parte destes intelectuais. Consistindo em uma série de palestras conferidas sobre temas específicos da sociedade portuguesa, da qual Eça de Queiroz foi um dos preletores, tal manifestação ficou conhecida como as “Conferências Democráticas do Casino Lisboense”, cujo nome deriva do local onde os discursos foram proferidos. Na presente pesquisa, chama a atenção o fato de sua realização ter sido encerrada por uma portaria do governo em 26 de junho de 1871, quatorze dias após o navio trazendo o Imperador brasileiro e sua comitiva terem chegado à costa portuguesa. A vinda de D. Pedro II coincidiria, portanto, com um dos ápices dos questionamentos realizados por estes intelectuais.

As constatações sobre o processo de reflexão que se dava em Portugal e de sua relação com os autores das narrativas sobre a viagem do Imperador, assim como a convergência entre os eventos que questionavam a sociedade portuguesa e a chegada do monarca, conduziram aos principais problemas que norteiam a presente pesquisa. Por que, em um momento de contestação às estruturas sociopolíticas de Portugal e de reflexão acerca de sua identidade, conduzido especialmente a partir do grupo conhecido como “geração de 70”, três autores portugueses dedicaram, em 1872, duas extensas obras inteiramente à viagem de D. Pedro II à Europa? Outro ponto que se destaca na observação do evento que se constitui em eixo temático das narrativas é o fato do objeto representado não envolver um indivíduo qualquer, mas o Imperador do Brasil, governante de uma nação que outrora fora parte do Império Português e que possuía grandes laços com este país. Teria esta relação entre o monarca

---

<sup>10</sup> Isabel Margato afirma que “Para os homens da Geração de 70 portuguesa, a modernidade não pode ser apenas a partir de sua dicotomia: “ausência e vazios de valores” e “desconcertante abundância de possibilidades”. Para eles, um outro dado assume maior relevo: a impossibilidade de pertencer plenamente a essa nova realidade emergente, hegemônica e, ao mesmo tempo, excludente. (...) Esse sentimento de não pertencimento determinará o ritmo de um programa cultural proposto pelos homens dessa geração (...). A ação crítica e pedagógica dos homens dessa geração vai desencadear um movimento obsessivo de interpelação à sociedade portuguesa, marcado, fundamentalmente, por uma atitude de “acusação regeneradora”. MARGATO, Isabel. **Tiraniás da modernidade**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2008. p.11

brasileiro e sociedade portuguesa, ou de forma mais ampla, entre Brasil e Portugal, algum papel relevante na construção destas obras? Um elemento comum à interpretação destes indivíduos era o diagnóstico de uma decadência que a nação portuguesa enfrentaria em várias esferas da sociedade. Quais eram as referências que balizavam tal concepção, quais as causas apontadas como responsáveis por tal estado e quais seriam as possíveis soluções para modificar tal situação? Em suma, o encadeamento de todos estes questionamentos passa por uma pergunta fundamental, que constitui o principal problema deste trabalho e cuja pesquisa desenvolvida nas próximas páginas buscará responder: quais os sentidos que envolvem a produção das narrativas de Bordallo, Eça e Ramalho sobre a primeira viagem de D. Pedro II à Europa?

Após uma análise prévia das narrativas, realizada a partir das problemáticas lançadas, as hipóteses que se constituíram orbitam sobre dois eixos de interpretação. A primeira ideia é a de que existe uma profunda relação entre a construção das narrativas sobre a viagem de D. Pedro II e os questionamentos realizados pelos indivíduos ligados à “geração de 70” acerca da situação de Portugal no momento de sua chegada. Mais do que isso, os elementos presentes em ambas as narrativas, que permitem uma inicial interpretação sobre a cosmovisão destes autores, aponta para a afirmação de que as obras não podem ser pensadas fora deste processo de reflexão sobre a sociedade portuguesa. Tal linha de pensamento foi estabelecida após a constatação sobre o alinhamento que se apresenta entre vários trechos das narrativas e dos problemas apontados pelos intelectuais da “geração de 70” sobre a situação de Portugal.

A segunda possibilidade de resolução, que se delineia a partir de uma leitura inicial, é de que tal uso só se torna possível na medida em que existiria na concepção destes intelectuais uma conexão entre as sociedades portuguesa e brasileira, que se daria em vários níveis. A existência de várias menções a elementos ligados ao Brasil, que perpassam mas se encontram para além da própria figura do Imperador, conduziu à elaboração desta segunda hipótese. A consideração do passado comum a ambos os países, cujas ligações em vários aspectos se deram durante os séculos da relação entre colônia e metrópole, assim como o processo de demarcação cultural que ocorreu em ambos os lados do Atlântico após a emancipação política do Brasil<sup>11</sup>, reforçam esta possível interpretação. Ambos os eixos interpretativos conduzem à

---

<sup>11</sup> Marçal de Menezes Paredes constata que “esse movimento de redefinição e refundação dos limites culturais da nação não foi exclusividade brasileira. Devido à fratura do Império Português, representada pela perda da colônia brasileira, assim como em função das importantes modificações políticas decorrentes da instalação da monarquia liberal, operou-se também em Portugal um movimento de redefinição do que se entendia por cultura portuguesa”. Ao essa constatação, o autor soma a colocação de que “não é casual, assim, que as gerações de intelectuais portugueses que se seguem ao período de 1822-1834 se dedicassem a problematizar a existência de Portugal como cultura. (...) Desde então, de uma certa maneira, Portugal e a sua cultura nunca mais deixaram de

ideia de que a viagem do Imperador teria ganho tamanha importância para estes intelectuais na medida em que pôde ser utilizada na reflexão sobre a sociedade portuguesa.

Apontados os problemas iniciais que norteiam a pesquisa e algumas das possíveis soluções para tais questionamentos, definir um ponto de partida para a interpretação dos sentidos existentes na produção das narrativas tornou-se o próximo passo. Partindo do pressuposto de que exista uma relação entre as narrativas e as reflexões sobre a situação de Portugal, compreender em que consistia a configuração cultural<sup>12</sup> na qual eram operados os questionamentos realizados pelos indivíduos da chamada “geração de 70” poderia ser um profícuo caminho para a elucidação das obras em questão.

O diagnóstico da decadência parecia ser comum às interpretações realizadas pelos intelectuais ligados a este grupo. Compreender então o significado de tal escopo interpretativo tornou-se de suma importância para a pesquisa. Tal concepção parece se originar a partir de uma específica forma de se pensar a situação das nações e, de forma ampla, as identidades coletivas a partir da habilidade de gerar ou acompanhar as transformações na técnica e no conhecimento<sup>13</sup>. No entendimento destes indivíduos, Portugal teria perdido esta capacidade e ficado para trás no fluxo de mudanças que parecia conduzir todas as nações ocidentais. Entender os motivos para tal situação do país frente a este movimento torna-se, portanto, fundamental na problemática proposta.

Constituindo-se em eventos representativos das reflexões realizadas pela “geração de 70”, a análise dos textos envolvidos na “Questão Coimbrã” e nas “Conferências do Casino” podem fornecer chaves para a elucidação da cosmovisão na qual as interpretações de Bordallo, Eça e Ramalho se inserem. Conhecer as causas apontadas por alguns destes indivíduos como responsáveis pela decadência portuguesa, assim como as alternativas propostas para a modificação de tal estado, pode fornecer indícios das estratégias narrativas empregadas na leitura destes intelectuais sobre a situação de Portugal.

---

se discutir. PAREDES, Marçal de Menezes”. A assunção escalar da nação: historicidade e fronteiras culturais no percurso luso-brasileiro. IN: \_\_\_\_\_ (org.). **Portugal, Brasil, África: história, identidades e fronteiras**. São Leopoldo: Oikos, 2012. pp.157-158.

<sup>12</sup> A noção de “configuração cultural” é empregada aqui conforme seu uso na análise de Marçal de Menezes Paredes. O autor utiliza tal categoria como o “funcionamento de um eixo cultural compósito, a um só tempo nacional, regional e transnacional e que, assim sendo, incorpora, quase por definição, o problema dos cruzamentos e sobreposições entre vários níveis.” PAREDES, Marçal de Menezes. **Fronteiras culturais luso-brasileiras: demarcações da história e escalas identitárias (1870-1910)**. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de História e Teoria das Ideias da Universidade de Coimbra. Coimbra: 2007. p.23

<sup>13</sup> Ruth Gauer aponta que “a concepção de identidade foi reforçada, e adquiriu conotações diferenciais na modernidade, que se encarregou de moldar os caminhos para além de seu paradoxo. É dentro dessa modernidade que precisamos encontrar os pontos onde se inscrevem as forças que construíram as identidades.” GAUER, Ruth M. Chittó. Interrogando o limite entre historicidade e identidade. IN: GAUER, Ruth M. Chittó (org.). **A qualidade do tempo: para além das aparências históricas**. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2004. p.250

Um aspecto inerente a ambas as obras e que deve ser tomado em consideração na análise proposta é a comicidade empregada pelos autores na representação dos eventos envolvendo a viagem de D.Pedro II. As representações presentes na narrativa de Bordallo através da caricatura e dos escritos de Eça e Ramalho em *As Farpas* pretendiam causar o riso a partir da estada do monarca. No entanto, a sátira não era um fim para estes intelectuais, mas um caminho empregado em suas críticas. Tal instrumentalização se dava na medida em que a comicidade era construída ao chamar a atenção para aspectos relacionados ao físico ou material, mas pondo em cheque questões relativas à moral<sup>14</sup>. Neste sentido, ocasiões específicas da viagem do Imperador foram representados de forma cômica, mas trazendo ao centro da reflexão uma dimensão muito mais ampla, questionando condutas e hábitos.

No entanto, a personagem principal de ambas as narrativas era o Imperador do Brasil, um monarca à frente de uma nação e membro da família real portuguesa. Entender como os autores em questão o tornaram um objeto de narrativas satíricas e, portanto, eixo para a reflexão de questões mais amplas passa pela compreensão das estratégias de dessacralização empregadas pelos intelectuais sobre a figura de D.Pedro II<sup>15</sup>.

Frente ao objetivo de compreender os sentidos existentes na construção de ambas as narrativas e suas possíveis relações com a reflexão acerca de Portugal, torna-se significativa a compreensão das conexões e especificidades destas publicações na interpretação sobre a viagem de D.Pedro II. Logo, analisar as obras em uma perspectiva intertextual, ou seja, realizar um diálogo entre as duas narrativas a partir de eixos comuns às suas estruturas, surge como um profícuo caminho. As peculiaridades existentes entre as obras não devem ser, entretanto, perdidas de vista.

As linguagens caricatural e literária presentes, respectivamente, em *A Picaresca Viagem* e *As Farpas* apresentam uma diferença marcante entre si: o uso das imagens nas composições caricaturais. Ao conferir visualidade ao objeto de crítica, a caricatura se vale de outras estratégias peculiares na construção da comicidade e, portanto, na reflexão pretendida. Tomando a representação de uma figura da esfera política no processo de dessacralização mencionado anteriormente, por exemplo, o autor poderia aproximar o corpo do caricaturado a

---

<sup>14</sup> Tal afirmação é extraída da clássica análise de Henri Bergson acerca da comicidade, quando o autor afirma, dentre outras coisas, que “é cômico todo incidente que chame nossa atenção para o físico de uma pessoa estando em causa o moral. BERGSON, Henri. **O riso: ensaio sobre a significação do cômico**. 2º Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983. p.27

<sup>15</sup> Ao falar sobre os usos da comicidade na crítica à esfera política, Amadeu Carvalho Homem diz que “dessacralizar é rebaixar, é retirar aos mandantes a aura de dignidade que os envolve”. HOMEM, Amadeu Carvalho. Riso e poder: uma abordagem teórica da caricatura política. **Revista de História da Ideias**. Vol.28. 2007. pp. 739-763.

um animal, vegetal ou objeto, desumanizando-o<sup>16</sup>. Da mesma forma, a própria postura com a qual o caricaturado pode ser representado é significativa na construção dos sentidos pretendidos pelo caricaturista.

No entanto, apesar desta grande distinção em relação à linguagem empregada e seus desdobramentos quanto às possibilidades de reflexão, as duas obras também apresentam algumas convergências que possibilitam sua aproximação. Ambas as narrativas tinham como suporte de circulação a imprensa portuguesa, estando inseridas em meio às várias publicações singulares ou periódicas que traçavam as crônicas do cotidiano de Portugal em suas páginas. Outro ponto essencial na possível convergência entre as duas linguagens é o fato de que a composição caricatural presente na imprensa portuguesa também se valia de textos na construção de seus significados, com títulos e legendas que ocupavam, por vezes, grandes segmentos das páginas e complementavam os sentidos pretendidos por seu autor.

Para além de suas aproximações no que tange à presença de textos, à sua difusão na imprensa ou à comicidade empregada em suas reflexões, é a articulação destas obras com a problematização acerca da situação de Portugal que fundamenta a perspectiva intertextual entre as fontes na pesquisa proposta. É a busca dos sentidos por trás de suas produções e suas conexões com a reflexão sobre a sociedade portuguesa que permite uma análise conjunta destas narrativas.

A partir das problemáticas, hipóteses e possíveis caminhos apontados para a pesquisa, o trabalho a seguir foi dividido em três segmentos.

O primeiro capítulo, *Portugal enquanto problema no século XIX*, buscará compreender como se dava a problematização sobre a situação do país durante o Oitocentos, com ênfase nas interpretações realizadas na segunda metade do século por parte dos indivíduos ligados à chamada “geração de 70”. O ponto inicial será a análise da noção de decadência, diagnóstico que parecia perpassar as interpretações destes intelectuais sobre Portugal, compreendendo seu significado e as referências que embasavam tal concepção. Neste sentido, uma breve interpretação sobre alguns escritos produzidos por Alexandre Herculano e Almeida Garret no início do século, onde já se encontram patentes alguns aspectos de tal percepção, pode ajudar a compreender em que consistiria a “decadência” apontada sobre o país.

---

<sup>16</sup> O papel do corpo na composição caricatural e a desumanização como possível estratégia de dessacralização também é analisada por Amadeu Carvalho Homem em *HOMEM*, Amadeu Carvalho. Riso e poder: uma abordagem teórica da caricatura política. *Revista de História da Ideias*. Vol.28. 2007. pp.739-763.

O ponto principal deste segmento, no entanto, é a análise dos textos produzidos pelos intelectuais ligados à “geração de 70” por ocasião de dois eventos: a chamada “Questão Coimbrã”, entre os anos de 1865 e 1866, e as “Conferências Democráticas do Casino Lisboense”, em 1871. O primeiro representou um questionamento à forma como a literatura era produzida em Portugal, enquanto o segundo demarcou as propostas destes indivíduos rumo a uma transformação do país, sendo encerrado durante a estada do monarca brasileiro em território português. A compreensão destes textos possibilitará o entendimento da cosmovisão destes intelectuais acerca da situação de Portugal e de uma possível relação com as narrativas em questão.

O segundo capítulo, *As imagens de um Imperial Viajante*, inicia a análise específica das obras *Apontamentos sobre a Picaresca Viagem de Imperador de Rasilb* e da edição de fevereiro de *As Farpas*. Neste segmento do trabalho, serão analisadas as formas como Raphael Bordallo Pinheiro, Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão representaram D.Pedro II em suas narrativas. Sendo o indivíduo sobre o qual orbitaram todos os eventos da viagem, o Imperador tornou-se o personagem principal de ambas as obras. A análise se dará a partir de dois eixos específicos acerca da construção da imagem do Imperador nas obras. O primeiro é a figura do “monarca-cidadão”, percebendo como os autores viam a suposta aversão do monarca à ritualística que envolvia a monarquia e à pompa das festividades por ocasião de sua recepção. O segundo se dará sobre a relação entre o Imperador e o conhecimento científico, artístico e literário, compreendendo como os intelectuais interpretavam a suposta erudição que era atribuída ao monarca.

A compreensão da forma como estes aspectos atrelados à imagem de D.Pedro II foram representados em ambas as obras permite, para além da percepção sobre o próprio monarca brasileiro, elucidar a concepção de Bordallo, Eça e Ramalho sobre as organizações políticas e sociais, assim como a produção do conhecimento artístico e científico. Em articulação às problemáticas apontadas no capítulo inicial em torno da discussão sobre a situação portuguesa, a análise de tais elementos pode fornecer uma chave para a interpretação sobre a construção das duas obras.

O terceiro e último capítulo, *Em Portugal, entre portugueses*, analisará a forma como as narrativas apresentaram a passagem de D.Pedro II em território português. O primeiro ponto será o estudo de trechos onde são atribuídas várias características à sociedade portuguesa que recebia o Imperador, compreendendo em que consistia a nação portuguesa para os autores. Em um segundo momento, será abordada a forma como foi representada a organização para a recepção do monarca brasileiro, assim como sua passagem por instituições

e encontro com alguns intelectuais. Desta forma, tentará entender como os autores viam vários elementos específicos da sociedade portuguesa vinculados à decadência do país. Um terceiro segmento analisará um trecho presente em *As Farpas* que trata do que seria uma figura marcante do imaginário social português no período: o chamado “brasileiro”. O conhecimento dos sentidos envolvidos no uso de tal expressão constitui um ponto central na compreensão das demarcações culturais realizadas na interpretação sobre a identidade portuguesa.

A análise realizada neste segmento toma a representação dos eventos envolvendo a estada do Imperador no país como centrais para o entendimento de como os autores concebiam a situação de Portugal. Desta forma, finaliza a articulação da compreensão de Bordallo, Eça e Ramalho com o processo de problematização acerca da situação portuguesa exposto no primeiro capítulo, encadeando o estudo e encerrando o círculo interpretativo que busca a resolução dos problemas propostos.

A pesquisa que se segue debruça-se sobre duas obras específicas, produzidas por três intelectuais portugueses no ano de 1872 sobre um evento peculiar, que foi a primeira viagem de D. Pedro II à Europa. O principal norte que a impulsiona, entretanto, é a possibilidade de, a partir do estudo destas narrativas, elucidar um complexo processo de demarcações culturais e construções de identidades nacionais, mais especificamente entre Portugal e Brasil, que se estende para além do período, dos autores e das obras sob análise. A interpretação da cosmovisão que embasa as concepções presentes em *Apontamentos sobre a Picaresca Viagem do Imperador de Rasilb* e na edição de fevereiro de *As Farpas* permite um entendimento das referências que embasavam as leituras sobre as identidades coletivas, perpassadas por noções de história, conhecimento científico, organizações sociais e produção artística que vão para além do grupo de intelectuais nos quais os autores se enquadram. Compreender os sentidos envolvidos na construção das narrativas em articulação à problematização sobre Portugal é, portanto, uma chave para elucidar questões que vão além do objeto desta pesquisa. É sob esta percepção e a partir destas motivações que as páginas a seguir foram produzidas.



## 1 PORTUGAL ENQUANTO PROBLEMA NO SÉCULO XIX

Durante o século XIX em Portugal, diversos intelectuais se propuseram a problematizar o presente português a partir de diferentes matizes teóricas e a compreender o papel do país no continente e no que seria o movimento universal das nações no tempo. Apesar das divergências entre os caminhos de reflexões adotados, as interpretações realizadas apontavam para um diagnóstico comum: Portugal não havia sido capaz de manter a posição que outrora ocupou frente a outras nações europeias e de acompanhar os avanços observados em outros países, estando em franca decadência. Esta percepção, que tomava como referência as transformações na técnica, nas organizações político-econômicas e na produção do conhecimento em outros países, perpassou as interpretações de vários intelectuais portugueses sobre Portugal, mas havia ganhado força com a velocidade das transformações observadas no decorrer do século.

Autores como Alexandre Herculano e Almeida Garret já traziam em escritos nas primeiras décadas do Oitocentos a noção de um país decadente, no qual se fazia imperativa uma urgente mudança. Em obras literárias ou produções dedicadas à reflexão sobre a história e a presente situação portuguesa, se fazia marcante também uma noção de “homem de letras” como mediador entre a sociedade e as transformações por ela experimentadas. Tais posturas foram perpetuadas e inspiraram a atuação de vários intelectuais nos anos subsequentes, que empreenderam uma profunda reflexão sobre a situação experienciada em Portugal e as possibilidades de mudança para tal quadro. Esta característica foi especialmente percebida a partir de um grupo específico de autores ao final do século XIX.

No início da década de 1860, os nomes de Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queiroz, Teófilo Braga, Ramalho Ortigão e Rafael Bordallo Pinheiro, dentre outros, começavam a se destacar através de suas obras literárias e publicações periódicas. Nestas, eram tecidas diversas críticas à forma como a política, a economia e a produção do conhecimento eram conduzidas em Portugal, propondo uma revisão de como a realidade portuguesa deveria ser pensada em diversas esferas, da escrita de sua história à sua organização social. Constantemente designados sob a alcunha de “geração de 70” ou “geração nova”, estes indivíduos apresentaram uma heterogeneidade em relação à suas influências teóricas e aos caminhos que propunham para Portugal, mas suas ações eram ligadas por algumas ideias comuns. O diagnóstico de que Portugal demonstrava uma profunda decadência

e de que ações para modificar tal situação deveriam passar por uma problematização da realidade portuguesa a partir das transformações observadas em outros países europeus mobilizava a produção destes intelectuais.

Os desdobramentos das problemáticas colocadas por estes homens se deram com a chamada Questão Coimbrã, entre 1865 e 1866 e com as Conferências do Casino, realizadas em 1871. A primeira constituiu-se enquanto uma querela sobre a temática da produção literária em Portugal, cujos debates expuseram uma cosmovisão acerca da sociedade portuguesa. A segunda foi a manifestação pública de uma concepção sobre os problemas enfrentados por Portugal ao final do século XIX e da necessidade de que as reflexões sobre tais questões se expandissem e se convertessem em ações concretas, consistindo em conferências proferidas no Casino Lisboense sobre os pontos considerados nevrálgicos na problematização sobre Portugal.

O final das Conferências do Casino se deu concomitantemente à primeira passagem de D. Pedro II por Portugal. Não por acaso, a chegada ao país do único Imperador no continente americano, governante daquela que foi a principal colônia portuguesa no passado e membro da casa dinástica que ainda governava Portugal, assim como sua passagem por outras nações europeias, não passou despercebida a alguns destes intelectuais portugueses. Em 1872, Raphael Bordallo Pinheiro elaborou o álbum de caricaturas *Apontamentos sobre a picaresca viagem do Imperador do Brasil pela Europa*, enquanto Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão dedicaram toda a edição de fevereiro da publicação *As Farpas* à passagem do monarca pelo continente.

A maneira como estes intelectuais perceberam a viagem do Imperador e os sentidos atribuídos por eles nas narrativas estão diretamente relacionados com o escopo através do qual observavam e problematizavam Portugal. Apesar das diferentes escalas dos objetos analisados, as concepções de Estado, sociedade, artes e conhecimento que subjazem nas narrativas integram as mesmas cosmovisões destes indivíduos.

Tais narrativas, por outro lado, não podem ser dissociadas das ideias e dos aparatos conceituais que, ao mesmo tempo, impulsionavam e visavam compreender as transformações técnicas, políticas e socioculturais experienciadas na Europa e nas áreas influenciadas pelas mudanças no continente. Palavras como nação, progresso, civilização, democracia e liberdade passavam por modificações em seus significados, cujos usos e sentidos atribuídos variavam de acordo com os indivíduos que os utilizavam, com os espaços onde se davam sua enunciação e com os objetos de suas análises.

Pensada em articulação com as narrativas sobre a primeira viagem de D. Pedro II pela Europa a fim de compreender seus usos na reflexão sobre a realidade portuguesa no século XIX, o entendimento das noções e estratégias narrativas empregadas por alguns destes intelectuais portugueses na problematização de Portugal passa necessariamente pela análise de algumas de suas principais produções. Tomando a problemática apresentada, os textos produzidos por ocasião da Questão Coimbrã e das Conferências do Casino não apenas marcaram o início da atuação conjunta de muitos destes intelectuais na reflexão sobre Portugal, mas ocorreram no período em que D. Pedro II chegou à Europa e que as narrativas de Eça, Ramalho e Bordallo foram publicadas.

Elencar tais pontos, por sua via, conduz a alguns questionamentos. Em que consistiu o quadro apontado por estes intelectuais na interpretação sobre Portugal e sobre quais parâmetros se fundamentava? Quais eram as causas apontadas para tal estado e quais os possíveis caminhos indicados para sua solução? Em suma, em que consistiria a interpretação realizada por alguns intelectuais da “geração de 70” sobre a situação portuguesa neste período? A compreensão do significado da ideia de decadência que perpassou a atuação de vários intelectuais empenhados na reflexão sobre Portugal no século XIX, incluindo Alexandre Herculano e Almeida Garret, assim como a análise de alguns textos produzidos por intelectuais da chamada “geração de 70” em ocasião da Questão Coimbrã e das Conferências do Casino são pontos fundamentais na elucidação da configuração cultural e dos níveis de discussão no qual se operavam os atos de interpretar Portugal.

Neste sentido, a análise se desdobrará em dois níveis. O primeiro buscará compreender o significado do diagnóstico da decadência presente nas interpretações sobre Portugal. Para tanto, se valerá de uma breve análise sobre alguns textos escritos por Garret e Herculano no início do século. O segundo orbitará sobre o início da atuação dos intelectuais da “geração de 70”, em uma análise dos principais textos produzidos por ocasião da Questão Coimbrã e das Conferências do Casino. Com isto, tentará identificar as principais linhas que conduziam a leitura destes indivíduos acerca da sociedade portuguesa. Caminho dentre tantos possíveis, esta perspectiva é um profícuo ponto de partida rumo a compreensão de uma cosmovisão destes intelectuais na observação da realidade em diversas escalas, da viagem de um monarca à situação de uma país.

## 1.1 A DECADÊNCIA COMO DIAGNÓSTICO SOBRE PORTUGAL

Hoje nos achamos entre um passado impossível (...) - entre um futuro tremendo, porque é obscuro, insondável e de nenhum modo preparado – e com um presente tão absurdo, tão desconexo, tão incongruente, tão quimérico, tão ridículo enfim, que se a perspectiva não viesse, como vem, tão cheia de lágrimas, seria para rir e tripudiar de gosto, ver como vivemos, como nos tributamos, como nos administramos, como somos enfim, um Povo, uma Nação, um Reino!

*Almeida Garret, 1849, Memória Histórica de J.Xavier Mousinho da Silveira*

A articulação de temporalidades esboçada por Almeida Garret na sua reflexão sobre a situação portuguesa no século XIX resulta em um diagnóstico que perpassou a produção de diversos intelectuais, influenciados por diferentes matizes filosóficas, os quais se propuseram a problematizar Portugal enquanto nação, povo ou cultura no Oitocentos. Compreendido entre a memória de um passado glorioso e a expectativa de um futuro incerto frente às vertiginosas mudanças experienciadas na Europa, o presente português delineava-se sob uma ideia, de complexidade conceitual proporcional à profundidade de suas repercussões nas interpretações sobre a realidade. Trata-se da noção de decadência.

Discutir a relação entre sociedade, Estado, instituições e história na busca de uma definição uniforme e inteligível de identidades coletivas foi uma prática comum a intelectuais ocidentais à luz das transformações políticas e culturais do século XIX, assim como um dos principais fundamentos das construções narrativas que definiam as “nações”, os “povos” ou as “pátrias” no ocidente. Em Portugal, este processo ganhou os contornos específicos tangenciados pelos problemas que se apresentavam à sociedade portuguesa.

A instauração e manutenção da monarquia constitucional, a influência da Igreja Católica e a perda de espaço na disputa colonial frente a outras potências europeias na África e Ásia, dentre outras questões, encontravam-se no centro das reflexões sobre a identidade portuguesa e, mais especificamente, sobre as causas de uma suposta decadência de Portugal e de que forma poderia ser superada. As respostas para este problema, entretanto, foram múltiplas e por vezes geraram discordâncias mesmo entre intelectuais que se declaravam alinhados teoricamente.

A ideia de decadência não é uma peculiaridade portuguesa ou do século XIX. Apesar da direta relação existente, a noção de decadência não limita-se às manifestações pessimistas que se apresentaram ao final do século nas artes plásticas e na literatura, comumente

denominadas de “Decadentismo”<sup>17</sup>. Sua presença como forma de interpretação de uma realidade específica é encontrada na Europa em escritos desde o medievo, cujos usos desembocam em variadas posturas que vão da descrença e passividade frente ao movimento observado ao impulso para superação e mudança.

A compreensão dos usos da noção de decadência como categoria de reflexão sobre uma situação histórico-cultural<sup>18</sup> perpassa necessariamente a análise sobre duas linhas de reflexão que a embasam. Primeiramente, a concepção de que algo é decadente só existe se referenciada em um determinado padrão de desenvolvimento, envolvendo necessariamente um olhar sobre uma realidade exterior e a comparação com esta. Ao mesmo tempo, só é considerado decadente o que já esteve equiparado a este padrão em algum momento, mas que não conseguiu mantê-lo, implicando em uma reflexão sobre o próprio passado dentro de uma determinada concepção de tempo, que se supõe ter sido “superior” ao presente. Os desdobramentos destes elementos e de sua relação com questões mais amplas são chave para a definição do significado do conceito de decadência na reflexão sobre Portugal durante o século XIX.

A ideia de decadência, assim como as de “desenvolvimento” ou “progresso” que se encontram em um polo oposto, está atrelada a uma concepção de temporalidade predominante no moderno pensamento histórico ocidental, fundamentada em uma noção de tempo linear, irreversível e universalista, pautada na capacidade do homem de intervir em seu mundo<sup>19</sup>. A cosmovisão resultante deste entendimento passou a matizar a delimitação de identidades

---

<sup>17</sup> A ressalva sobre a necessária distinção entre decadência e decadentismo é demarcada por Vera Lúcia Prescott em seu estudo sobre a ideia de decadência na obra de Guerra Junqueiro, realizado em sua dissertação. PRESCOTT, Vera Lúcia dos Santos Rocha. **A decadência nacional de fim-de-século. Estudo sobre Guerra Junqueiro**. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: 2009.

<sup>18</sup> Esta é a perspectiva adotada por Antônio Machado Pires na análise sobre a ideia de decadência presente na obra de alguns intelectuais ligados à “geração de 70”, realizada em PIRES, Antônio Machado. **A ideia de decadência na geração de 70**. 2º Ed. Lisboa: Vega, 1992.

<sup>19</sup> Esta concepção enquadra-se em um processo de racionalização da temporalidade, de forma a tornar a experiência dos homens em relação ao tempo inteligível. A influência das ciências matemáticas e a tentativa de aplicação de seus pressupostos às esferas de atuação humanas conduziram à busca de leis gerais que pudessem explicar as experiências dos homens em sociedade. Um dos resultados foi a ascensão de uma concepção universalista do tempo, que pressupunha a todas as sociedades, independentemente de suas especificidades, uma mesma trajetória a prosseguir dentro deste tempo linear e universal. Tal ideia esteve presente em grande parte das filosofias da história desenvolvidas no final do século XVIII e século XIX. Nesta perspectiva, a percepção de tempo delineava-se na compressão entre dois pólos. O pleno domínio da técnica que permitia aos homens o domínio sobre sua realidade e o desenvolvimento de ideias que refletissem sobre a relação entre os indivíduos e destes com a natureza a partir destas tecnologias era o fim último a ser alcançado por todas as coletividades, enquanto a submissão do homem ao mundo natural era o estado a ser superado. Análises sobre as transições ocorridas nas concepções ocidentais de temporalidade e suas nuances, assim como sua relação com o desenvolvimento do conhecimento histórico, foram traçadas em diversos trabalhos, dentre os quais LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5º Ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003; CATROGA, Fernando. **Os passos do homem como restolho do tempo – memória e fim do fim da história**. Coimbra: Edições ALMEDINA, 2009; KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto;Ed. PUC-RIO, 2006.

coletivas na esfera ocidental<sup>20</sup>, sendo expressa em narrativas que faziam uso de terminologias binárias como moderno e antigo, modernidade e tradição, progresso e atraso, desenvolvimento e decadência. Estes conceitos não eram novos, mas adquiriam diferentes sentidos na articulação entre a temporalidade moderna e a construção das identidades nacionais no Oitocentos.

Uma vez que o processo de construção das identidades coletivas se dá a partir da sobreposição e deslocamento dos domínios da igualdade e da diferença<sup>21</sup>, alguns países europeus tornaram-se as referências do que seria o desenvolvimento do percurso “natural” a ser seguido pelos outros países e, portanto, balizaram a (auto)definição de suas identidades. No século XIX, os “espelhos” para os quais as nações ocidentais observavam em busca de uma reflexão de si mesmos eram, principalmente, Inglaterra, França e os estados que viriam a constituir a Alemanha, especialmente a Prússia. Estes países foram elevados a modelos de progresso material e cultural à luz dos avanços neles observados.

No entanto, os usos da noção de decadência na reflexão sobre a realidade portuguesa no oitocentos não se baseavam apenas na comparação à realidade destes países. A problematização sobre a situação de Portugal se deu a partir do olhar e questionamento sobre seu próprio passado. Algumas das principais interpretações sobre a realidade portuguesa traziam como temática principal ou estratégia argumentativa a referência, em maior ou menor destaque, a algum ponto do passado português, em um processo de mobilização da história como fundamentação da identidade nacional portuguesa.

As distinções entre tais narrativas observadas no século XIX residiam, entretanto, nas perspectivas lançadas sobre o passado. Para alguns, este serviu como um refúgio do presente decadente e foi fruto de constante rememoração, sendo considerado como elemento fundamental para a construção de uma unidade nacional. Em outros, tal passado apareceu como exemplo de uma “grandiosidade” perdida, sendo referência para a operação de uma mudança visando o futuro do país, que recolocasse novamente Portugal à frente na história das nações. Independentemente da forma como se deram esses usos, dois foram os principais períodos do passado português evocados na reflexão sobre o presente e na projeção de um futuro para Portugal, cujas enunciações variaram de acordo com o momento em que foram produzidas: as cruzadas e os descobrimentos.

---

<sup>20</sup> Ruth Gauer afirma que “a concepção de identidade foi reforçada, e adquiriu conotações diferenciais na modernidade, que se encarregou de moldar os caminhos para além de seu paradoxo. É dentro dessa modernidade que precisamos encontrar os pontos onde se inscrevem as forças que construíram as identidades”. GAUER, Ruth M. Chittó. Interrogando o limite entre historicidade e identidade. IN: GAUER, Ruth M. Chittó (org.). **A qualidade do tempo: para além das aparências históricas**. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2004. p.250

<sup>21</sup> BHABHA, Homi. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. p.20.

A maioria das problematizações do passado português em obras produzidas na primeira metade do século traziam o medievo, especificamente os eventos das Cruzadas, como chave para a reflexão sobre Portugal. A vitória de D. Afonso Henriques<sup>22</sup> sobre os mouros na Batalha de Ourique<sup>23</sup> em 1139, passando a ser intitulado Rex Portugallensis, era considerada como o nascimento de Portugal enquanto país, primeiro Estado a constituir-se na Europa. Por sua vez, as vitórias sobre os mouros na reconquista da península ibérica eram um exemplo do “espírito combativo” e da predestinação portuguesa na história das nações.

Na segunda metade do século, o período do passado português que passou a figurar em algumas obras como a “idade de ouro” de Portugal foi a chamada “era dos descobrimentos” ou das “grandes navegações” quando, concomitantemente à Espanha e à frente de outros países europeus, Portugal deu início às expedições marítimas através dos Oceanos Atlântico e Índico. O resultado desta empreitada foi o alcance de territórios ainda não mapeados no ocidente, dando início ao desenvolvimento de seu Império Colonial e alterando a forma como os europeus concebiam o mundo, com desdobramentos em diversas esferas do conhecimento. Em uma concepção linear de tempo e universalista<sup>24</sup> da história predominante no século XIX, este período foi tomado como o momento em que Portugal, juntamente com Espanha, estivera à frente na trajetória rumo ao desenvolvimento técnico e cultural, sendo o modelo a ser seguido por outras nações.

Um exemplo do enaltecimento e mitificação do passado português na construção da nacionalidade pode ser dado a partir das diversas comemorações observadas em Portugal ao final do século XIX, como desfiles e exposições, que glorificavam o período das Navegações e os nomes a elas ligados, como Camões, Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral. Promovidas pelas autoridades públicas e endossadas por alguns literatos, tais manifestações tinham como objetivo criar momentos de comunhão coletiva através da “rememoração” do

---

<sup>22</sup> Dom Afonso I de Portugal (1109-1185), conhecido também como Dom Afonso Henriques, foi o primeiro rei português. É denominado sob as alcunhas de *O Conquistador* ou *O Fundador* por seu papel na reconquista da península ibérica e na construção do Estado português.

<sup>23</sup> Batalha travada entre cristãos, comandados por D. Afonso Henriques, e mulçumanos nos campos de Ourique, atualmente região do Baixo Alentejo ao Sul de Portugal. Após a vitória no confronto, ocorrido em 1139 e ainda durante a ocupação islâmica na Península Ibérica, o líder português passou a se intitular rei dos portugueses (Rex Portugallensis). O sucesso no conflito e suas consequências fizeram com que a Batalha de Ourique fosse conhecida por alguns como o início da independência de Portugal enquanto reino.

<sup>24</sup> Neste trabalho, os usos da expressão “universalista” em relação à concepção de temporalidade se referem à percepção de que todas as sociedades passariam pelas mesmas “etapas” em seu desenvolvimento político, técnico, econômico e cultural, mesmo que em momentos distintos. Deste pressuposto parte a ideia dos intelectuais em questão de que uma nação estaria em estagnação ou “mais avançada” em relação a outra.

período considerado como zênite da nação portuguesa<sup>25</sup>, utilizando o passado para a construção da unidade identitária pretendida no presente.

Tais comemorações tornam mais evidente uma sobreposição de temporalidades existente nas reflexões sobre a situação portuguesa no século XIX e, de forma mais ampla, nas atitudes sobre a história de Portugal. Inserida na dominante percepção de tempo linear e universal, subjazem noções de tempo cíclico, que se manifestam na celebração, por vezes anual, de homens do passado português considerados como “heróis” ou “fundadores” da nação ou no alinhamento da expectativa de um futuro que ainda virá e de uma mudança no presente com um passado julgado como glorioso. Tomado como referência para impulsionar uma real mudança no presente ou aparecendo como ponto de refúgio da atualidade “decadente” através de uma constante rememoração das “glórias passadas”, o passado aparecerá como referente comum na reflexão sobre Portugal.

Foi no século XIX que a noção de decadência portuguesa, à luz das novas reflexões sobre a construção da identidade ou nacionalidade de Portugal, ganhou força nas leituras sobre o país<sup>26</sup>. Esta perspectiva pode ser observada nas obras de Almeida Garret e Alexandre Herculano, conhecidos representantes do romantismo em Portugal. As interpretações destes intelectuais, cuja atuação não pode ser destacada do movimento cultural que levou à consolidação do liberalismo monárquico-institucional, se aproximavam mais aos modelos de inspiração iluminista do que às atitudes românticas excessivamente subjetivistas. Para estes homens, seus escritos estavam associados a uma missão, supostamente intrínseca ao “homem de letras”, de mediadores da verdade, o que articulado com a noção de decadência portuguesa

---

<sup>25</sup> Fernando Catroga analisa estas comemorações sob a perspectiva da criação de um culto cívico em Portugal que visaria reforçar a construção de uma identidade nacional portuguesa e legitimasse a defesa da manutenção do império colonial na África e na Índia. CATROGA, Fernando. **Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo (EUA, França e Portugal)**. Fortaleza: NUDOC-UFC, 2005.

<sup>26</sup> A ideia de que Portugal não conseguia acompanhar o desenvolvimento do restante da Europa já era manifestada anteriormente ao Oitocentos. No século XVIII, por exemplo, a necessidade de Portugal enquadrar-se no quadro de transformações observadas além dos Pirineus era defendida principalmente por intelectuais portugueses que, através de viagens a outros países europeus ou obras oriundas destes, tinham contato com as teorias que impulsionavam as mudanças técnicas e sociopolíticas. Tais homens, entretanto, encontravam resistência na divulgação destes ideais em território português, ainda sob uma forte influência religiosa nas formas de se pensar o mundo, sendo chamados pejorativamente de “estrangeirados”. Alguns deles tiveram relativo sucesso na tentativa de empreender mudanças em Portugal, como Sebastião de Melo, o Marquês de Pombal, que em sua destacada posição política de Primeiro Ministro Português e juntamente a sua equipe, empreendeu reformas na Universidade de Coimbra (1772) e criou o Real Colégio dos Nobres (1761). Uma análise das transformações operadas em Portugal no século XVIII, com ênfase sobre as reformas realizadas na Universidade de Coimbra em 1772 pode ser vista em GAUER, Ruth Maria Chittó. **A modernidade portuguesa e a reforma pombalina de 1772**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 1996.



implica em uma produção que, em maior ou menor escala, buscava inspirar uma reforma ou mudança da de Portugal através da cultura.<sup>27</sup>

Em 1830, Almeida Garret dedicou uma obra à reflexão acerca da situação portuguesa no século XIX em relação às mudanças na Europa. A compilação de textos, produzidos ao longo de cinco anos, foi publicada sob o título *Portugal na balança da Europa: do que tem sido e do que ora lhe convém ser na nova ordem de coisas do mundo civilizado*. Antes da análise traçada em mais de 300 páginas, o autor indicou em sua introdução a finalidade da divulgação de suas interpretações, que visaram explicar “as causas e os efeitos de nossos erros e desgraças, para que no futuro se emendem uns, e se evitem as outras”<sup>28</sup>. Este objetivo aponta para uma noção de história enquanto exemplo, onde o conhecimento do passado serviria como lição e fio condutor para as ações a serem tomadas no presente.

Um dos principais motivos apontados como responsáveis pelo estado em que se encontraria Portugal seriam as práticas despóticas de uma oligarquia que concentraria o poder e reduziria ao mínimo, ou mesmo excluiria a população portuguesa das decisões sobre os rumos do país, alicerçada em um cristianismo que teria abandonado seus princípios originais e se tornado um instrumento de justificativa para a ação deturpada de alguns homens. A solução para este quadro seria o retorno da religião cristã a suas bases originais e a ascensão do povo, que comporia o corpo da nação portuguesa, à cena política, caminho que conduziria Portugal novamente à sua trajetória na história das nações europeias:

Portugal tem um único fim e objeto, sem o qual estar conseguido, jamais se aquietará por tempo considerável: é o de SER LIVRE. Em outras nações esta vontade nasce do desejo de melhoramentos, da grande ilustração de suas classes, do só poder da civilização; em Portugal, além destas causas, há a necessidade absoluta, forçosa, invencível, a que nenhum poder humano há de obstar, que os exércitos e as armadas, e os tratados e as convenções dos gabinetes podem conter algum tempo, mas não poderão estavelmente e firmemente contrastar.<sup>29</sup>

A autodeterminação do povo português seria o fim último e irrefreável a ser seguido por Portugal na história das nações. Como modelo para tal fim, Garret apontava para a França, considerada pelo autor como “grande povo” e exemplo da força de “uma nação que ousa querer, e fortemente sabe querer ser livre”<sup>30</sup>. Entretanto, o caminho para alcançar tal finalidade e alcançar os movimentos observados no restante da Europa, recuperando sua

---

<sup>27</sup> CATROGA, Fernando; MENDES, José Amado; TORRALBA, Luís Reis. **História da história de Portugal. Séculos XIX-XX**. Vol.1. A história através da História. Lisboa: Temas e Debates, 1998. p.45.

<sup>28</sup> GARRET, Almeida. **Portugal na balança da Europa; do que tem sido e do que ora lhe convém ser na nova ordem de coisas do mundo civilizado**. Londres: S.W.Sustenance, 1830. p.X.

<sup>29</sup> Ibidem. pp.283-284.

<sup>30</sup> Ibidem. p.VIII.

posição na “balança de poder”, seria árduo e complexo para os portugueses, o que não deveria desencorajar, mas incentivar o povo cuja glória seria proporcional aos obstáculos enfrentados:

(...) equilibrar-se diretamente, estavelmente na nova balança da Europa é, em minha opinião, de tão complicadas e abstrusas dificuldades, que não julgo possível o solvê-las claramente a nenhum juízo humano. Não desanimemos porém; é antes árdua do que impossível a tarefa. Maior será a glória de Portugal: e em proporção de seu atual vilipêndio e desonra, crescerá a fama e renome dos Portugueses, quando de novo aparecerem entre as nações da terra, a nação que noutras eras foram, e que na nova era do mundo lhes compete ser.<sup>31</sup>

O destino de Portugal na história das nações seria o de equiparar-se ou mesmo superar as potências europeias e novamente encabeçar a marcha rumo ao desenvolvimento e à liberdade. Tais ideias também eram partilhadas por um contemporâneo de Garret, outro intelectual do romantismo português que também problematizava a situação portuguesa no século XIX sob a noção da decadência e a partir de uma reflexão sobre o passado de Portugal.

Alexandre Herculano é considerado como o introdutor de uma historiografia sistematizada metodologicamente e secularizada em Portugal, abandonando uma tradição mitológica e sacra que ainda perdurava nas escritas sobre o passado português.<sup>32</sup> Foi também autor de diversos romances, sendo conhecido por seus escritos que se encontravam na interseção entre a literatura e a história como praticadas no período.

Os romances históricos de Herculano, como *Eurico o presbítero* (1844), faziam referência a eventos reais do passado, como o controle árabe sobre a península ibérica, na construção da narrativa ficcional, colocando a história em pauta sem abdicar do estatuto literário enquanto arte<sup>33</sup>. Tais produções já apontavam para o papel da literatura, pretendido por estes autores, na reflexão sobre a realidade, o que no caso português passava por um olhar sobre sua história. Na introdução do romance *O bobo* (1843) cuja trama se situa no período da independência portuguesa no século XII, Herculano tece breves considerações sobre o pano de fundo de sua narrativa para em seguida demonstrar sua concepção acerca da decadência portuguesa e do papel da história na construção da unidade e identidade nacional.

Pobres, fracos, humilhados, depois dos tão formosos dias de poderio e renome, que nos resta senão o passado? Lá temos os tesouros dos nossos afetos e contentamentos. Sejam as memórias da pátria, que tivemos, o anjo de Deus que os revoque à energia social e aos santos afetos da nacionalidade. Que todos aqueles a quem o engenho e o

<sup>31</sup> GARRET, Almeida. **Portugal na balança da Europa; do que tem sido e do que ora lhe convém ser na nova ordem de coisas do mundo civilizado**. Londres: S.W.Sustenance, 1830. pp.283-284.

<sup>32</sup> MATOS, Sérgio Campos. História e identidade nacional. A formação de Portugal na historiografia contemporânea. **Lusotopie**. 2002: p.125.

<sup>33</sup> CATROGA, Fernando; MENDES, José Luís; TORGAL, Luís Reis. **História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX**. Vol.1: A história através da história. Lisboa: Temas e Debates, 1998. p.50.

estudo habilitam para os graves e profundos trabalhos da história se dediquem a ela. No meio de uma nação decadente, mas rica em tradições, o mister de recordar o passado é uma espécie de magistratura moral, é uma espécie de sacerdócio. Exercitem-no os que podem e sabem: porque não o fazer é um crime.<sup>34</sup>

O passado aparece como um contraponto do presente, cujo estudo ou mínimo interesse na “memória portuguesa” torna-se obrigatório para aquele que se considera português, impondo-se como um dever cívico. Neste sentido, a arte exerceria um papel fundamental na reflexão sobre a história portuguesa:

Que a arte em todas as suas formas externas represente este nobre pensamento: que o drama, o poema, o romance sejam sempre um eco das eras poéticas da nossa terra. Que o povo encontre em tudo e por toda parte o grande vulto de seus antepassados.<sup>35</sup>

As considerações de Herculano sobre a história de Portugal podem ser encontradas em seus romances históricos, mas as análises consideradas marcos na historiografia portuguesa, onde aprofunda sua percepção e desenvolve seu método, se encontram em *Cartas sobre a história de Portugal* e *História de Portugal 1ª época, desde a origem da monarquia até D.Afonso III*. Nestas obras, Herculano adotava a perspectiva da formação portuguesa como um processo e ressaltava vários elementos que apontassem para a excepcionalidade de Portugal frente a outros países europeus.<sup>36</sup>

Como principais motivos da decadência portuguesa, que teriam levado a uma perda da liberdade e pluralidade do povo português, Herculano elenca o centralismo da monarquia absolutista, a atuação da inquisição, a interferência das ordens religiosas e aponta mesmo para o que seriam os efeitos moralmente e economicamente negativos que teriam decorrido com os descobrimentos<sup>37</sup>.

Almeida Garret e Alexandre Herculano não atacaram diretamente uma instituição, como monarquia ou Igreja, mas as deturpações de suas formas que conduziriam a práticas despóticas, centralizadoras e cerceadoras da liberdade. Alguns dos pontos levantados por eles e as motivações para uma mudança na política e na cultura portuguesa encontraram sua

<sup>34</sup> HERCULANO, Alexandre. **O bobo**. Porto: Porto Editora, s/d. p.8.

<sup>35</sup> Ibidem. p.8.

<sup>36</sup> MATOS, Sérgio Campos. História e identidade nacional. A formação de Portugal na historiografia contemporânea. **Lusotopie**. 2002. p.125.

<sup>37</sup> Os desdobramentos dos descobrimentos teriam tornado a população “guerreira” municipal em “mercadora” e “cortesã”. Em relação à economia, Herculano afirma que os esforços realizados na empresa colonial foram muitos superiores às reais capacidades econômicas de Portugal e visando conquistas que a um longo prazo trariam benefícios, o que a levou, por exemplo, a entrar na esfera de influência política e econômica da Inglaterra. CATROGA, Fernando; MENDES, José Luís; TORRALBA, Luís Reis. **História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX**. Vol.1: A história através da história. Lisboa: Temas e Debates, 1998. p.95

continuidade na obra de jovens intelectuais da segunda metade do século XIX, que sobre diferentes influências teóricas, exerceram um ataque mais direto e incisivo sobre o que julgavam ser os causadores da decadência portuguesa.

## 1.2 A “GERAÇÃO NOVA” E A PROBLEMATIZAÇÃO SOBRE PORTUGAL

Não pode viver e desenvolver-se um povo, isolado das grandes preocupações intelectuais do seu tempo; o que todos os dias a humanidade vai trabalhando, deve também ser o assunto das nossas constantes meditações

*Programa das conferências – A revolução de setembro, 16 de maio de 1871*

Esta era uma das constatações trazidas pelo programa das Conferências do Casino, publicado em 16 de maio 1871 no periódico *A Revolução de Setembro* e assinado por 12 nomes ligados à chamada “geração de 70” portuguesa. Além de seu papel enquanto recurso narrativo para fundamentar para a realização de um evento, tais palavras apontavam para um ponto comum na ação destes indivíduos: a necessidade de reflexão sobre as transformações no devir do tempo como fundamento para o desenvolvimento enquanto indivíduo ou coletividade. Percepção e, concomitantemente, resultado das vertiginosas mudanças experimentadas no fim-de-século ocidental, este e outros textos representam as reflexões deste grupo de intelectuais.

Nas décadas de 1860 e 1870, figuras como Antero de Quental, Oliveira Martins, Teófilo Braga, Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão, dentre outros, começaram a ganhar destaque na produção literária portuguesa, assinando obras e cartas públicas que questionavam as formas estabelecidas de se pensar as artes, a sociedade e as práticas políticas. Em suas obras perpetuava-se uma ideia de intelectual como construtor do futuro e revelador dos caminhos a serem trilhados por Portugal, apontando o que seria uma urgente necessidade de uma mobilização pública contra o que julgavam serem os pilares da decadência portuguesa. Suas influências, entretanto, advinham de pensadores ligados a diferentes perspectivas teóricas que ganharam força na segunda metade do século XIX.

As referências aos indivíduos que despontaram na produção intelectual portuguesa neste período são geralmente realizadas sob as conhecidas alcunhas “Geração de 70” ou

“Geração nova”, expressões que apontam para sua juventude, especificamente à época dos primeiros escritos, e a aproximação de suas idades, reforçando a ideia de unidade entre suas ações e de “novidade” trazida em seus escritos, em contraponto a velhas estruturas que se perpetuavam em diversas esferas do cotidiano português. O aprofundamento nas obras destes intelectuais expõe a existência de divergências teóricas e aponta para um grupo bastante heterogêneo. Mas se haviam discordâncias em relação aos responsáveis pelo estado em que Portugal se encontrava e aos caminhos possíveis para sua transformação, praticamente todos faziam clara referência a uma decadência portuguesa e uma urgente necessidade de mudança.

As críticas destes intelectuais foram realizadas em obras literárias e outras dedicadas à análise da situação portuguesa, ganhando grande profusão através de suas atuações na imprensa periódica. Muitos foram criadores, proprietários e colaboradores de periódicos, onde se valiam de eventos do cotidiano português para tecer suas considerações sobre o estado de Portugal, encontrando nas crônicas das particularidades um local privilegiado para a observação dos grandes problemas do país.

Se as opiniões tecidas na literatura e na imprensa tornaram estes indivíduos notórios e mesmo expuseram algumas de suas divergências até final do século XIX, suas afinidades em torno da percepção de que Portugal necessitava de uma profunda transformação em diversas esferas ganharam visibilidade e notoriedade na transição entre as décadas de 1860 e 1870, a partir dos eventos que viriam a ser conhecidos como Questão Coimbra e Conferências Democráticas do Casino. A Questão Coimbra demarcou a luta de alguns destes intelectuais contra o que consideravam ser uma forma ultrapassada de se produzir literatura e pensar Portugal. Por sua vez, as Conferências do Casino, organizadas por um número maior destes indivíduos e realizadas em 1871, representaram a concepção de que apenas a mobilização pública através da livre discussão e reflexão sobre problemas que consideravam nevrálgicos em Portugal poderiam desencadear alguma mudança efetiva.

A compreensão do que foram estes desdobramentos e a análise de alguns dos textos produzidos em sua decorrência são pontos basilares na compreensão das ideias que embasavam as concepções de alguns destes homens em suas problematizações sobre Portugal. Da mesma forma, possibilitam o entendimento das referências que os influenciavam e dos sentidos dados por eles na aplicação de determinadas expressões, construídas em contextos mais amplos, à realidade portuguesa na segunda metade do século XIX. A articulação de suas ideias e estratégias discursivas com uma cosmovisão da realidade ocidental oitocentista perpassa suas argumentações, envolvendo as observações realizadas em diferentes escalas que vão dos eventos cotidianos à teleologia universalista das nações.

### 1.2.1 A Questão Coimbra

Deu-se o nome de Questão Coimbra às querelas observadas entre intelectuais portugueses a partir de uma série de poemas, artigos em periódicos e cartas abertas publicadas nos anos de 1865 e 1866, que acabaram por expor divergências nas formas de se pensar a realidade portuguesa que já se delineavam desde o início da década. A disputa escrita orbitava sobre a temática da produção literária portuguesa em meados do século XIX, mas acabou se estendendo a questões mais amplas que influenciaram o debate de problemáticas referentes a diversas esferas do conhecimento e da sociedade em Portugal<sup>38</sup>. O adjetivo que a denominou está diretamente ligado à Universidade de Coimbra, local de formação dos principais envolvidos e da publicação de alguns de seus escritos.

As estratégias e embasamentos teóricos empregados nos argumentos dos intelectuais escapam a uma divisão clara de “estilos” ou “movimentos” que defina os partidários na controvérsia. Entretanto, os principais envolvidos buscaram demarcar em seus discursos posições que permitem, a título de análise, pensá-los a partir de dois lados opostos. Em um, encontrava-se Antônio Feliciano de Castilho e escritores sob sua influência, como Manuel Joaquim Pinheiro Chagas<sup>39</sup> e Tomás Ribeiro<sup>40</sup>, representando o que seria a forma instituída e dominante de produção literária portuguesa em meados do século XIX. Do outro, estavam Antero de Quental<sup>41</sup> e Teófilo Braga<sup>42</sup>, cujos escritos questionavam tal forma e apontavam para outro caminho de reflexão para a literatura portuguesa.

As críticas produzidas por Antero e Teófilo no âmbito destes debates, posteriormente reforçadas pela atuação de outros intelectuais, foram consideradas como a primeira oposição

---

<sup>38</sup> HOMEM, Amadeu Carvalho. **Do romantismo ao realismo: temas de cultura portuguesa (Século XIX)**. Porto: Fundação Eng. Antônio de Almeida, 2005. pp.47-48, 56.

<sup>39</sup> Manuel Joaquim Pinheiro Chagas (1842-1895) foi um escritor, jornalista e político português. Atuou em vários periódicos, além de ter exercido os cargos de deputado, par do reino e Ministro da Marinha e Ultramar.

<sup>40</sup> Tomás Antônio Ribeiro Ferreira (1831-1901) atuou como escritor e político em Portugal, ocupando os cargos de deputado, par do reino, Ministro da Marinha, das Obras Públicas

<sup>41</sup> Antero Tarquínio de Quental (1842-1891) foi um escritor e jornalista de origem açoriana. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, fundou e colaborou com diversas publicações periódicas, dentre as quais *A República* e *O Pensamento Social*. Em sua atuação política, foi um dos fundadores do Partido Socialista Português. Além das obras analisadas neste trabalho, foi autor de *Portugal perante a Revolução de Espanha* (1868), *Considerações sobre a filosofia da história literária portuguesa* (1872) e *Tendências gerais da filosofia na Segunda Metade do Século XIX* (1890), dentre outras obras analíticas e poéticas. Suicidou-se em 1891.

<sup>42</sup> Joaquim Teófilo Fernandes Braga (1843-1924) atuou como escritor, professor e político em Portugal. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, lecionou literatura no Curso Superior de Letras em Lisboa e é considerado como um dos principais introdutores das ideias positivistas no país. Integrou o Partido Republicano Português e foi Presidente provisório do país entre a instauração da república em 1910 e as eleições abertas em 1911, durante o Governo Provisório da República Portuguesa. Além dos escritos cuja análise é aqui esboçada, foi autor de obras como *História da Poesia Moderna em Portugal* (1869), *Traços gerais da Filosofia Positiva* (1877), *Sistema de Sociologia* (1884) e *Camões e o Sentimento Nacional* (1891).

sistemática, aberta e contundente contra uma determinada estética literária e, de forma mais ampla, de uma forma de pensar sobre Portugal que havia se enraizado não apenas na Universidade de Coimbra, mas em todo o território português. Segundo seus julgamentos, esta não conseguia refletir sobre os principais problemas portugueses e não acompanhava as transformações técnicas e culturais observadas em outros países, pautando-se na reprodução, nos elogios mútuos e vazios entre literatos e na falta de criticidade, que representariam, em última instância, a decadência do país.

O objeto da crítica centrava-se em uma forma de produção literária de influência romântica que se seguiu após a produção de Herculano e Garret, mas que não teria acompanhado a profundidade da obra de seus antecessores. Tais indivíduos teriam mistificado os temas centrais de inspiração romântica, tornando seus escritos em repositórios de alusões aos amores desesperados, às melancolias difusas, ao tédio da existência e ao historicismo por fatalidade<sup>43</sup>, constituindo o que Teófilo Braga chamou de ultra-romantismo. O principal representante desta “estética ultra-romântica” era Antônio Feliciano de Castilho.

Figura central na Questão Coimbrã, Castilho era tido como referência entre os jovens escritores de influência romântica. Graduado pela Faculdade de Cânones na Universidade de Coimbra, foi autor de obras que apresentavam elementos estéticos do arcadismo e romantismo, sendo um dos criadores da *Revista Universal Lisbonense*, um dos principais periódicos vinculados ao romantismo em Portugal, que dirigiu entre 1841 e 1845, continuando como um dos principais colaboradores<sup>44</sup>. Sua imagem de gênio literário foi reforçada pelo fato de ter exercido toda sua formação e produção praticamente sem a visão, que perdeu quase totalmente aos seis anos em decorrência de um surto de sarampo.

O estopim da contenda se deu quando Antônio Feliciano de Castilho foi convidado a escrever um posfácio à obra *Poema da Mocidade*, de Manuel Joaquim Pinheiro Chagas, em 1865. O texto que sucedia a obra foi intitulado *Carta do Ilustríssimo e Excelentíssimo Sr. Antônio Feliciano de Castilho ao Editor*, no qual são encontrados diversos elogios ao autor, assim como algumas reflexões sobre outras produções literárias recentes. Nestas, Castilho fez referência indireta a obras e direta a atitudes de alguns jovens escritores que começavam a ascender através de obras anteriormente publicadas. As produções e nomes em questão, cuja análise se faz necessária para a compreensão das ideias defendidas e do desenvolvimento da

---

<sup>43</sup> HOMEM, Amadeu Carvalho. **Do romantismo ao realismo: temas de cultura portuguesa (Século XIX)**. Porto: Fundação Eng. Antônio de Almeida, 2005. pp.27-28.

<sup>44</sup> *Ibidem*. p.30.

querela, eram *Odes Modernas*, de Antero de Quental, juntamente a *Visões dos Tempos e Tempestades Sonoras*, de Teófilo Braga.

Em *Visões dos Tempos e Tempestades Sonoras*, ambos de 1864, Teófilo Braga buscou a elaboração de uma história ideal da humanidade através da poesia, que a atrelasse diretamente a outras artes e esferas do conhecimento, acompanhando o desenvolvimento da sociedade onde fosse produzida. Através da composição poética e pensando a história da produção literária em estágios, Teófilo realizou uma abordagem que ia da Grécia antiga ao cristianismo contemporâneo, trazendo considerações sobre a estética literária, a relação entre sentimento e forma, dentre outros aspectos.

*Odes Moderna*, por sua vez, foi publicada por Antero de Quental em 1865, reunindo poemas de sua autoria em que são tratados temas como as monarquias, as instituições religiosas, a liberdade e a verdade, precedidos pela significativa epígrafe “l’idee...c’est dieu”<sup>45</sup>. Entretanto, a repercussão dos versos foi igualada e mesmo superada por uma nota explicativa adicionada por Antero ao final da obra, onde visou conferir um sentido para a produção de seu livro e que exprimia sua concepção acerca do papel da literatura na sociedade. Era afirmado inicialmente:

Este livro é uma tentativa, em muitos pontos imperfeita, seguramente, mas sempre sincera, para dar à poesia contemporânea a cor moral, a feição espiritual da sociedade moderna, fazendo-a assim corresponder à alta missão que foi sempre a da Poesia em todos os tempos (...) – isto é, a forma mais pura daquelas partes soberanas da alma coletiva de uma época, a crença e a aspiração.<sup>46</sup>

Foi exposto por Antero seu desejo em colocar a poesia portuguesa a par da realidade que, segundo seu julgamento, caracterizaria a sociedade moderna. Evidencia-se então uma concepção de literatura que deveria deixar a busca por uma perfeição estética para focar em seu conteúdo e papel intrínseco enquanto possível agente tradutor e transformador de uma época. O “homem de letras”, nesta percepção, se perpetuaria como voz de uma “essência dos povos” ou das “nações”. Posteriormente, também manifestou sua concepção de tempo linear e universalista e do movimento que, de forma irreversível, passaria pelo fim das instituições responsáveis pela decadência dos povos:

Reconstrução do mundo humano sobre as bases eternas da Justiça, da Razão e da Verdade, com exclusão dos Reis e dos Governos tirânicos, dos Deuses e das Religiões inúteis e ilusórias – é este o mais alto desejo, a aspiração mais santa desta

---

<sup>45</sup> A expressão, que pode ser traduzida como “A ideia é deus”, aponta para a importância que o constante ato de reflexão sobre a sociedade possuía na concepção de Antero de Quental.

<sup>46</sup> QUENTAL, Antero de. **Odes Modernas**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1865. p.151



sociedade tumultuosa que uma força irresistível vai arrastando, ainda contra vontade, em demanda do mistério tremendo do seu futuro.” (...) “A poesia que quiser corresponder ao sentir mais fundo do seu tempo, hoje, tem forçosamente de ser uma poesia revolucionária. Que importa que a palavra não pareça poética às vestais literárias do culto da arte pela arte? No ruído espantoso do desabar dos Impérios e das Religiões, há ainda uma harmonia grave e profunda para quem a escutar com a alma penetrada do terror santo deste mistério que é o destino das Sociedades!<sup>47</sup>

O fim último aos quais todas as nações deveriam almejar e acabariam por alcançar seria a constituição de uma sociedade pautada no pensamento racional e na real igualdade entre os direitos dos homens, caminho que teria como obstáculos as monarquias e as religiões. Tendo em vista tal movimento, a poesia, a fim de acompanhar e traduzir estas transformações, deveria adquirir uma postura “revolucionária”. O sentido de “revolução” empregado por Antero atrela à necessidade de mudança sociopolítica uma transformação cultural, na qual a poesia poderia ser o caminho para o desenvolvimento de uma visão crítica e racional da realidade.

Posteriormente às publicações de *Odes Modernas* e *Visões dos Tempos*, Manuel Pinheiro Chagas escreveu diversos artigos no *Jornal do Comércio* e no *Comércio do Porto* sobre os caminhos adotados por Antero e Teófilo em sua crítica literária, ora fazendo referência a seus nomes e tecendo considerações mais brandas, ora falando de “jovens escritores” e realizando incisivas críticas. Nestes escritos, Pinheiro Chagas atribuía à juventude e à tentativa excessiva de demonstrar erudição, especialmente no que se referia a Teófilo, a “superficialidade” de suas críticas literárias. As palavras mais duras, todavia, se fizeram presentes na crítica de 11 de agosto no *Jornal do comércio*, onde Pinheiro Chagas apontava para as críticas de Antero e Teófilo como essencialmente formais e estilísticas, que se utilizariam de expressões vazias como recursos textuais<sup>48</sup>. As afirmações de Pinheiro Chagas geraram reações por parte de escritores como Germano de Freitas, que defendeu o papel inovador de *Odes Modernas*, e de Olímpio de Freitas, defendendo a poesia de Teófilo

<sup>47</sup> QUENTAL, Antero de. **Odes Modernas**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1865. pp.159-160

<sup>48</sup> “O estilo, leitor, é a grande preocupação da literatura contemporânea, ou antes, da literatura portuguesa. E quer saber, meu caro companheiro, qual é o verdadeiro nome dessa pedra filosofal literária, que deve transformar o cobre no oiro mais fino, que se possa aquilatar pelo padrão do que lampeja e reluz nas minas dos grandes escritores? Sabe qual é o verdadeiro nome disso a que se chama pomposamente estilo? Sabe qual é? Palavreado! (...) Nisso atualmente se está resumindo a nossa literatura! Tal é o velocínio de oiro, que tentam conquistar os escritores náveis que entram na arena armados de ponto em branco, e trazendo na mão, por lança que floreiam garbosamente nestas justas de imprensa...um vocabulário: FERREIRA, Alberto; MARINHO, Maria José. **A questão coimbrã (Bom senso e Bom gosto)**. Coleção Textos Literários. Lisboa: Editoria Comunicações, 1988

Braga<sup>49</sup>. Entretanto, foram as palavras de Antônio Feliciano de Castilho presentes na obra de Antônio Pinheiro Chagas que geraram maior comoção por parte de Antero e Teófilo.

Escrevendo em forma de carta ao editor Antônio Maria Pereira, Castilho realizou no posfácio da obra, intitulado “Carta do Il.mo e Ex.mo Sr. Antônio Feliciano de Castilho ao Editor”, diversos elogios a Pinheiro Chagas e a sua produção literária, sugerindo sua nomeação enquanto professor interino da cadeira de Literatura Moderna da Universidade de Coimbra antes da elaboração do concurso para a escolha do professor permanente, como exigido por lei. Desviando o foco do autor e obra em questão, Castilho passou a tecer considerações sobre a conduta de três jovens intelectuais: José Cardoso Vieira de Castro<sup>50</sup>, Teófilo Braga e Antero de Quental.

O ponto central das críticas de Castilho era o que considerava como duras e desnecessárias palavras utilizadas pelos três intelectuais em críticas literárias, direcionadas a nomes ligados à literatura e outras esferas públicas portuguesas. Tais posturas se originariam, segundo ele, em uma precipitação típica da imaturidade e juventude que a idade viria a corrigir. Vieira de Castro é tratado de forma mais branda e até elogiosa, mas os nomes de Antero e Teófilo recebem críticas e são tratados com indiferença em relação a suas atuações literárias, como no trecho em que Castilho afirma que sobre “Braga e Quental, de quem, pelas alturas em que voam, confesso, humilde e envergonhado, que muito pouco enxergo, nem atino para onde vão, nem avento o que será deles afinal.”<sup>51</sup>

Castilho adicionou em Post Scriptum uma solicitação de aviso aos que pudessem discordar de suas opiniões e viessem a manifestar-se em público de que ele não as responderia, tendo dito tudo o que pensava sobre as questões tratadas. Mas a ressalva, entretanto, não impediu que a resposta viesse de forma incisiva por parte de Antero e Teófilo, gerando os textos que demarcariam a ruptura entre as duas percepções sobre a produção intelectual em Portugal e definiriam a Questão Coimbrã.

Em resposta a Castilho, Antero de Quental publicou em forma de carta aberta o folhetim *Bom senso e Bom gosto*. Se anteriormente as críticas presentes em seus principais textos haviam sido direcionadas a um estilo de escrita e a uma forma de pensar a sociedade, sem fazer referência a nomes e práticas específicas, Antero passou a realizar ataques diretos a

<sup>49</sup> O conteúdo dos documentos pode ser encontrados na mesma obra de Alberto Ferreira e Maria José Marinho.

<sup>50</sup> José Cardoso Vieira de Castro (1837-1872) foi um escritor e político português. Foi vereador pelo município de Fafe e deputado. Atuou como colaborador em diversos periódicos portugueses, com escritos voltados para a temática política em Portugal. Foi membro da Academia Real das Ciências de Lisboa e agraciado com várias comendas e condecorações durante sua atuação. Esteve envolvido em vários questionamentos às estruturas e condutas de diretores e professores da Universidade de Coimbra durante seu período de estudante.

<sup>51</sup> FERREIRA, Alberto; MARINHO, Maria José. **A questão coimbrã (Bom senso e Bom gosto)**. Coleção Textos Literários. Lisboa: Editoria Comunicações, 1988. p.95.

Antônio Feliciano de Castilho e suas práticas em relação à produção literária portuguesa. Dentre os inúmeros pontos utilizados por Antero em suas críticas, está a relação da obra de Castilho com a poesia da antiguidade clássica e sua posição central dentro do que considerava ser uma “escola de elogios mútuos”:

Não é traduzindo os velhos poetas sensualistas da Grecia e de Roma; requentando fabulas insossas diluidas em milhares de versos semsabores; não é com idyllios grotescos sem expressão nem originalidade, com allusões mitológicas que já faziam bocejar nossos avós; com frases e sentimentos posiços de academico e retórico; com visualidades infantis e puerilidades vãs; com prosas imitadas das algarvias místicas de frades estonteados; com banalidades; com ninharias; não é, sobre tudo, lisongeando o mau gosto e as pessimas ideias das maiorias, indo atrás delas, tomando por guia a ignorancia e a vulgaridade, que se hão de produzir as ideias, as sciencias, as crenças, os sentimentos de que a humanidade contemporanea precisa para se reformar como uma fogueira a que a lenha vai faltando.<sup>52</sup>

O conhecimento, para Antero, não deveria ser pautado na reprodução acrítica de velhos modelos e no culto a um determinado estilo literário. Em Portugal, esta prática teria se institucionalizado, dentre outras causas, por uma ausência de debates acerca da produção literária, que se diluiria totalmente em meio à “escola de elogios mútuos” da qual Castilho seria o principal expoente. O caminho para a literatura portuguesa e, amplamente, para o desenvolvimento do país, seria a constante reflexão sobre as transformações que ocorreriam fora e dentro de Portugal, às quais a produção intelectual deveria corresponder, e a busca pela constante inovação. Esta posição é corroborada em afirmação posterior, quando Antero citou os exemplos de pensadores e de correntes de pensamento que considerava como expoentes de uma moderna concepção de mundo e tradutores dos movimentos experienciados pelos povos.

O grande espirito philosophico do nosso tempo, a grande criação original, immensa da nossa idade, não passa de confusão e embroglio desprezível para o professor de ninharias, que cuida que se fustiga Hegel, Stuart Mill, Augusto Comte, Herder, Wolff, Vico, Michelet, Proudhon, Littré, Feuerbach, Creuzer, Strauss, Taine, Renan, Buchner, Quinet, a philosophia allemã, a critica franceza, o positivismo, o naturalismo, a historia, a methaphysica, as immensas criações da alma moderna, o espirito mesmo da nossa civilização.... que se fustiga tudo isto e se ridicularisa e se derriba com a mesma sem-cerimonia com que elle dá palmatoadas nos seus meninos de 30, 40 e 50 annos, de Lisboa, do Gremio, da Revista Contemporanea!<sup>53</sup>

---

<sup>52</sup> FERREIRA, Alberto; MARINHO, Maria José. **A questão coimbrã (Bom senso e Bom gosto)**. Coleção Textos Literários. Lisboa: Editoria Comunicações, 1988. p.118.

<sup>53</sup> Ibidem. p.119

O grupo predominante na produção literária portuguesa, encabeçado por Castilho, refutaria algumas das principais obras científicas e literárias escritas no século XIX, cuja produção foi realizada especialmente na França, na Inglaterra e na Alemanha. A lista dos nomes elencados por Antero aponta, para além de suas influências particulares, uma grande pluralidade de posicionamentos teóricos e áreas de atuação, mas que teriam em comum o ato de repensar as organizações sociais, a história e o conhecimento, propondo novos caminhos de reflexão que seriam um dos fundamentos do saber moderno. Antero segue, ironizando o que seria a posição contrária de Castilho:

Quem seguir com tudo isso vai com o pensamento moderno; com as tendências da ciência; com o resultado de trinta anos de crítica; com a nova escola histórica; com a renovação filosófica; com os pensadores; com os sábios; com os gênios; vai com a França; vai com a Alemanha – mas que importa? Não vai com o sr. Castilho! Não vai com o novo método repentista! Não vai com o moderno folhetim português!<sup>54</sup>

Em suas considerações finais, Antero falou da dureza das palavras que empregou, transitando entre termos como futilidade e pequenês, cuja justificativa orbitava na atual situação da literatura que seria endossada pelas ações de Castilho. Sua carta se encerrava com sua assinatura, precedida das palavras “nem admirador, nem respeitador”.

Com expressões mais brandas, mas de forma não menos combativa, Teófilo Braga também posicionou-se em resposta direta a Castilho, inserindo na contenda o texto *Teocracias Literárias*, cujo título aponta para a concepção do autor sobre a atual situação da literatura portuguesa. Teófilo endossou a crítica realizada por Antero, cujo escrito julgava vir “a ser um capítulo da história da literatura contemporânea”<sup>55</sup>, e criticou arduamente a posição de Castilho frente às propostas de novos caminhos para a literatura portuguesa, que julgou ser a demonstração da tentativa de estabelecimento de uma “teocracia” na produção literária.

A grande individualidade, resultado dos progressos deste século, vai tornando impossível todas as supremacias, tanto na religião, como no estado, como na arte. É para onde confluem todos os esforços, toda as lutas; é o móbil de ação na Europa moderna. “(...) Contudo, entre nós, como se vê pelas suas obras, ou talvez por esta infância perpétua que lhe encontram os seus admiradores, que é essencialmente imitadora, procura também no último quartel da vida aclamar-se o árbitro supremo da literatura, e cobrir com os retalhos da sua púrpura as chagas e aleijões dos áulicos, decretando-lhes a admiração pública, e impondo-lhes à posteridade. (...) O aparecimento de um livro é uma das melhores tertúlias para o Sr.Castilho; aparece como estes homens que vão a todos os enterros.”<sup>56</sup>

---

<sup>54</sup> FERREIRA, Alberto; MARINHO, Maria José. **A questão coimbrã (Bom senso e Bom gosto)**. Coleção Textos Literários. Lisboa: Editoria Comunicações, 1988. p.119

<sup>55</sup> Ibidem. p.135

<sup>56</sup> Ibidem. p.134.

Teófilo Braga percebe nas transformações observadas por ele em outros países da Europa um movimento que teria tornado obsoleta e impraticável a manutenção de qualquer soberania em várias esferas da sociedade, da política às artes. O trecho faz referência ao que seria a posição de Castilho frente a obras que divergissem do que ele e os escritores sob sua influência praticavam na literatura, como as de Antero e Teófilo, e ao pedido para que Pinheiro Chagas ocupasse a cadeira de Literatura moderna interinamente, presentes no posfácio escrito para o *Poema da Mocidade* e exemplos do que seria o atraso na produção do conhecimento em Portugal. Teófilo seguiu:

Essa frase usual da república das letras significa mais do que se pensa; a inteligência não reconhece majestades, nem hierarquias, vive da igualdade plena, e tanto, que é este o dom maravilhoso da razão, a uniformidade de processos para uma igualdade de resultados – a verdade.<sup>57</sup>

O sentido de “república” aparece atrelado à noção de igualdade e liberdade, usada como referência para o que, na concepção de Teófilo, deveria ser a produção do conhecimento em Portugal, livre de qualquer censura ou favorecimento e baseada no mérito individual. Ligado ao sentido de liberdade e igualdade empregados, a razão aparece como fundamento deste conhecimento, cujo objetivo deveria ser a busca pela verdade. Teófilo observa em Portugal o quadro contrário, onde um dos grandes empecilhos seriam práticas como as de Castilho.

Além das respostas de Antero e Teófilo, a querela contou com a intervenção de outros intelectuais, como Camilo Castelo Branco, que em “Vaidades irritadas e irritantes”, de 1866, falou sobre os ataques realizados à obra e à pessoa de Antônio Feliciano de Castilho. Camilo tratou as considerações de Antero e Teófilo como desmedidas frente às afirmações realizadas por Castilho, reproduzidas em alguns trechos, e fez uma análise pontual das críticas realizadas em Odes Modernas e Teocracias Literárias, contrapondo-as com suas opiniões acerca da produção literária.

Entretanto, nem todas as opiniões publicadas sobre as temáticas e posturas adotadas na contenda escrita se limitaram à defesa das ideias defendidas por uma ou outra parte. Em 1866, Ramalho Ortigão intercedeu na questão com o texto *Literatura de hoje*, onde teceu críticas dirigidas tanto a Antônio Feliciano de Castilho e aqueles por ele inspirados quanto a Antero de Quental e Teófilo Braga. Ramalho alinhava-se a Antero e Teófilo em relação ao estado da

---

<sup>57</sup> FERREIRA, Alberto; MARINHO, Maria José. **A questão coimbrã (Bom senso e Bom gosto)**. Coleção Textos Literários. Lisboa: Editoria Comunicações, 1988. p.135.

literatura portuguesa no final do século XIX, mas discordava veementemente da forma como suas críticas foram realizadas e dos caminhos propostos para mudança.

O texto de Ramalho é iniciado por uma breve consideração sobre a disputa literária que se dava através da imprensa, passando em seguida ao primeiro segmento de sua análise, dedicada à apreciação da obra *Poema da Mocidade* de Pinheiro Chagas, a quem considerava um potencial bom escritor, e ao posfácio da obra, texto que desencadeou a contenda. Ramalho reconhece a importância que a figura e algumas obras de Castilho teriam desempenhado na literatura portuguesa durante a primeira metade do século, mas considera muitas de suas afirmações realizadas sobre a literatura, o ensino e a sociedade como desconexas com a realidade do país:

A verdade é que o Método repentino é inadapável nas escolas, donde fugiu há muito tempo; a verdade é que poucos (...) Não acordemos pois do seu pesado sono o sonhador da letra pequena, o sonhador da leitura ensinada com figurinhas e cantilemas, o sonhador das grandes edições largamente pagas e largamente derramadas num pequeníssimo país, onde a maior parte da gente não quer ou não sabe ler.<sup>58</sup>

Posteriormente, o apelo realizado por Castilho a um ministro de Estado para que Pinheiro Chagas seja escolhido para a cadeira de Literatura Moderna é tomada por Ramalho como um insulto ao potencial do próprio Pinheiro Chagas e a todos os escritores portugueses, sendo um exemplo claro da “escola de elogios mútuos” que teria se instaurado na produção literária portuguesa:

Sim, Sr Antonio Feliciano: converter um artigo de crítica em carta de empenho para um ministro, obrigar um poeta a figurar como um inválido amparado nos braços do seu editor e do seu crítico (...) é ofender, conspurcando-a, a dignidade da nobre profissão das letras (...). Aconselhar como professor dum curso superior de literatura (...), requerer que, para satisfação esse empenho, se sobresteja no concurso que há-de abrir praça a todos os talentos e a todas as aptidões é ofender a equidade. Eu, que não tenho outro pão além do que me dá a minha humilde mas honrada posição no jornalismo, eu que também sou novo, e também sou marido e pai, em nome da dignidade e do decoro da profissão das letras, em meu próprio nome, em nome do próprio Sr. Pinheiro Chagas, e no de quantos prezam a fidalguia intelectual, protesto aberta e declaradamente contra tão impuro, tão grosseiro e tão aviltante modo de patrocinar o talento independente e honrado.<sup>59</sup>

Mesmo a postura de Castilho, entretanto, não justificaria as posturas de Antero de Quental e Teófilo Braga, que em resposta ao escritor, teriam se voltado mais à sua pessoa do que à situação que este representaria e utilizado de palavras ofensivas. Em relação a Antero,

---

<sup>58</sup> FERREIRA, Alberto; MARINHO, Maria José. **A questão coimbrã (Bom senso e Bom gosto)**. Coleção Textos Literários. Lisboa: Editoria Comunicações, 1988. p.179.

<sup>59</sup> Ibidem. pp.183-184

que considerava “mau poeta” e “mau filósofo” pois “derriba em vez de edificar”, e sua “Bom senso e Bom gosto”, Ramalho demonstrou partilhar de algumas opiniões sobre o estado da produção literária em Portugal, mas não da forma como sua crítica era realizada:

Sou novo como o Sr. Antero de Quental; discordo como ele, e desafogadamente o tenho dito, das sentenças literárias lavradas pelo crítico do D.Jaime e do Poema da Mocidade; prezo como os que mais prezam a liberdade de opinião e o desnodo da verdade, mas repulso com tédio esse valor quando o vejo desenquadrado das questões de arte para se empregar sacriligamente na baixeza plebeia do insulto pessoal descaradamente arremessado à face venerada do decano dos escritores portugueses.(...) Se o Sr. Quental de antemão sabia, como afirma abrindo aí margem a novo insulto, que o Sr. Castilho é velho e cego, levará a bem dizer-lhe que maculou o Sr. Quental os vinte e cinco anos com a mais torpe das nódoas que um mancebo pode lançar no seu caráter: a covardia.<sup>60</sup>

Sobre as considerações de Teófilo realizadas em *Teocracias literárias*, Ramalho também questiona o que seria uma postura ofensiva do autor e mostra um entendimento diferente acerca dos sentidos de república e da relação entre “igualdade” e “individualidade” na produção literária.

Assinando-se contra as teocracias literárias, liga o Sr. Teófilo Braga à velha designação de “república das letras” uma ideia de igualdade, contra a qual me assino eu, eu que nunca pude conciliar tal ideia com o princípio da individualidade e da liberdade. A igualdade de que se não pode sair é um cárcere horrível. O despotismo da igualdade é o mais insuportável e o mais feroz dos despotismos, porque tem a sua origem na vontade dos impotentes, dos estúpidos, e dos insignificantes. Por isso a igualdade não existe. A eliminação da soberania é um sonho irrealizável, enquanto a mão de Deus não reformar o mundo rasorando as preeminências intelectuais, República quer dizer coroa a concurso. O primeiro Bonaparte que existir entre a plebe mete essa coroa na cabeça, e à matula que se lhe for por de lado manda-a metralhar. No domínio das letras é então onde menos eu admito o princípio democrático. A primeira, a mais augusta, e a mais inviolável das realezas, é a realeza do gênio.<sup>61</sup>

Ramalho expôs neste trecho uma percepção da plena igualdade entre os indivíduos, especialmente na qualidade da produção literária, como uma utopia, inalcançável na realidade. Para ele, haveria uma distinção entre o respeito à individualidade, necessária à produção do conhecimento, e uma impossível igualdade entre as produções intelectuais, inexistente devido a uma inevitável superioridade em qualidade de alguns escritos sobre outros. Ramalho também observou perigos em algumas tentativas de estabelecer esta igualdade na prática e, apesar de não fazer menção direta a sua predileção de um regime político sobre outro, cita o exemplo da república instaurada na França, cujos eventos

<sup>60</sup> FERREIRA, Alberto; MARINHO, Maria José. **A questão coimbrã (Bom senso e Bom gosto)**. Coleção Textos Literários. Lisboa: Editoria Comunicações, 1988. p.200

<sup>61</sup> Ibidem. pp.201-202.

posteriores culminaram com a instauração de um Império sob o governo de Napoleão Bonaparte.

*Literatura de hoje* é um exemplo da pluralidade de opiniões existentes entre os intelectuais ligados à chamada “geração de 70”. Atuando muitas vezes em conjunto na defesa de uma livre reflexão e da instauração de uma urgente transformação em Portugal, alguns destes indivíduos por vezes discordaram sobre quais seriam as causas da decadência portuguesa e, conseqüentemente, sobre os melhores modelos para operar tal mudança. Tais divergências, que ficaram mais nítidas nas seguintes décadas de suas atuações, apareciam apenas em poucos pontos no início de sua produção intelectual.

Os escritos produzidos no âmbito da Questão Coimbrã converteram-se na primeira manifestação pública das discordâncias existentes entre formas de se conceber a literatura e, em sentido amplo, a produção do conhecimento em Portugal. Intelectuais como Antero de Quental, Teófilo Braga e mesmo Ramalho Ortigão propunham a instauração de um “espírito crítico” no país, acompanhando o que observavam ser o caminho seguido em outros países na Europa, que serviam de inspiração não apenas pelas transformações no plano político, mas pela demonstração de “um espírito europeu, vinculado ao movimento geral das civilizações”<sup>62</sup>

De caráter inicialmente estético-literário, os textos produzidos no âmbito da querela acabaram por abordar questões mais amplas e apontaram para uma cosmovisão que percebia a literatura conectada a diversas outras esferas da sociedade contemporânea. Partindo de iniciativas individuais, as controvérsias nas quais se envolveram estes intelectuais ganharam notoriedade e desencadearam o início de ações mais diretas no que tange a uma tentativa de mobilização pública, através das obras e artigos publicados na imprensa, frente à situação detectada em Portugal. Tal ocasião foi a demonstração de que o diagnóstico da decadência portuguesa, já realizado na primeira metade do século por Garret e Herculano, havia se perpetuado nos anos subsequentes, mas de forma distinta. Se a crítica ao estado em que Portugal se encontraria se dava pelo exemplo do passado, os indivíduos da “geração de 70” o farão através de um apelo ao futuro. Esta iniciativa teve desdobramentos quando, cinco anos depois, uma ação conjunta de vários intelectuais, incluindo alguns que se envolveram na questão coimbrã, resultou no evento que ficou conhecido como as “Conferências Democráticas do Casino Lisboense”.

---

<sup>62</sup>FERREIRA, Alberto; MARINHO, Maria José. **A questão coimbrã (Bom senso e Bom gosto)**. Coleção Textos Literários. Lisboa: Editoria Comunicações, 1988. p.21.



### 1.2.2 – As Conferências do Casino

Uma vez demarcada e tornada pública a intenção de alguns intelectuais de problematizar a situação portuguesa e questionar firmemente as práticas e instituições consideradas por eles como grandes responsáveis pela decadência do país através da “questão coimbrã”, a sua colaboração no sentido de divulgar suas ideias e pensar possibilidades de mudança para o país se intensificou.

Além da colaboração através da imprensa periódica, alguns intelectuais oriundos de Coimbra e Lisboa passaram a se reunir informalmente em residências de alguns membros na capital, especialmente na de Jaime Batalha Reis<sup>63</sup>, a fim de discutir suas opiniões e elaborar estratégias para divulgação de suas ideias no que tange a situação da sociedade portuguesa e suas propostas de mudança. Conhecido posteriormente como “Cenáculo”, este grupo passou a contar gradualmente com as presenças de Eça de Queiroz, Antero de Quental, Oliveira Martins<sup>64</sup>, Salomão Saragga<sup>65</sup>, dentre outros.

Das reuniões deste grupo surgiu a ideia de um evento que pudesse se constituir em um espaço livre para a defesa e discussão de ideias sem a interferência de instituições externas, onde a publicação do que consideravam ser as principais reflexões/correntes acerca da sociedade e do conhecimento realizadas no século XIX pudessem desencadear em parte da população a percepção do estado de Portugal e o incentivo para a transformação do país. O local escolhido para a sua realização e o formato de apresentação adotado por seus organizadores fizeram com que o evento ficasse conhecido posteriormente como as “Conferências Democráticas do Casino Lisbonense” ou, simplesmente, “Conferências do Casino”.

A proposta para a elaboração do evento não pode ser desvinculada das transformações observadas no continente durante os anos anteriores<sup>66</sup>, que impulsionaram o desejo de

---

<sup>63</sup> Jaime Batalha Reis (1847-1935) foi um diplomata, agrônomo e publicista português. Formou-se e lecionou no Instituto Geral de Agricultura, desempenhando também funções administrativas relacionadas à agricultura e cargos diplomáticos em vários países. Junto de Oliveira Martins e Antero de Quental, fundou a Revista Ocidental em 1875, colaborando também com distintas publicações periódicas no país.

<sup>64</sup> Joaquim Pedro de Oliveira Martins (1845-1894) foi um escritor, político e um dos mais conhecidos intérpretes sociais portugueses ao final do século XIX. Atuou como deputado e dirigiu várias instituições portuguesas, como a Sociedade de Geografia Comercial do Porto e o Museu Industrial e Comercial do Porto. Dentre suas diversas obras, encontram-se *História da civilização ibérica* (1879), *História de Portugal* (1879), *Elementos de antropologia* (1880), *O Brasil e as Colônias Portuguesas* (1880).

<sup>65</sup> Salomão Bensabat Saragga (1842-1900) foi estudioso da cultura e língua hebraica.

<sup>66</sup> Vários são os exemplos destas transformações. Em 1868, eclodiu a revolução na Espanha que culminou com o destonamento de Isabel II e o início do período conhecido como Sexênio Democrático. Já em 1870, o Concílio Vaticano declarava, dentre outras decisões, o dogma da infalibilidade papal. No mesmo ano, iniciou-se a guerra

mudança por parte dos intelectuais portugueses e reforçaram a ideia de que a sociedade portuguesa precisava estar atenta e debater os acontecimentos da Europa a fim de alinhar Portugal ao “movimento moderno”, tornando necessária a realização de um evento como as conferências. Desta forma, foi publicado em 16 de maio no periódico *A Revolução de Setembro* o programa das conferências, trazendo os principais norteadores que teriam conduzido sua elaboração e os objetivos de sua realização.

O texto contava ao final com a assinatura de 12 nomes: Adolfo Coelho<sup>67</sup>, Antero de Quental, Augusto Soromenho<sup>68</sup>, Augusto Fuschini<sup>69</sup>, Eça de Queiroz, Germano Vieira Meireles<sup>70</sup>, Guilherme de Azevedo, Jaime Batalha Reis, Oliveira Martins, Manuel de Arriaga<sup>71</sup>, Salomão Sáragga e Teófilo Braga. O conteúdo presente neste programa aponta para algumas interpretações que, para além das diferentes influências teóricas e propostas individuais, perpassam suas concepções acerca da realidade portuguesa ao fim do século. O texto se inicia com a seguinte constatação:

Ninguém desconhece que se está dando em volta de nós uma transformação política, e todos pressentem que se agita, mais forte que nunca, a questão de saber como deve regenerar-se a organização social. Sob cada um dos partidos que lutam na Europa, como em cada um dos grupos que constituem a sociedade de hoje, há uma ideia e um interesse que são a causa e o porque dos movimentos.<sup>72</sup>

É apontado pelos autores que a preocupação com os movimentos que pareciam atravessar todo o mundo ocidental já permeariam as reflexões de intelectuais em outros países

entre França e a recém-unificada Alemanha, duas das principais potências europeias. Por ocasião da quase vitória alemã em 1871, instaurou-se na capital francesa a “Comuna de Paris”, primeiro governo operário construído em oposição à invasão prussiana.

<sup>67</sup> Francisco Adolfo Coelho (1847-1919) foi um escritor, pedagogo e filólogo português. Atuou, dentre outros cargos, como professor do Curso Superior de Letras em Lisboa. Escreveu diversas obras relacionadas ao ensino em Portugal, dentre as quais *Os elementos tradicionais da educação* (1883) e *O ensino histórico, filológico e filosófico em Portugal até 1858* (1900).

<sup>68</sup> Augusto Pereira de Vabo e Anhaya Galego e Soromenho (1833-1878) foi um professor e filólogo português. Conhecedor da língua árabe, foi professor de Língua Árabe no Liceu Nacional de Lisboa e professor de Literatura Moderna no Curso Superior de Letras em Lisboa. Colaborou em vários periódicos portugueses e foi autor da obra *Origem da língua portuguesa* (1867).

<sup>69</sup> Augusto Maria Fuschini (1843-1911) foi engenheiro civil e atuou em vários cargos políticos. Ocupou as posições de deputado, conselheiro de Estado e desempenhou brevemente o cargo de Ministro da Fazenda em 1893.

<sup>70</sup> Germano Vieira de Meireles (1842-1877) foi jornalista, advogado e crítico literário. Colaborou com diversos periódicos portugueses e era amigo próximo de Antero de Quental, que dedicou a ele sua primeira edição de *Odes Modernas*.

<sup>71</sup> Manuel José de Arriaga Brum da Silveira e Peyrelongue (1840-1917) tinha origem açoriana e atuou como escritor, professor, advogado e político, sendo o primeiro presidente eleito de Portugal em 1911, após a instauração do regime republicano no ano anterior. Foi um dos principais ideólogos do Partido Republicano Português. Eleito como vereador em Lisboa e deputado. Após a implantação da república, participou ativamente da Assembleia Constituinte e foi eleito reitor da Universidade de Coimbra antes de assumir a presidência após sua vitória nas eleições.

<sup>72</sup> QUENTAL, Antero de. **Causas da decadência dos povos peninsulares**. 8º Ed. Lisboa: Ulmeiro, 2001. p.7

européus e impulsionariam as manifestações realizadas nestes. As ideias que perpassariam os movimentos observados na Europa, já citada em alguns textos da “Questão Coimbrã”, estão ligadas à concepção universalista de história e é nomeada logo em seguida em conjunto com alguns fundamentos que impulsionaram a realização das conferências por estes intelectuais:

Pareceu que cumpria, enquanto os povos lutam nas revoluções, e antes que nós mesmos tomemos nelas o nosso lugar, estudar serenamente a significação dessas ideias e a legitimidade desses interesses; investigar como a sociedade é, e como ela deve ser; como as Nações tem sido, e como as pode fazer hoje a liberdade; e, por serem elas as formadoras do homem, estudar todas as ideias e todas as correntes do século. Não pode viver e desenvolver-se um povo, isolado das grandes preocupações intelectuais do seu tempo; o que todos os dias a humanidade vai trabalhando, deve também ser o assunto das nossas constantes meditações.<sup>73</sup>

As palavras dos intelectuais apontam para duas concepções. A primeira, do intelectual enquanto “voz da nação”, assumindo o dever de analisar e tornar inteligível as transformações da sociedade para que a mesma possa compreendê-las. Traz também a percepção de que Portugal experimentaria as mesmas transformações observadas em outros países da Europa, seguindo o caminho no tempo pelo qual todas as sociedades deveriam passar. A história novamente destaca-se na compreensão destes movimento, sendo o conhecimento da relação entre o passado e presente e as perspectivas futuras uma das bases para a análise e transformação social.

A reflexão sobre as principais problemáticas que se apresentam à sociedade contemporânea aparece como fundamento para o desenvolvimento. Na concepção dos organizadores, se apresentaria em Portugal a situação inversa, com a imensa maioria da população analfabeta e com a ausência de criticidade daqueles que possuíam o domínio das letras. Tendo em vista a mudança deste quadro, o objetivo das reflexões realizadas por seus idealizadores e da própria existência das conferências seriam os seguintes:

Abrir uma tribuna onde tenham voz as ideias e os trabalhos que caracterizam este momento do século, preocupando-nos sobretudo com a transformação social, moral e política dos povos; Ligar Portugal com o movimento moderno, fazendo-o assim nutrir dos elementos vitais de que vive a humanidade civilizada; procurar adquirir a consciência dos fatos que nos rodeiam, na Europa. Agitar na opinião pública as grandes questões da Filosofia e da Ciência moderna; Estudar as condições da transformação pública, econômica e religiosa da sociedade portuguesa; Tal é o fim das Conferências democráticas.<sup>74</sup>

<sup>73</sup> QUENTAL, Antero de. **Causas da decadência dos povos peninsulares**. 8º Ed. Lisboa: Ulmeiro, 2001. pp.7-8.

<sup>74</sup> *Ibidem*. p.8.

Os objetivos apresentados sintetizam a cosmovisão destes intelectuais e dos caminhos pretendidos por eles para a superação da decadência e transformação de Portugal. Este processo seria assentado na compreensão das transformações observadas na sociedade, assim como no desenvolvimento e livre discussão sobre um conhecimento baseado nos pressupostos da ciência e filosofia moderna, cujos referenciais seriam os estudos realizados por intelectuais de países europeus como França, Inglaterra e Alemanha. O fim último almejado seria a inserção de Portugal no que seria o “movimento moderno” das nações, cujo entendimento por parte de seus organizadores se insere em uma concepção universalista de tempo, que passa pelo desenvolvimento técnico, pelas transformações políticas e pelo desenvolvimento de uma cosmovisão de mundo embasada no conhecimento científico, que culminaria com o pleno estabelecimento dos ideais da liberdade, verdade e igualdade. Tais elementos também encontram-se atrelados à noção de “civilização”, cujo uso se aplicaria à nação que compreenderia e experienciaria este movimento.

A mudança pretendida pelos idealizadores também é apoiada em um importante pilar, que fundamentou a própria realização das conferências. O conhecimento produzido na reflexão sobre a sociedade não geraria nenhuma mudança se ficasse confinado à pequenos círculos. As reflexões realizadas deveriam ganhar publicidade, a fim de desenvolver uma “consciência” das transformações experienciadas na população e mobilizar o povo contra as práticas que os privariam de seus direitos e que gerariam um entrave para o desenvolvimento do país. As Conferências do Casino representariam para estes intelectuais a primeira tentativa concreta de expor tais ideias para parte da população portuguesa. Esta posição é reforçada no segmento final do programa:

Têm elas uma imensa vantagem, que nos cumpre especialmente notar: preocupar a opinião com o estudo das ideias que devem presidir a uma revolução, do modo que para ela a consciência pública se prepare e ilumine, é dar não só uma segura base à constituição futura, mas também, em todas as ocasiões, uma sólida garantia à ordem. Posto isto, pedimos o concurso de todos os partidos, de todas escolas, de todas aquelas pessoas que ainda que não partilhem as nossas opiniões, não recusam a sua atenção aos que pretendem ter uma ação – embora mínima – nos destinos do seu país, expondo pública mas serenamente as suas convicções e o resultado dos seus estudos e trabalhos.<sup>75</sup>

O sentido da “revolução” pretendida pelos idealizadores, que passa pela transformação sociopolítica atrelada a uma mudança cultural, está ligada a uma noção de tempo como devir progressivo da humanidade e da capacidade do homem enquanto agente modificador de seu

---

<sup>75</sup> QUENTAL, Antero de. **Causas da decadência dos povos peninsulares**. 8º Ed. Lisboa: Ulmeiro, 2001. pp.8-9.

próprio destino, podendo romper com um passado decadente para abrir espaço a um futuro adequado a este contínuo movimento.

Esta ruptura, entretanto, não poderia ser realizada sem a devida preparação dos seus agentes e integrantes, a sociedade, devendo ser precedida por uma profunda reflexão sobre as transformações que concomitantemente experienciavam e impulsionavam para poder operar a manutenção de seus resultados e não incorrer nos erros observados em outras “revoluções”, que teriam destruído os próprios princípios sobre os quais se assentaram.

Para iniciar a preparação da sociedade portuguesa para as mudanças vistas pelos idealizadores como necessárias e desencadear uma problematização da situação de Portugal em meio ao quadro de inércia e acriticidade que observavam no país, as Conferências foram apresentadas como alternativa. Com este fim, seus organizadores encerravam o programa com o apelo à presença de vários segmentos da sociedade portuguesa, independentemente de sua orientação política e teórica, para que pudessem integrar o que seria um espaço de livre discussão para os indivíduos que tivessem a perspectiva de empreender melhorias nas diversas esferas da vida pública em Portugal.

As Conferências do Casino se iniciaram em 21 de maio de 1871. A realização do evento não se concentrou em uma única data ou breve período, dispersando-se ao longo de várias semanas com a ocorrência de uma conferência em intervalos que variaram de 5 a 9 dias, onde um dos organizadores proferia uma palestra aos ouvintes a partir de uma temática específica, abordando algum aspecto cuja problematização considerassem necessária em busca de uma mudança em Portugal. Muitos dos textos originais utilizados pelos palestrantes, no entanto, acabaram por se perder, chegando em fragmentos através de considerações tecidas em periódicos ou correspondências.

A primeira conferência foi proferida por Antero de Quental e se intitulava *O espírito das conferências*, na qual desenvolveu muitos dos elementos apresentados no programa inicial, aprofundando os motivos que os conduziram a elaborar o evento, tais como a idealização de um espaço de livre debate e a difusão de suas ideias para outros segmentos da sociedade. Antero retomaria a palavra cinco dias após a exposição inicial, apresentando a conferência mais conhecida do evento e que foi publicada na íntegra posteriormente.

Em 27 de maio, Antero de Quental proferiu a conferência intitulada *Causas da decadência dos Povos Peninsulares nos últimos três séculos*. A apresentação dava continuidade à primeira exposição, realizando agora uma análise do diagnóstico comum observado pelos organizadores. A “decadência”, ideia que perpassava suas cosmovisões sobre a realidade portuguesa, foi apresentada como conceito central nesta fala. No entanto, a

conferência diferenciou-se de muitos textos produzidos por ocasião da “questão coimbrã” e das conferências por não trazer Portugal como objeto específico de análise, estendendo o olhar a toda a Península Ibérica e identificando na Espanha uma situação semelhante à portuguesa.

As relações entre Portugal e Espanha nas reflexões sobre a sociedade portuguesa não eram novas nas interpretações sobre a situação do país <sup>76</sup>. Se a problematização sobre Portugal passava por um olhar sobre França, Inglaterra e outros países considerados como alinhados ao desenvolvimento das nações, o mesmo se daria com o vizinho peninsular. Entretanto, a Espanha era percebida de um modo distinto, partilhando com Portugal o mesmo caminho que os conduziu de referência ao restante da Europa à decadência. Muitos dos contemporâneos de Antero partilhavam da noção de que os destinos dos dois países estavam intrinsecamente ligados <sup>77</sup>, ideia debatida com ainda mais intensidade por ocasião da “questão ibérica”.

Em sua exposição, Antero buscou, como exposto no título, identificar os elementos comuns que conduziram Portugal e Espanha à decadência, observada por ele como perceptível nos últimos três séculos anteriores às Conferências. O recorte da análise de Antero engloba um período que se inicia na segunda metade do século XVI, próximo ao início da chamada União Ibérica. A conferência é iniciada com a afirmação de que:

A decadência dos povos da Península nos últimos três séculos é um dos fatos mais incontestáveis, mais evidentes da nossa história (...). Como peninsular, sinto profundamente ter de afirmar, numa assembleia de peninsulares, esta desalentadora evidência. Mas, se não reconhecermos e confessarmos francamente os nossos erros passados, como poderemos aspirar a uma emenda sincera e definitiva? O pecador humilha-se diante do seu Deus, num sentido ato de contrição, e só assim é perdoado. Façamos nós também, diante do espírito de verdade, o ato de contrição pelos nossos pecados históricos, porque só assim nos poderemos emendar e regenerar. <sup>78</sup>

O conhecimento do caminho que teria conduzido os países ibéricos à conjuntura observada aparece como um dos fundamentos para a elaboração de uma mudança em Portugal. Antero inicia a análise de que os povos peninsulares apresentariam um “quadro de abatimento e insignificância”, que contrastaria com a “grandeza, a importância e a originalidade” do papel que desempenharam “no primeiro período da Renascença, durante

---

<sup>76</sup> Como exemplo, Almeida Garret, na obra *Portugal na balança da Europa*, cogita a união entre Portugal e Espanha como uma das possibilidades para a superação da decadência que se perpetuaria em seu país.

<sup>77</sup> CATROGA, Fernando; MENDES, José Amado; TORGAL, Luís Reis. **História da história de Portugal. Séculos XIX-XX**. Vol.1. A história através da História. Lisboa: Temas e Debates, 1998. p.104

<sup>78</sup> QUENTAL, Antero de. **Causas da decadência dos povos peninsulares**. 8º Ed. Lisboa: Ulmeiro, 2001. pp.11-12.

toda a idade média e ainda nos últimos séculos da Antiguidade”<sup>79</sup>. Foi tecida uma breve explanação das características que fizeram com que Portugal e Espanha fossem tidos como referências ao restante da Europa em diversas áreas, da projeção econômica à produção intelectual, traçada desde o período imperial romano. Este desenvolvimento de séculos teria sido, entretanto, interrompido em um período relativamente curto e se tornado notável e inegável na transição do século XVI para o XVII:

No princípio do século XVII, quando Portugal deixa de ser contado entre as nações (...), quando a glória passada já não pode encobrir o ruinoso do edifício presente, e se afunda a Península sob o peso dos muitos erros acumulados, então aparece franca e patente por todos os lados a nossa improcrastinável decadência. Aparece em tudo; na política, na influência, nos trabalhos da inteligência, na economia social e na indústria, e como consequências de tudo isto, nos costumes. A preponderância, que até então exercêramos nos negócios da Europa, desaparece para dar lugar à insignificância e à impotência. Nações novas ou obscuras erguem-se, e conquistam no mundo à nossa custa, a influência de que nos mostramos indignos.<sup>80</sup>

Não podendo mais ser encoberta pelos avanços dos séculos anteriores, a decadência peninsular teria se tornado evidente em diversas esferas. A posição que Espanha e Portugal teria ocupado à frente no movimento progressivo da técnica e do conhecimento na história universalista haveria sido perdida pela incapacidade demonstrada por estes dois países de acompanhar este fluxo, abrindo espaço para nações que começavam a ganhar forma, mas que compreenderam e acompanharam as transformações experienciadas. Significativas são as principais causas apontadas por Antero que teriam conduzido a esta decadência:

Ora esses fenômenos capitais são três, e de três espécies: um moral, outro político, outro econômico. O primeiro é a transformação do catolicismo, pelo concílio de Trento. O segundo, o estabelecimento do absolutismo, pela ruína das liberdades locais. O terceiro o desenvolvimento das conquistas longínquas. Estes fenômenos assim agrupados, compreendendo os três grandes aspectos da vida social, o pensamento, a política e o trabalho, indicam-nos claramente que uma profunda e universal revolução se operou, durante o século XVI, nas sociedades peninsulares. E esta revolução foi funesta, funestíssima.<sup>81</sup>

Os três elementos expostos, observados em outros países europeus em períodos e intensidades distintas, teriam influenciado de forma combinada e concomitante o que Antero considera como os principais aspectos da vida em sociedade: a construção do conhecimento, a organização política e a produção econômica. O estabelecimento do absolutismo monárquico teria suprimido as liberdades locais e centralizado o poder à um pequeno grupo, anulando a

<sup>79</sup> QUENTAL, Antero de. **Causas da decadência dos povos peninsulares**. 8º Ed. Lisboa: Ulmeiro, 2001. p.14

<sup>80</sup> Ibidem. p.22

<sup>81</sup> Ibidem. p.30.

participação da imensa maioria da sociedade. As decisões do Concílio de Trento teriam sistematizado o despotismo religioso e suprimido a livre discussão e desenvolvimento do conhecimento. Os grandes recursos dispendidos na empreitada colonial, por sua vez, deixaram de ser aplicados no desenvolvimento industrial em Portugal e Espanha. Obstáculos para estes países no acompanhamento do desenvolvimento das nações, estas teriam sido as principais causas da decadência peninsular segundo Antero, que expõe extensamente sobre cada um desses pontos e suas influências sobre a península.

A expressão “revolução” empregada por Antero neste trecho específico para se referir a esta mudança e aos resultados da influência dos três elementos apontados como causas da decadência carrega um sentido de negatividade, diferindo da usual acepção empregada pelos idealizadores da conferência, mas reforçando a noção de “revolução” enquanto ruptura, marco na diferenciação entre o passado e um “novo tempo”. Uma outra ruptura, em seu sentido positivo, se faria necessária para a superação da decadência e para o alinhamento de Portugal e Espanha com o “movimento das nações”:

Que é pois necessário para readquirirmos o nosso lugar na civilização? Para entrarmos outra vez em comunhão da Europa culta? É necessário um esforço viril, um esforço supremo: quebrar resolutamente com o passado. Respeitemos a memória dos nossos avós: memoremos piedosamente os atos eles, mas não os imitemos. Não sejamos, à luz do século XIX, espectros a que dá uma vida emprestada o espírito do século XVI. A esse espírito mortal, oponhamos francamente o espírito moderno.<sup>82</sup>

O passado peninsular não deveria ser esquecido na mudança pretendida em Portugal, uma vez que o conhecimento da história era fundamental no processo pensado pelos idealizadores das Conferências. Entretanto, tal passado não deveria ser “imitado” ou rememorado como um ponto de fuga da situação presente, devendo ser uma referência para a transformação social e alinhamento com o “espírito moderno” que moveria outras ações além da península.

Após a longa exposição sobre as causas da decadência, que fizeram com que morresse nos Portugueses e Espanhóis a “alma moderna” e não aparecesse nos últimos dois séculos nenhum “homem superior, que se possa por ao lado dos grandes criadores da ciência moderna” ou grande “descoberta intelectual”<sup>83</sup>, Antero apresentou possibilidades que poderiam nortear a transformação na península, sobretudo nos pontos apontados como as principais causas:

---

<sup>82</sup> QUENTAL, Antero de. **Causas da decadência dos povos peninsulares**. 8º Ed. Lisboa: Ulmeiro, 2001. p.67.

<sup>83</sup> *Ibidem*. pp.26-27.



Oponhamos ao catolicismo, não a indiferença ou uma fria negação, mas a ardente afirmação da alma nova, a consciência livre, a contemplação direta do divino pelo humano (isto é, a fusão do divino e do humano), a filosofia, a ciência, e a crença no progresso. (...) Oponhamos à monarquia centralizada, uniforme e impotente, a federação republicana de todos os grupos autonômicos, de todas as vontades soberanas, alargando e renovando a vida municipal, dando-lhe um caráter radicalmente democrático, porque só ela é a base e o instrumento natural de todas as reformas práticas, populares, niveladoras. Finalmente, à inércia industrial oponhamos a iniciativa do trabalho livre, a indústria do povo, pelo povo e para o povo, não dirigida e protegida pelo Estado, mas espontânea, não entregue à anarquia cega da concorrência, mas organizada duma maneira solidária equitativa, operando assim gradualmente a transição para o novo mundo industrial do socialismo, a quem pertence o futuro. Esta é a tendência do século, esta deve também ser a nossa. Somos uma raça decaída por ter rejeitado o espírito moderno: regenerar-nos-emos abraçando francamente esse espírito.<sup>84</sup>

Focada no que teria conduzido à presente situação peninsular e elaborada para uma audiência alinhadas a diferentes posições políticas e influências teóricas, a apresentação de Antero não se aprofundou em nenhum modelo de organização política ou econômica que se seguiria à transformação pretendida. Entretanto, encontram-se brevemente esboçadas quais seriam, em sua opinião, as alternativas para alinhar Portugal e Espanha ao “movimento das nações”.

Algumas destas proposições não eram consenso entre seus colegas. No lugar da monarquia, Antero propunha uma república federativa como forma de organização política, concedendo autonomia aos poderes locais. As influências socialistas apresentam-se em sua proposta sobre a economia, que deveria fundamentar-se gradualmente em uma indústria que tivesse o povo como sua base e seu fim, mas organizada sem a interferência do Estado. Ao catolicismo, entretanto, Antero opõe um ponto comum na interpretação dos organizadores das conferências: a ciência, a filosofia, a crença no progresso e a livre discussão deveriam pautar a cosmovisão sobre a realidade, que não deveria negar a existência de uma religião, mas sem submeter-se a ela.

Finalizando sua apresentação, Antero coloca novamente a “revolução” como o caminho para a transformação da sociedade peninsular, associando-a a uma mudança pacífica e diferenciando-a de insurreição. Comparada com a transição que o cristianismo teria operado ao final do Império Romano, a “revolução” é considerada por Antero como a chave para incorporar Portugal e Espanha novamente no movimento impulsionado pelo “espírito moderno”.

---

<sup>84</sup> QUENTAL, Antero de. **Causas da decadência dos povos peninsulares**. 8º Ed. Lisboa: Ulmeiro, 2001. pp.67-68.

As três conferências seguintes, cujos textos também se perderam, deram a palavra a outros organizadores das Conferências, que trataram de temáticas específicas relacionadas à decadência de Portugal. Duas delas foram centradas na literatura e na arte, temas centrais nas discussões realizadas na “Questão Coimbrã” enquanto a última lançou um olhar sobre a educação portuguesa.

Augusto Soromenho, professor do Curso Superior de Letras, proferiu a palestra de 5 de junho, intitulada *A literatura portuguesa*, na qual traçou uma análise da situação da produção literária no país. Esta não teria apresentado nenhuma originalidade nas últimas décadas, respaldando-se na glória outrora trazida por autores como Camões e Gil Vicente. Para o autor, a reconstrução da literatura portuguesa deveria passar por uma inspiração de valores universais, alinhando-se ao conhecimento produzido em outros países mas sempre mantendo suas peculiaridades nacionais.

Eça de Queiroz teve a palavra em 12 de junho, realizando sua conferência *A literatura nova ou o realismo como nova expressão de arte*, considerada como manifesto do realismo em Portugal. Alinhando-se ao entendimento de muitos de seus colegas, Eça possuía uma concepção da finalidade de produção artística como diretamente ligada ao local onde é produzida. A arte, portanto, deveria acompanhar as transformações ocorridas na sociedade, tomando como matéria a vida contemporânea e devendo se pautar nos ideais da justiça e liberdade.

Em 19 de junho, foi a vez de Adolfo Coelho apresentar suas ideias na conferência intitulada *A questão do ensino*, onde realizou uma análise da situação em que se encontraria a educação portuguesa e sua relação com o estado do país. Enfatizou o caráter declamatório e superficial que preponderava nas escolas portuguesas<sup>85</sup>, apontando a influência da Igreja na educação como a principal causa de seu atraso e propondo uma separação Igreja e Estado no que tange ao ensino.

Mais 5 conferências estavam previstas para serem realizadas: *Os historiadores críticos de Jesus*, por Salomão Saragga; *O socialismo*, por Jaime Batalha Reis; *A República*, por Antero de Quental; *A instrução primária*, por Adolfo Coelho e *A dedução positiva da ideia democrática*, por Augusto Fuschini. Entretanto, em 26 de junho, dia da exposição de Saragga, uma portaria do governo proibiu a continuidade das conferências.

---

<sup>85</sup> HOMEM, Amadeu Carvalho. **Do romantismo ao realismo: temas de cultura portuguesa (Século XIX)**. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2005. p.65

Assinada por Antônio José de Ávila<sup>86</sup>, então Presidente do Conselho de Ministros em Portugal, a portaria determinava que nenhuma outra conferência fosse realizada, alegando que estas expunham e sustentavam “doutrinas e proposições que atacam a religião e as instituições políticas do Estado” e ofendiam “clara e diretamente as leis do reino e o código fundamental da monarquia”. A essa proibição, se seguiram vários protestos por parte dos organizadores das conferências e de outros intelectuais.

Dentre os inúmeros textos publicados, um foi redigido imediatamente após a proibição por Antero de Quental, Adolfo Coelho, Jaime Batalha Reis, Salomão Saragga e Eça de Queiroz, e assinado por várias outras pessoas, dentre as quais Raphael Bordallo Pinheiro<sup>87</sup>. Entregue para publicação em diversos periódicos, os intelectuais apelavam neste texto à “opinião pública” e à “consciência liberal do país” contra a proibição das conferências e em defesa da “liberdade de pensamento, da liberdade de palavra, da liberdade de reunião, bases de todo o direito público, únicas garantias da justiça social”<sup>88</sup>. As manifestações contrárias ao encerramento das Conferências continuaram em outras publicações.

Raphael Bordallo Pinheiro dedicou a sétima e última folha de sua publicação *A Berlinda*<sup>89</sup> à temática das Conferências Democráticas do Casino (**Figura 1**), colocando em pauta sua realização e questionando seu cancelamento. Nesta composição, Bordallo expôs de forma narrativa e sintética os eventos relacionados à realização das conferências, da idealização à proibição, passando por uma breve descrição do estado em que Portugal se encontrava em diferentes áreas. As considerações presentes nesta obra demonstram um alinhamento entre a concepção de Bordallo Pinheiro e dos organizadores das conferências acerca da situação portuguesa.

---

<sup>86</sup> Antônio José de Ávila (1807-1881), sucessivamente Conde, Marquês e Duque de Ávila e Bolama, foi um estadista português. Ocupou o posto de Ministro da Fazenda e presidente da Câmara dos Pares, além de ter sido em três oportunidades o Presidente do Conselho de Ministros de Portugal. Também desempenhou a função de vice-presidente da Academia de Ciências de Lisboa.

<sup>87</sup> A afirmação de que Raphael Bordallo Pinheiro foi signatário deste documento consta em FRANÇA, José Augusto. **Rafael Bordalo Pinheiro: o português tal e qual**. 2º Ed. Lisboa: Livraria Bertrand, 1982. p.81

<sup>88</sup> QUENTAL, Antero de. **Causas da decadência dos povos peninsulares**. 8º Ed. Lisboa: Ulmeiro, 2001.

<sup>89</sup> A *Berlinda* foi uma das primeiras publicações de Raphael Bordallo Pinheiro, produzida entre 1870 e 1871. Cada edição consistia em uma única folha de grande dimensão, com uma composição caricatural impressa em um lado. Possuiu apenas sete edições (três em 1870 e quatro em 1871).

**Figura 1 – As Conferências do Casino em A Berlinda**



Fonte: A Berlinda nº 7 – 1871

Nos primeiros quadros da composição, Bordallo aparece em uma auto representação como narrador dos eventos seguintes, apontando para o estado de Portugal que é sintetizado pelo autor como uma “purulenta fisionomia”, representada por um rosto deformado em um quadro que despeja secreções a cada apontamento de seu autor. Segue então a descrição caricatural do que seria a situação portuguesa de então. Dentre os fatores colocados pelo autor como integrantes desta situação decadente, está um sistema monárquico em declínio, uma economia que viveria à custa do povo português e a educação, cujo estado fora representado simplesmente como um borrão. Tais composições embasam uma concepção sobre Portugal enquanto decadente em todas as esferas, da organização política e econômica à moral, compartilhando o diagnóstico de alguns de seus contemporâneos sobre a situação do país que carecia de uma urgente resolução.

Em seguida, Bordallo mostra seis dos organizadores das Conferências, evento apresentado como espaço de discussão para a pretendida reforma em Portugal, sendo quatro dos quais efetivamente chegaram a ministrar suas palestras. Da esquerda para a direita, encontram-se Salomão Saragga, Augusto Soromenho, Jaime Batalha Reis, Antero de Quental, Adolfo Coelho e Eça de Queiroz. Os organizadores são representados sob um barrete frígio, considerado como um dos símbolos do movimento republicano, que demonstraria o que seria, aos olhos de Bordallo, a principal alternativa de mudança apresentada por estes intelectuais à situação de decadência que se observava no país e um dos principais ideais que os motivava.

Na percepção do autor, a realização das Conferências teria o objetivo de mostrar ao povo português a real situação em que o país se encontraria em diversas esferas e expor a necessidade de uma mudança em tal situação. O uso expressão “Mascarós da civilização” faz referência ao nome de um médico espanhol que então obtinha grande popularidade em Lisboa por suas cirurgias oftalmológicas<sup>90</sup>, representando a operação que estes intelectuais pretenderiam empreender na forma como a sociedade portuguesa observava seu próprio país

Bordallo então passou a referenciar as conferências realizadas, representando a síntese de cada um dos discurso. Antero é mostrado ao elencar o catolicismo, o centralismo da monarquia absolutista e a empresa colonial como as causas das decadências dos povos peninsulares, ou “as cataratas, o estrabismo de Portugal velho”, enquanto Augusto Soromenho corta as carapuças de alguns literatos que representariam um dos obstáculos para auto-reflexão da sociedade portuguesa. Eça de Queiroz, por sua vez, é representado ao “moer” o idealismo que predominaria nas artes e literatura em Portugal com a proposta do realismo, assim como Adolfo Coelho rompe com um machado o altar que representaria a ingerência da Igreja no ensino português. A cada conferência ministrada, a “ordem vigente” representada pelo Marquês de Ávila, se sentiria atingida, o que culminou na ação representada em seguida.

O ato do cancelamento das Conferências pela portaria do governo é mostrado em quadro posterior, apresentando membros do clero católico e um judeu ortodoxo ao extrair do Marquês de Ávila a proibição, que aparece posteriormente selando a porta do Casino Lisbonense antes da apresentação de Salomão Saragga. O cerceamento da liberdade de opinião que este ato demonstraria foi representado em um quadro pelos conferencistas “abafados” em uma panela e, em seguida, com rolhas nas bocas, utilizando a escrita como única forma de crítica que lhes restara, enquanto redigiam os protestos contra a proibição das conferências. Ao final da composição, o Marquês de Ávila é representado sob aclamação de

---

<sup>90</sup>FRANÇA, José Augusto. **Rafael Bordalo Pinheiro: o português tal e qual**. 2º Ed. Lisboa: Livraria Bertrand, 1982. p.81.

clérigos, indivíduos ligados à administração do Estado e dois burros, que o saúdam sobre a irônica legenda “viva a liberdade”.

Eça de Queiroz, um dos preletores nas Conferências, também se valeu do espaço de sua então recém-criada publicação *As Farpas*, em parceria com Ramalho Ortigão, na edição de junho de 1871 para questionar o encerramento do evento e, em sentido amplo, o estado da sociedade portuguesa. Dentre os argumentos tecidos em seu texto, o autor questionou a própria legalidade da proibição das Conferências e problematizou os objetivos e os sentidos por trás de sua realização:

Homens que numa sala, com senhoras numa galeria, movem questões científicas e literárias numa alta generalização de ideias são tão inofensivos na política do seu país como um livro de matemática. São um centro de pensamento e de estudo, não tocam a rebate no sino das Mercês. – Mas homens que o governo obriga a fazer um protesto num café, na agitação de trezentas pessoas; a percorrerem as redações dos jornais seguidos de uma manifestação tranquila; a acusarem a reação, a colocarem-se como defensores da consciência ofendida, esses parecem-se terrivelmente com homens de uma ação política!<sup>91</sup>

Eça questionou a periculosidade à ordem pública que foi atribuída como motivo para o encerramento das Conferências, alegando tratar-se apenas de um espaço onde ideias eram livremente discutidas. Entretanto, o autor alerta para o perigo do ato proibitório, cujas consequências poderiam, de fato, gerar um movimento que focasse diretamente na administração pública e suas instituições. O exemplo da agitação que se deu após a determinação é utilizado para reforçar tal concepção. Eça segue na tentativa de desacreditar o caráter de desordem conferido ao evento, elucidando o que seria, a seu ver, o sentido da revolução pretendido pelos organizadores:

Sim, nós não queremos também que num país como este, ignorante, desorganizado, apaixonado, se lance através das ambições e das cóleras – o grito de revolta! Nós queremos a revolução feita serenamente no domínio das ideias e da ciência, primeiro – depois pela influência pacífica de uma opinião esclarecida e inteligente, e pelas concessões sucessivas dos poderes conservadores; - enfim uma revolução pelo governo, tal qual ela se faz lentamente e fecundamente na sociedade inglesa.<sup>92</sup>

O significado de “revolução” que mobilizaria os organizadores estaria, na percepção do autor, mais ligada a uma renovação social originada em uma livre reflexão sob os pressupostos das ciências do que em uma agitação social. Ao contrário, Eça julgou a

---

<sup>91</sup> **AS FARPAS: Crônica mensal da política, das letras e dos costumes.** Lisboa: Tipografia Universal, jun/1871. p.56

<sup>92</sup> *Ibidem.* pp.62-63

sociedade portuguesa, na atual situação em que se encontraria, como incapaz de lidar com um movimento social abrupto, que acabaria por trazer mais malefícios do que alguma benéfica mudança. A transição pretendida se daria através de uma transformação no plano cultural, cuja iniciativa deveria partir, preferencialmente, do próprio governo.

Após outras considerações, Eça de Queiroz finaliza sua argumentação com um questionamento às autoridades utilizando as diferenças que existiriam entre o caráter das Conferências e as atividades realizadas anteriormente no Casino Lisboense:

Antes de haver conferências no Casino havia ali cançonetas. Mulheres decotadas até ao estômago, com os braços nus, o olhar obsceno (...). Ali, num verso bestial, e a um compasso monótono, ridicularizava-se o pudor, a família, o trabalho, a virgindade, a dignidade, a honra, Deus! (..) E aí está! Aquilo que era a obscenidade, a desmoralização, a infâmia, a crápula, não atacava a moral do estado! As conferências, que eram o estudo, o pensamento, a crítica, a história, a literatura, eram incompatíveis com essa moral! Homens refastelados, bebendo conhaque, rindo, gritando (...) – isso era permitido por todas as leis! Homens que escutam gravemente uma voz que fala de justiça, de moral, de arte, de civilização – isso é proibido com tanta violência que se salta por cima da Carta para o proibir! A isso manda-se um polícia dar duas voltas à chave! *Miserere! Miserere!*<sup>93</sup>

O segmento traz o que seria uma contradição na atitude do Estado ao impedir a continuidade das Conferências. O espaço utilizado para sua realização costumaria, segundo Eça, receber festas que teriam atividades totalmente contrárias à moralidade defendida pelo Estado e Igreja, com atos de devassidão para os padrões da época e ofensas a vários aspectos relacionados à vida pública. Estes atos, entretanto, jamais teriam sofrido qualquer cerceamento por parte do Governo, enquanto as propostas de reflexão e discussão pretendidas pelos organizadores teria sido sumariamente barradas como ameaças à nação, desrespeitando mesmo, na percepção do autor, certos preceitos legais.

Pensados em relação à proposta presente no programa do evento e em algumas argumentações pontuadas nos discursos proferidos, os questionamentos realizados por Bordallo Pinheiro e Eça de Queiroz após o encerramento das Conferências demonstram uma clara concordância destes indivíduos com os demais intelectuais da “geração de 70” no que tange à necessidade de transformação da sociedade portuguesa a partir de uma transformação cultural e na elaboração de debates que conduzissem o povo a um ato de reflexão sobre a condição do país em que viviam.

Apesar das manifestações contrárias, as Conferências do Casino permaneceram proibidas, mas a posição que marcaria grande parte da obra de seus idealizadores estava

---

<sup>93</sup> **AS FARPAS: Crônica mensal da política, das letras e dos costumes.** Lisboa: Tipografia Universal, jun/1871. pp.65-66

demarcada. Se a “questão coimbrã” foi a primeira manifestação contra uma forma de se pensar Portugal a partir da questão estético-literária, as Conferências do Casino consumaram a cisão pronunciada e estabeleceram a posição combativa que muitos de seus organizadores manteriam em prol de uma problematização da sociedade portuguesa ao final do século XIX.<sup>94</sup>

O esclarecimento gerado a partir do entrelaçamento das análises anteriores proporciona um melhor entendimento do que seria a configuração cultural e os níveis de discussão estabelecidos em Portugal ao final do século XIX. Observando nas transformações experienciadas no mundo ocidental um movimento que parecia afetar todos os povos de forma irreversível, era patente em seus textos a noção de uma história universal, cujo devir deveria conduzir todos em direção a um progresso pautado no conhecimento científico e no desenvolvimento técnico que teria como fim último uma sociedade baseada nos princípios da liberdade, justiça e verdade. Portugal, outrora considerada à frente deste movimento, era agora pensada como incapaz de ter acompanhado este fluxo moderno, sendo problematizada sob a noção de decadência.

A ideia da decadência portuguesa, diagnóstico que trazia uma articulação de temporalidades em sua reflexão, fortaleceu-se com a velocidade das transformações observadas na Europa no século XIX e foi tratada direta ou indiretamente por alguns intelectuais portugueses, como Alexandre Herculano e Almeida Garret, já no começo do século. Incorporando uma suposta missão intrínseca do intelectual enquanto “voz da nação” e mediador na inteligência entre a sociedade e o mundo em que vivia, os escritores portugueses que começaram a despontar nas décadas de 1860 e 1870 iniciaram de forma combativa e sistemática uma busca pela transformação de Portugal através da profunda reflexão e da publicação de suas ponderações, cuja cosmovisão pode ser encontrada nos textos produzidos no âmbito da Questão Coimbrã e das Conferências do Casino.

Mesmo não constituindo um grupo uniforme no que tange às influências teóricas que nortearam suas ações e às propostas para a transformação da sociedade portuguesa, é ponto comum para os intelectuais denominados sob a alcunha de “geração de 70” que Portugal necessitava de uma urgente transformação em todas as esferas da vida pública, das práticas políticas à produção do conhecimento, o que passaria necessariamente por uma ampla e livre discussão de ideias.

---

<sup>94</sup>HOMEM, Amadeu Carvalho. **Do romantismo ao realismo: temas de cultura portuguesa (Século XIX)**. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2005. p.69



Considerando que tal problematização de Portugal não se dava apenas a partir de um recorte espacial e temporal amplo, mas na articulação com a observação do cotidiano português representada por eles através da imprensa periódica, ganha importância o fato de que o final das Conferências do Casino coincidiu com a chegada em Portugal de D. Pedro II, Imperador do Brasil, em sua primeira viagem ao continente europeu. A compreensão dos sentidos da categoria “decadência” nas observações sobre Portugal e das principais linhas de interpretação que conduziam a ação dos intelectuais da “geração de 70”, dentre os quais Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão e Raphael Bordallo Pinheiro, torna-se a base para a leitura destes indivíduos sobre a passagem do monarca por Portugal e os significados por trás da construção de suas narrativas.

## 2 AS IMAGENS DE UM IMPERIAL VIAJANTE

De um lado, um homem alto, magro, com longa barba, usando chapéu, jaquetão e chinelos, que aparece em alguns momentos dançando cancan, passeando de bicicleta e jogando bolinhas de gude. De outro, um indivíduo que mantém sempre sua mala à mão, caminha por todas as partes como um particular e se deleita ao ouvir e ler em hebraico. Dentre todas as imagens a que tais características e ações poderiam estar associadas, a última a ser inferida seria a de um monarca em aparição pública. Estas são, no entanto, as representações elaboradas por Raphael Bordallo Pinheiro, Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão para D.Pedro II, Imperador do Brasil, durante sua primeira viagem à Europa.

Em 1871, pouco tempo após os questionamentos desencadeados pela Questão Coimbrã e pelas Conferências do Casino, Bordallo, Eça e Ramalho se depararam com um episódio pouco usual. O Imperador brasileiro iniciara uma viagem pelo continente europeu, sua primeira ao estrangeiro, e como porta de entrada e saída de D.Pedro II para a Europa encontrava-se Portugal, país que guardava profundas conexões com o viajante imperial.

As relações existentes entre D.Pedro II e Portugal eram muitas. O Imperador pertencia à mesma casa dinástica, os Bragança, que governava o país peninsular desde o século XVII, sendo inclusive tio do então rei português, D.Luís I. Era o governante daquela que fora a principal colônia portuguesa, cuja independência assinalou o processo de declínio do Império marítimo português. O sistema político que encabeçava também se tratava de uma monarquia constitucional, cujo início se deu em períodos muito próximos em ambos os países e de certa forma desencadeados pela transposição da corte de seu avô através do Atlântico. Estes são alguns dos inúmeros pontos que conectavam o monarca brasileiro a Portugal.

Aportando no continente em junho de 1871, D.Pedro II chegara a Portugal exatamente no momento em que alguns intelectuais, incluindo Eça, Ramalho e Bordallo, questionavam as estruturas políticas, sociais e culturais do país, propondo formas de superar o que aparentava ser uma decadência portuguesa em diversas esferas. A vinda do Imperador coincidiu com o encerramento das Conferências do Casino em Portugal.

Pelas intrínsecas relações que possuía com o país e pelo momento específico de sua chegada, a viagem do Imperador chamou a atenção de alguns intelectuais portugueses envolvidos na tentativa de mudança que tentava-se empreender em Portugal. Três deles, Raphael Bordallo Pinheiro, Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, tornaram a viagem do

monarca pela Europa, com grande ênfase em sua passagem por Portugal, objeto de suas reflexões e, conseqüentemente, de duas narrativas. As observações e considerações destes intelectuais sobre a viagem resultaram em duas obras publicadas em 1872. Das mãos de Bordallo veio *Apontamentos de Raphael Bordallo Pinheiro sobre a picaresca viagem do Imperador de Rasilb pela Europa*, e da colaboração de Eça e Ramalho na publicação mensal *As Farpas*, surgiu uma edição em fevereiro que se dedicava inteiramente à passagem do monarca pelo continente.

Diferentemente de alguns relatos encontrados em jornais e outras obras dedicadas à passagem do monarca por Portugal, tais publicações não se tratavam de narrativas descritivas sobre algum evento específico ou sobre toda a viagem, e muito menos se dedicavam a tecer elogios ao Imperador, às recepções e aos indivíduos que este encontrava<sup>95</sup>. As narrativas produzidas por Bordallo, Eça e Ramalho eram obras satíricas, cuja comicidade se constituiu na referência aos eventos da viagem do monarca para pôr em pauta questões mais complexas<sup>96</sup> e, portanto, construídas com o intuito de causar uma reflexão através do riso. A realidade concreta da passagem do Imperador pela Europa tornou-se, desta forma, uma base para a construção das unidades de sentidos das narrativas em questão, mas cujas referências se estendiam além da estada do monarca no continente.

Uma narrativa que tivesse como temática principal a viagem de D.Pedro II pela Europa traria intrinsecamente como personagem central o próprio Imperador. É sobre ele e os eventos relacionados à sua passagem que a estrutura das narrativas foi construída. Mas para elaborar as obras em questão, seus autores precisaram elaborar um personagem de uma narrativa satírica a partir do Imperador e, portanto, torná-lo objeto de riso. Para isso, era preciso aproximá-lo dos indivíduos que poderiam ter contato com tais obras. Isso se deu a partir de um processo de dessacralização do indivíduo, de retirada de qualquer esfera de distinção que os separaria dos demais<sup>97</sup>. Logo, tratou-se de humanizar o monarca, focando no

---

<sup>95</sup> Como exemplo deste tipo de narrativa encontra-se, principalmente, a obra *Viagem dos Imperadores do Brasil em Portugal*, que objetiva realizar uma narrativa pormenorizada de cada aspecto da passagem de D.Pedro II por Portugal, além de oferecer a autoridades da administração pública, assim como artistas literatos, vários elogios pela recepção dedicada ao Imperador, e ao próprio monarca brasileiro pela forma como se portou. Pela sua preocupação com os detalhes factuais da viagem, entretanto, esta obra é tomada em alguns momentos deste trabalho para cruzar informações da viagem realizada por D.Pedro II com as representações realizadas por Bordallo, Eça e Ramalho. Ver: CASTRO, Augusto M.S de. REAL, José Alberto C. ROCHA, Manuel Antônio da S. **Viagem dos imperadores do Brasil em Portugal**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1872

<sup>96</sup> Ao tentar elucidar o processo de construção da comicidade, Henri Bergson afirmou que “é cômico todo o incidente que chame nossa atenção para o físico (...) estando em causa o moral”. BERGSON, Henri. **O riso: ensaio sobre a significação do cômico**. 2º Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

<sup>97</sup> Este processo de dessacralização é analisado por Amadeu Carvalho Homem em breve estudo sobre as caricaturas políticas, realizado em HOMEM, Amadeu Carvalho. **Riso e poder: uma abordagem teórica da caricatura política**. IN: Revista de História da Idéias. Vol.28. 2007. pp. 739-763

indivíduo por trás da figura de poder e atribuindo a ele costumes, erros e vícios de um “homem comum”.

O resultado deste processo foi a construção de personagens peculiares a cada narrativa, que ganharam ênfases distintas em determinados aspectos e que estabeleceram diferentes relações com seus autores. A narrativa de Bordallo, por exemplo, é conduzida em terceira pessoa, com os eventos sendo observados e comentados pelo autor externamente, enquanto Eça e Ramalho escreveram sua obra em forma de carta ao Imperador, se dirigindo diretamente ao monarca. Tais diferenças se devem principalmente às diferentes linguagens utilizadas nas obras, a caricatura e a crônica escrita, mas que se articulam nas convergências e divergências entre as características atribuídas, complementan-se para a intelecção de uma perspectiva mais ampla e complexa destes intelectuais sobre a viagem do monarca brasileiro.

O foco das considerações dos autores sobre a figura de D. Pedro II recaiu sobre duas características específicas e intrinsecamente conectadas, constantemente vinculadas à imagem do Imperador e que teriam sido evidenciadas durante sua viagem. A primeira delas era a suposta aversão que o Imperador teria da ritualística que envolveria a monarquia, o que incluiria as vestes e símbolos monárquicos, assim como o cerimonial e os privilégios que adviriam de sua posição e o destacariam dos demais. A segunda era a conhecida paixão do monarca pelos assuntos concernentes às ciências, às artes e, de forma ampla, à aspectos culturais de diversos países, incluindo outras línguas.

A partir de tais constatações, no entanto, emergem vários questionamentos que envolvem a produção de tais narrativas sobre a viagem imperial. Porque dedicar obras completas à passagem do Imperador do Brasil pela Europa? Qual o objetivo dos autores em conferir ênfase às características do monarca acima mencionadas e torná-las eixos na construção de suas personagens? Seria a finalidade de Bordallo, Eça e Ramalho em produzir tais narrativas criticar D. Pedro II, ou existiria uma problemática mais complexa envolvida? Uma perspectiva intertextual entre as obras, que as coloque em constante diálogo a partir de eixos temáticos específicos, pode contribuir na compreensão dos múltiplos sentidos que envolvem a produção destas narrativas e elucidar quem é o Imperador brasileiro narrado pelos autores.

Desta forma, a análise será operada em dois segmentos, concernentes a aspectos da representação do Imperador nas narrativas e que, por sua vez, demarcam a divisão interna deste capítulo. O primeiro investigará a forma como a imagem do “monarca-cidadão”, que teria sido apresentada pelo Imperador durante sua viagem, foi percebida por Bordallo, Eça e Ramalho. Serão analisados os sentidos da terminologia e os elementos que compunham tal

imagem atrelada a D.Pedro II nas narrativas. O segundo analisará como se dava a relação entre o Imperador e o saber artístico e científico na perspectiva dos autores. A investigação aqui se dará sobre a forma como a passagem do monarca por instituições científicas e seu conhecimento foram representados em ambas as obras. A compreensão destas características, articuladas aos questionamentos acerca da situação portuguesa ao final do século XIX, permite a elucidação da imagem composta sobre o Imperador e quais os sentidos por trás de suas representações nas narrativas em questão, rumo a uma compreensão de quem é o D.Pedro II representado nas narrativas de Bordallo, Eça e Ramalho.

## 2.1 AS DUAS FACES DE D.PEDRO II

Que farão os historiadores futuros? Dirão que viajou em Portugal D.Pedro II? Mas se ele o negou! Narrarão que Portugal foi viajado por Pedro de Alcântara? Mas se ele o contradisse! A história não tem nome a dar-lhe.

Eça de Queiroz – As Farpas, fevereiro de 1872

No ato da chegada do paquete Douro ao continente, um evento específico envolvendo o Imperador teria contribuído na delimitação de uma imagem que seria atrelada ao monarca durante toda sua viagem. Antes de aportar, os viajantes da embarcação foram obrigados a passar por uma quarentena de 8 dias no Lazareto de Lisboa, edificação situada na costa da capital portuguesa e construída para abrigar provisoriamente indivíduos contaminados por alguma enfermidade contagiosa. Este procedimento era comum para todos os passageiros que vinham de países onde ocorresse algum surto endêmico, adotado a fim de evitar que uma doença pudesse se espalhar por Portugal.

Detentor de tratamento diferenciado devido à sua posição enquanto Imperador do Brasil e membro da família real portuguesa, D.Pedro II teria voluntariamente se submetido à quarentena, recusando a dispensa do procedimento proposta pelo próprio monarca português e declarando que gostaria de passar pelo mesmo processo aplicado a qualquer outro indivíduo recém-chegado a Portugal<sup>98</sup>. O Imperador, que teria dito ser na Europa apenas “Pedro de

---

<sup>98</sup> Tal fato é referenciado em CASTRO, Augusto M.S de. REAL, José Alberto C. ROCHA, Manuel Antônio da S. **Viagem dos imperadores do Brasil em Portugal**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1872. pp.10-11.

Bragança”, teria aberto mão de seus privilégios como monarca e governante de um Estado para ser tratado como um homem entre outros, um simples particular, um “monarca-cidadão”.

Uma das principais características presentes nas duas narrativas em questão se refere exatamente à maneira como o Imperador se apresentou durante suas aparições públicas no decorrer de sua viagem. Durante sua passagem pela Europa, o monarca teria se mostrado de forma distinta à ritualística que normalmente o envolveria em seu reino. Ao contrário das tradicionais vestes e símbolos monárquicos, D. Pedro II teria usado roupas comuns e evitado o cerimonial que normalmente envolveria a visita de um governante estrangeiro.

Em uma das páginas iniciais da edição de fevereiro de *As Farpas*, Ramalho Ortigão elenca tal traço como um dos principais elementos que teriam destacado a passagem do Imperador pelo continente e chamado sua atenção em relação à viagem do monarca, introduzindo a temática que seria retomada em vários momentos tanto nesta obra por Eça de Queiroz quanto no álbum de Bordallo Pinheiro:

Depois, em Portugal, não esteve nunca viajante que mais nos devesse interessar. Nascido e criado no Brasil, dentro do mais apertado e incômodo regime da etiqueta imperial, acabava Vossa Majestade de descer pela primeira vez do trono, onde deixava a sua púrpura, o seu cetro, a sua esfera armilar bordada a ouro em fundo verde, e o seu ar de ocasião, o qual ar de ocasião tinha sido tristemente para Vossa Majestade o ar de toda sua vida! (...) e achar-se livre, inteiramente livre, entregue, como qualquer homem, a si mesmo, à sua vontade, ao seu pensamento, aos seus caprichos, e até aos seus defeitos se os tem ! Como deve saber bem isto a um rei! Dedicar-se burguesamente às suas coisas pessoais, como o cidadão mais obscuro e mais feliz (...).<sup>99</sup>

Desembarcando em Portugal, local inicial de sua trajetória pela Europa, D. Pedro II aparentaria em suas vestes e em suas atitudes ser um simples particular, dando início a uma viagem que parecia desvinculada de qualquer interesse político e fugindo de todo o cerimonial e incumbências administrativas que o envolveram desde sua juventude.

Tal afastamento pessoal da ritualística que envolvia o poder monárquico não seria uma exclusividade de sua passagem pelo continente europeu. Este processo já havia se iniciado em território brasileiro, tendo, apesar de já esboçado anteriormente, se intensificado na transição das décadas de 1860 e 1870. O monarca passou a gradativamente evitar as cerimônias oficiais e rituais como o “beija-mão”, adotando, em contraponto, costumes partilhados por parte da população, como passeios a locais públicos, se apresentando quase

---

<sup>99</sup> **AS FARPAS: Crônica mensal da política, das letras e dos costumes.** Lisboa: Tipografia Universal, fev/1872. pp.6-7.

sempre com uma indumentária comum e confundindo-se com seus súditos<sup>100</sup>. Tal comportamento que o Imperador passou a apresentar publicamente fez com que à sua pessoa fossem atribuídas as alcunhas de “imperador-democrata” ou “monarca cidadão”.

Esta característica ligada à imagem de D.Pedro II também teria marcado sua passagem pela Europa, onde teria evitado as grandes cerimônias de recepção a um monarca e chefe de Estado. Nas duas narrativas em questão, este elemento tornou-se um eixo de reflexão sobre a viagem do Imperador, cujas distensões abrangeram questões de maior amplitude vinculadas às problematizações acerca dos poderes políticos e da organização social.

A presença desta característica na aparência e nas atitudes do Imperador durante sua viagem está presente na obra de Bordallo Pinheiro desde seu título. O álbum de caricaturas produzido pelo autor é intitulado de *Apontamentos de Raphael Bordallo Pinheiro sobre a picaresca viagem do Imperador do Rasilb pela Europa*. Das palavras empregadas, dois termos se destacam. Ao final do título aparece a expressão “Rasilb”, anagrama que corresponde a Brasil e a primeira de muitas alegorias presentes na obra. O uso de metáforas para se referir a pessoas e lugares era uma estratégia comum na caricatura de imprensa, como uma forma de não apenas evitar problemas relativos à citação não autorizada de pessoas públicas, mas para também constituir a própria comicidade, atribuindo, por exemplo, a um indivíduo o nome de uma das características que se pretendia ressaltar ou criticar. Além desta expressão, a terminologia usada para caracterizar a viagem também desempenha fundamental na atribuição dos sentidos conferidos ao monarca nesta obra.

O adjetivo “picaresca” conferido à viagem possui uma relação direta com o gênero narrativo das chamadas “novelas picarescas”. Esta forma de escrita literária, que se desenvolveu na Espanha e se espalhou por outros países europeus, consistia, em geral, em uma narrativa satírica que se opunha aos elementos tradicionalmente encontrados nas novelas de cavalaria. Tal gênero narrativo trazia como personagem principal um “pícaro”, indivíduo pertencente aos segmentos pouco abastados da sociedade que se utilizava da astúcia e enganação para transitar entre outros grupos, na intenção de ascender socialmente e escapar de delicadas situações.<sup>101</sup>

---

<sup>100</sup> Uma análise da figura do monarca-cidadão e dos hábitos de D.Pedro II a ela relacionados, é realizada por Lilia Moritz S em parte de sua obra SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador: D.Pedro II, um monarca nos trópicos**. 2º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>101</sup> Estas características gerais acerca das novelas picarescas e da característica do pícaro são colocadas no primeiro segmento da análise tecida por Alonso Zamora Vicente em VICENTE, Alonso Zamora. **Qué es La novela picaresca**. Buenos Aires: Editorial Columba, 1962.

O protagonista da narrativa de Bordallo era, no entanto, o Imperador do Brasil, nascido herdeiro da coroa brasileira e governante de um Estado, encontrando-se na extremidade oposta ao qual o “pícaro” usualmente pertencia e, portanto, sem nenhum interesse de ascender socialmente. A aparente contradição entre o adjetivo “picaresca” e o indivíduo central no evento que recebe tal alcunha não é ocasional. A forma como Bordallo conduziu sua narrativa e a maneira como caracterizou o Imperador fizeram com que as semelhanças e diferenças existentes entre o personagem-tipo das novelas picarescas e o protagonista de sua obra construíssem uma tensão fundamental na elaboração dos sentidos que o autor pretendeu conferir à viagem do Imperador, cuja demarcação se iniciou desde a primeira composição da obra.

**Figura 2** – A introdução de uma picaresca viagem



Fonte: *Apontamentos de Raphael Bordallo Pinheiro sobre a picaresca viagem do Imperador do Rasilb pela Europa*. pág.2



A caricatura inicial (**Figura 2**) apresenta o título da obra sendo afixado como um cartaz por populares em meio a propagandas de teatros e outras atrações artísticas, mas com dimensões que conferem grande destaque em relação às atrações ao lado. Desta forma, Bordallo apresenta a passagem do Imperador do Brasil pela Europa como um grande “espetáculo”, que teria atraído atenções por onde passou e que seria digno de representações como a própria narrativa produzida pelo autor. As referências ao teatro e à atuação não se deram por acaso. O texto que se segue introduz a obra e aponta para a forma como Bordallo conduziu a narrativa sobre a viagem de D.Pedro II nas páginas seguintes.

Ao iniciar sua obra, Bordallo apresentou o Brasil como uma nação independente e em ascensão, mas logo destaca o que seria uma problemática postura da população frente a um vício que, em sua concepção, existiria nesse sistema monárquico. O povo, passivamente, assistiria a um desvirtuamento dos recursos e da própria estrutura administrativa do país, que não estariam sendo empregados no desenvolvimento público e sim para que o homem à frente da nação exercesse atividades sem nenhuma relação com o bem-estar da sociedade, como o estudo de línguas em desuso.

Posteriormente, foi apresentado o que seria um momento delicado na relação entre o povo brasileiro e o Imperador. Bordallo fez uma referência indireta à intensificação das críticas sofridas pela instituição monárquica no país, representada, dentre outras ações, pela ascensão das ideias republicanas, tendo como um de seus expoentes a publicação do Manifesto Republicano em 1870, e do movimento abolicionista, que associava a perpetuação do sistema de trabalho escravo à monarquia.

Frente a este quadro, um dos motivos que teriam impulsionado o Imperador a realizar sua primeira viagem ao exterior seria, na narrativa de Bordallo, a necessidade de melhorar sua imagem frente às críticas sofridas, utilizando a sua ida à Europa como uma via de escape ao mesmo tempo em que aumentaria sua popularidade no país e fora dele através dos eventos de sua estada. Tal razão decorreria apenas do interesse pessoal de D.Pedro II, se afastando de qualquer preocupação com seu povo ou país.

A última frase traz um elemento que perpassou ambas as representações de D.Pedro II nas narrativas sob análise. A adoção dos costumes que levaram à denominação de “imperador-democrata” poderia representar o cansaço de um homem frente às obrigações e ritualísticas da monarquia. Para Bordallo Pinheiro, entretanto, tal comportamento não passaria de uma mera e intencional aparência, uma estratégia de dissimulação em um momento no qual a imagem da monarquia demonstrava seu desgaste. Esta intencionalidade na construção

de uma “autoimagem” na concepção de Bordallo é demonstrada pelo uso da expressão “mascarado”.

No desenho seguinte (**Figura 3**), é realizada a primeira representação de D. Pedro II, que aparece durante os preparativos de sua mala para a viagem. Os elementos que compõem esta caricatura reforçam a concepção anteriormente delineada e fornecem mais elementos que auxiliam na compreensão da dicotomia existente entre o discurso e as práticas do Imperador para o autor:

**Figura 3** – Arrumando as malas imperiais



Mette então n'uma mala cosmetics próprios para a caracterização de tal typo, algumas calças com fundilhos, pouca roupa branca, e guias que o ensinam a pedir os decilitros, as licenças e os sabios necessarios á sua democratica e encyclopedica alimentação. — Deverão tambem elles ensinar-lhe como em vario idioma e dá vivas á liberdade, á egualdade e á outra coisa: — porque elle intenta voltar á sua terra tão popular, que se lhe possa inpingir como a melhor das republicas.

Fonte: *Apontamentos de Raphael Bordallo Pinheiro sobre a picaresca viagem do Imperador do Brasil pela Europa*. pág.2.

O primeiro elemento a ser destacado na composição de Bordallo são os escravos que auxiliam o Imperador na preparação de sua mala. A existência do sistema de trabalho escravo vinha sendo criticada tanto pela perspectiva que o vinculava com o atraso da economia e do sistema produtivo como pelas críticas de caráter humanístico. Sendo colocada em oposição às noções de “liberdade”, “igualdade” e “progresso”, havia sido abolido na grande maioria dos países ocidentais. A preocupação com a escravidão não ocupa lugar central na obra, mas a

indicação de sua existência em um país cujo governante se pretendia “democrático” aponta para a concepção por parte de Bordallo de tal imagem como mera caracterização

Na preparação da mala, os escravos fornecem ao monarca alguns dos elementos que comporiam a imagem que este pretendia transmitir durante a sua viagem, representados nesta composição por cosméticos. Dentre os itens existentes, estão um “elixir de popularidade”, que D.Pedro II já não encontraria em seu país e pretendia buscar em sua viagem, e “democracia”, ideia que o Imperador pretendia atrelar à sua imagem no Brasil e na Europa a fim de atenuar o desgaste da instituição monárquica. Junto a estes itens, encontra-se também um “manual de civilidade”, que ensinariam o monarca a se comportar de acordo com os padrões esperados para um monarca na Europa.

O texto que integra a composição traz também uma importante função que os guias levados pelo Imperador teriam. Estas obras deveriam ensinar o monarca a exaltar em várias línguas o lema que guiou a revolução francesa no século anterior e que, por sua vez, se fazia presente nos discursos de inúmeros partidários do republicanismo no ocidente. A intenção do personagem central da narrativa de Bordallo seria a de apresentar uma imagem que agradasse a vários segmentos sociais, independentemente de sua posição política, e alcançar um alto nível de popularidade tanto entre seus súditos quanto fora do país, em uma tentativa de reverter o processo de desgaste da instituição monárquica ao retornar ao Brasil

O que se esboça neste segmento inicial da obra é uma compreensão de distintos significados das expressões que seriam atribuídas a D.Pedro II durante sua viagem. “Monarca” e “Imperador”, assim como os sistemas políticos aos quais se referem, são ligados, na concepção de Bordallo e de muitos de seus contemporâneos, a um regime cujo poder encontrava-se por hereditariedade na mão de um mesmo indivíduo ou família, e cuja ritualística envolvida e a própria justificativa para sua existência os separaria imensamente dos simples cidadãos, seus súditos, assim como de qualquer possibilidade de existência de uma real democracia no país. Para estes intelectuais, a tentativa de construção de uma imagem ou da simples noção de algo como um “imperador-democrata” ou um “monarca-cidadão” neste período acaba tornando-se completamente contraditória e antagônica.

A mesma contradição que existiria na composição de tal imagem envolvendo D.Pedro II é apontada, de forma distinta, por Eça de Queiroz, cujo foco recai sobre as atitudes do Imperador diante de situações específicas em sua viagem. Durante sua narrativa, o autor interrompe os relatos para destacar tal aspecto da figura monárquica:

Um momento de atenção. O Imperador do Brazil quando esteve entre nós e mesmo fora de nós - era alternadamente e contraditoriamente – Pedro de Alcântara e

D.Pedro II. Quando as recepções, os hinos ou os banquetes se apresentavam a glorificar D.Pedro II – ele apressava-se a declarar que era apenas Pedro de Alcântara. Quando os horários de caminhos de ferro, os regulamentos de bibliotecas ou a familiaridade dos cidadãos o pretendiam tratar como Pedro de Alcântara, - ele rompia a fazer sentir que era D.Pedro II.<sup>102</sup>

A imagem apresentada por Eça é a de um indivíduo que, apesar de suas vestimentas e de seu discurso, teria demonstrado atitudes que oscilavam entre o Imperador e o simples cidadão viajante. Mais do que isso, tal alternância parecia ocorrer de acordo com a circunstância vivenciada pelo Imperador. Quando a situação com a qual o monarca se deparava o desagradava, a exemplo das longas cerimônias de recepção, este a recusaria alegando estar em uma viagem pessoal sem vínculos com sua posição enquanto chefe de Estado. Por outro lado, quando os protocolos de horários e instituições representassem um obstáculo para seus objetivos, este não hesitaria em se distinguir enquanto Imperador do Brasil.

Esta intencional alternância entre a simplicidade de um particular e os privilégios enquanto Imperador assemelha o personagem de D.Pedro II, de forma inversa, ao personagem principal das novelas picarescas, às quais Bordallo faz referência no título de sua viagem. Enquanto o pícaro se utilizava da astúcia para ascender socialmente e se destacar, o Imperador do Brasil alteraria seu discurso para passar despercebido como um mero cidadão, mas sem abrir mão dos privilégios monárquicos. Esta imagem, no entanto, seria construída com o intuito de aumentar sua popularidade tanto no Brasil quanto na Europa, desvinculando de sua figura toda a pompa e privilégios monárquicos que passaram a ser criticados por muitos intelectuais e movimentos sociais. Parecer querer declinar de sua posição para ascender ainda mais.

A composição da imagem do monarca estava necessariamente ligada à sua aparência física, o que incluiria a vestimenta com a qual se apresentava. Uma vez assumindo o papel de monarca-cidadão, D.Pedro II precisaria deixar de lado os trajes oficiais e usar roupas que o aproximassem de seus súditos. Esta caracterização é representada visualmente pelas caricaturas de Bordallo:

---

<sup>102</sup> **AS FARPAS: Crônica mensal da política, das letras e dos costumes.** Lisboa: Tipografia Universal, fev/1872. p.36

**Figura 4** – A indumentária do “monarca-cidadão”



Fonte: *Apontamentos de Raphael Bordallo Pinheiro sobre a picaresca viagem do Imperador do Rasilb pela Europa.* pág.3 e 8

Estas representações trazem distintas circunstâncias da viagem do Imperador, sendo os dois primeiros quadros correspondentes a momentos anteriores a seu início, ainda em seu reino, e o último referente ao início de sua segunda passagem por Portugal, ao final de sua travessia no continente. Todos os quadros destacam elementos do vestuário utilizado pelo Imperador durante toda sua viagem. Se passando por um cidadão comum, D.Pedro II teria assumido semelhante aparência, encontrando governantes e atravessando toda a Europa trajando roupas comuns.

Os trajes utilizados pelo Imperador são descritos visualmente e nos textos das caricaturas. As vestes oficiais deram lugar a um jaquetão, a um chapéu baixo e chinelas, com o uso de um chalé manta quando necessário e de acessórios como um guarda-chuva. Esta suposta simplicidade que o Imperador teria carregado em suas vestes também é relacionada por Ramalho Ortigão ao descrever o monarca realizando atos simples como “meter o dinheiro em ouro na algibeira das calças, o passaporte no bolso do paletó”, ou usar “botas largas com duas solas, chapéu baixo, um grande guarda chuva”<sup>103</sup>.

<sup>103</sup> AS FARPAS: Crônica mensal da política, das letras e dos costumes. Lisboa: Tipografia Universal, fev/1872. p.7

Tais itens do vestuário de D. Pedro II carregam vários sentidos e desempenham grande papel nas duas narrativas. Seu uso, como apontado no último quadro ao conferir os adjetivos a itens da indumentária, teria como objetivo a construção de uma imagem favorável ao Imperador. Funcionaria como uma tentativa de desvinculá-lo de traços típicos dos regimes monárquicos que vinham sendo criticados e ligá-lo às noções de “democracia”, na medida em que o aproximava de qualquer indivíduo, tornando-o apenas um homem dentre outros homens.

Em algumas das representações de Bordallo, entretanto, um elemento destoava dos demais itens da indumentária do viajante. Pendurada na ponta do guarda-chuva que D. Pedro II teria carregado, encontra-se a coroa, um dos símbolos máximos do sistema monárquico. A existência deste item nas composições representa a permanência do que seria a real postura do Imperador, simbolizando a própria contradição apontada pelos autores em relação à imagem que o monarca teria tentado transmitir durante sua passagem pela Europa. Apesar da “democracia” apresentada em suas roupas, os privilégios monárquicos jamais foram deixados, emergindo quando a situação tornava seu uso conveniente por parte do monarca.

Para além da questão do vestuário, estes segmentos da obra de Bordallo trazem também outros elementos relativos à duplicidade da imagem atribuída ao Imperador. No segundo quadro, D. Pedro II aparece rodeado de gotas, que segundo a legenda, representariam concomitantemente as lágrimas e o suor de seus súditos, referidos pelo autor como “vassalos”, por entre as quais o monarca partira. A irônica explicação conferida para a transpiração, que aparece entre parênteses na legenda, é de que o Brasil seria um país com elevadas temperaturas. O significado intrínseco, entretanto, se refere ao que seria o sofrimento e o árduo trabalho da imensa maioria da população, cujo fruto sustentaria, dentre outras coisas, a manutenção das regalias usufruídas pelo monarca e sua família, o que incluía uma viagem de praticamente um ano ao exterior, financiada pelos cofres públicos. Tal crítica reforça o que é afirmado no início da obra de Bordallo, quando o autor criticou a figura imperial por, às custas do erário público, realizar atividades que em nada se relacionariam ao desenvolvimento do país ou ao bem estar da população.

No primeiro quadro, por sua vez, o Imperador é representado no que seria um ato de juramento da constituição antes da realização de sua viagem. A postura adotada pelo monarca nesta imagem também se destaca na construção da narrativa. Ao mesmo tempo que D. Pedro II parece se submeter à constituição, ajoelhando-se durante o juramento, encontra-se olhando para o outro lado, como se a desprezasse. A composição dá indícios sobre a concepção acerca do monarca que, enquanto governante de uma monarquia constitucional, precisaria se

submeter aos preceitos da carta constitucional, mas que não apreciaria tal condição, se subordinando apenas na medida em que fosse necessário para a manutenção de seu poder. Essa postura contraditória é reforçada pelo uso da coroa, ao mesmo tempo em que carrega em mãos um importante item que seria associado à imagem do monarca durante sua viagem e que ganhou vários sentidos nas narrativas construídas por Bordallo, Ramalho e Eça.

Em quase todas as representações caricaturais elaboradas por Bordallo em sua obra, o Imperador aparece sempre com uma pequena mala em mãos. Este item é referido pelo autor em diversos momentos, quase ao nível de um outro personagem, que sempre acompanha o Imperador durante a viagem. O grande destaque conferido à mala do Imperador nas representações visuais desta obra é observado também na narrativa desenvolvida por Eça e Ramalho. Os motivos para tal ênfase no uso de um objeto aparentemente simples em ambas as obras encontram-se nos vários significados atribuídos à mala no questionamento da imagem do Imperador durante sua viagem.

O primeiro quadro da sequência anterior, extraída da obra de Bordallo, traz como objeto o juramento do Imperador, que prometeria sobre a constituição “nunca deixar a mala, onde leva as piugas e as quinzenas democráticas”. “Piugas”, ou peúgas na grafia atual, é a denominação para meias em Portugal, enquanto quinzenas se refere a uma espécie de casaco. Se conectados aos preparativos para a viagem representadas no segundo quadro da obra, o primeiro sentido da mala a emergir é o de símbolo da intencional construção da autoimagem do monarca em sua viagem, sendo o objeto onde o Imperador carregaria os elementos que comporiam a máscara de “Imperador-democrata”, sendo uma metáfora da própria construção desta imagem por parte de D.Pedro II.

Ao representar visualmente a mala, atrelada à figura do Imperador em quase todas as composições da obra, Bordallo reforça a concepção da intencional construção que existiria na imagem do monarca-cidadão e do que seriam suas reais intenções com seu uso. Os sentidos deste objeto nas reflexões sobre D.Pedro II, no entanto, não se restringiram à representação do caráter democrático que se pretendia atrelar à imagem monárquica, possuindo ramificações que podem ser elucidadas se complementada com a análise dos segmentos que Eça e Ramalho dedicam à associação da mala ao Imperador.

Os autores voltaram-se em várias páginas de suas narrativas à reflexão sobre questões relativas ao objeto atrelado à viagem do monarca. Após inicialmente abordar o modo como o Imperador deixou as formalidades da monarquia para viajar de forma simples como um particular, Ramalho Ortigão introduziu a mala na narrativa de *As Farpas*:

E ainda estranharam que Vossa Majestade a não largasse – a mala! Podera largá-la!... Um homem como Vossa Majestade, quieto desde que nasceu em cima de um trono com um cetro em punho, que melhor, que mais regaladamente pode descansar a mão do que segurando nela uma mala! (...) O cetro quer dizer: ‘Diverti-vos, ó vós que passais; eu para aqui estou! A mala quer dizer: ‘arranjae-vos como puderdes, ó vós que permaneceis; eu cá vou-me embora. A mala é a antítese do cetro. Um escraviza, a outra liberta.<sup>104</sup>

Ao iniciar suas ponderações sobre a mala do Imperador, Ramalho a opôs ao cetro, um dos símbolos da ritualística da monarquia sob a qual D.Pedro II teria vivido até então. Esta oposição demarca inicialmente uma diferença entre o comportamento do Imperador no país que governava e o do indivíduo que viajou pela Europa como um particular, sem interesses oficiais. Em um segmento posterior da obra, foi Eça de Queiroz que iniciou sua análise sobre a mala:

Falemos da mala deste príncipe ilustre. Todos a conhecem. Ela deixa na Europa uma legenda perpétua. Durante meses, viu-o o Velho Mundo absorto – atravessar as capitais, estudar os monumentos, sulear os mares, costear os montes, visitar os Reis, olhar as paisagens, ensinar os sábios, - com a sua mala na mão! É uma mala pequena, de couro escuro, com duas asas que se unem. (...) Paris, Londres, Berlim, Viena, Florença, Roma, Madri, o Cairo, - conhecem-na(...). Mesmo a celebridade da mala encobre a glória do príncipe. (...).<sup>105</sup>

Neste segmento da obra, a mala adquire o status de um personagem. Como tal, teria marcado cada lugar por onde passou, “vendo” monumentos, personalidades e sendo conhecida por toda a Europa. A mala confunde-se com a imagem do Imperador, chegando mesmo a sobrepô-la e tornando-se um símbolo da própria viagem do monarca pelo continente. Após brevemente falar das suposições acerca do conteúdo da mala, Eça chegou à seguinte conclusão:

Tal se nos afigura a verdade: a mala na continha nada! A Mala era uma insígnia: a insígnia do seu incógnito. S.M Trazia em wagon a mala, como usa no trono o cetro; como a coroa é o sinal da sua realeza no Brasil, a mala era o sinal da sua democracia na Europa. A mala é o seu cetro de viagem – como o perpétuo chapéu baixo é a sua coroa de caminho de ferro. Se S.M. trouxesse as mãos vazias, isso indicaria apenas que Sua Majestade não trouxera o cetro porque o incomodava para dormir, no beliche do paquete: mas não daria a ninguém o direito de afirmar que ele não era o Príncipe, o Imperante, o Soberano! Com a mala não: a mala significa que não só não tem na mão o cetro, mas traz na mão a bagagem; que não só deixou a realeza no Brasil – mas tomou a sem cerimônia na Europa! a mala é o sinal evidente do seu incógnito! A mala é o cartaz de sua familiaridade!<sup>106</sup>

<sup>104</sup> **AS FARPAS: Crônica mensal da política, das letras e dos costumes.** Lisboa: Tipografia Universal, fev/1872. p.8

<sup>105</sup> *Ibidem.* pp.37-38.

<sup>106</sup> *Ibidem.* p.39.



Mala e cetro, assim como a coroa e o chapéu baixo, foram aproximados na narrativa, sendo usados em diferentes situações, mas empregados com a mesma finalidade: demarcar a imagem de D. Pedro II, seja enquanto Imperador do Brasil, seja como um simples viajante, sempre identificando o singular indivíduo que os utilizava. A “insígnia do incógnito”, se articulada com as afirmações sobre as contraditórias ações do Imperador durante a viagem, estaria mais relacionada à exposição do desejo de ser tratado sem a ritualística, como um “homem comum”, do que uma intenção de realmente passar despercebido.

O uso da mala se tornaria, portanto, imprescindível na construção da imagem do “monarca-cidadão”, representando a postura “democrática” que o Imperador pretendia atrelar a si, em um momento no qual a monarquia brasileira passaria por uma instabilidade em relação à sua imagem. Ao fim, a mala emerge como símbolo da forma dual com que D. Pedro II teria se apresentado em sua viagem à Europa. Ainda no início da obra, Eça de Queiroz relacionou a mala com uma questão mais ampla relativa ao sistema monárquico como forma de governo:

O rei Leopoldo da Bélgica gostava tanto de malas até que as metia nos discursos: ‘Vejam lá, meus senhores’, dizia ele à assembleia de 48, ‘se não estão satisfeitos, eu tenho a minha mala feita!’ frase que hoje seria inútil, porque, como Vossa Majestade sabe, não há agora rei nenhum que não tenha preparada a mala. Vossa Majestade, percorrendo a Europa sem nunca se separar da sua mala, mostrou com grande tato que não precisa de que ninguém lhe ensine que este objeto de viagem não é já considerado pelos reis sábios, como em 1848, uma simples figura de retórica.<sup>107</sup>

Com a suposta citação de Leopoldo I<sup>108</sup> em 1848<sup>109</sup>, a mala surge como um símbolo para a percepção acerca das mudanças experimentadas no ocidente. Os autores apontam para a consciência dos próprios reis e imperadores de que as monarquias já não encontrariam tanta aceitação frente à ascensão de ideias e movimentos favoráveis a outros sistemas de governo, como o republicano. A mala representa, neste segmento, o conhecimento que D. Pedro II teria acerca de uma inescapável decadência de seu poder. Por isto, o Imperador, assim como outros monarcas europeus, já teria permanentemente suas “malas” preparadas, ou seja, estaria prontos para a real possibilidade da queda de seu regime.

<sup>107</sup> **AS FARPAS: Crônica mensal da política, das letras e dos costumes.** Lisboa: Tipografia Universal, fev/1872. p.39

<sup>108</sup> Leopold Georg Christian Friedrich (1790-1865), conhecido como Leopoldo I, foi o monarca da Bélgica de 1831 até sua morte.

<sup>109</sup> O discurso mencionado por Eça teria se dado durante os movimentos sociais de 1848, também conhecidos como “primavera dos povos”, que se levantaram contra o poder centralizado das monarquias e a situação econômica europeia. Iniciados na França, culminando com a deposição do rei Luís Felipe I e a instauração da segunda república francesa, tais agitações tiveram ecos em vários países da Europa.

A existência das monarquias, cujas características eram cada vez mais atreladas ao “atraso” e à estagnação do desenvolvimento das sociedades, parecia estar ameaçada pela veloz transformação que afetava todos os países do ocidente, representando para muitos um entrave ao “progresso” que acabaria, cedo ou tarde, por abrir espaço a outra forma de organização social. Metáfora de uma inevitável e iminente superação dos regimes monárquicos, a mala seguiu viagem, em seus múltiplos usos, nas mãos de D.Pedro II.

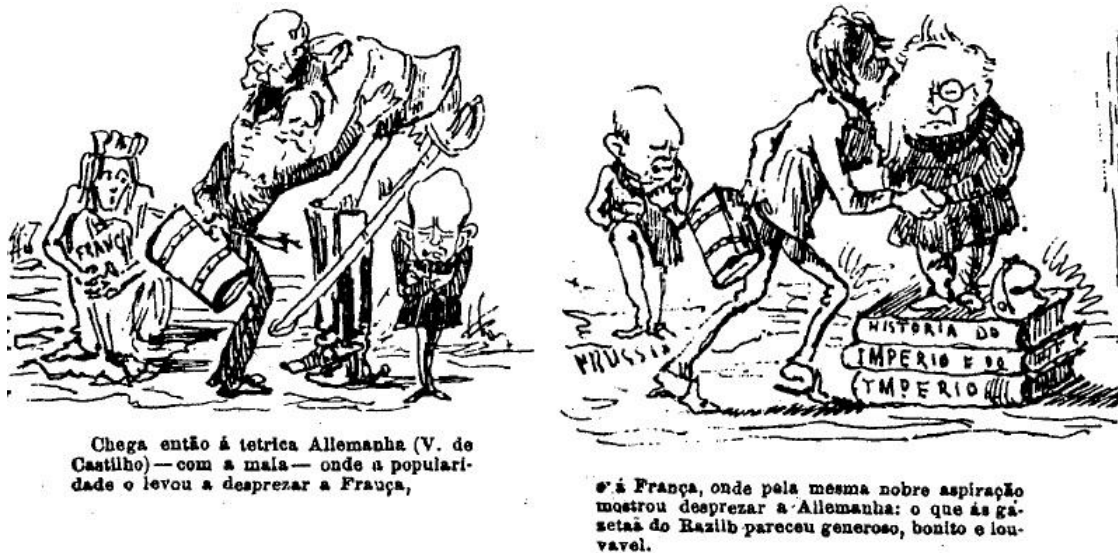
Apesar das narrativas de Bordallo, Eça e Ramalho terem a grande maioria de suas páginas dedicadas à estada do Imperador em Portugal<sup>110</sup>, sua viagem não possuiu apenas este país como destino, tendo atravessado diversos territórios na Europa e além. As dualidades que os autores observaram no comportamento do monarca, por sua vez, também teriam se manifestado em outras nações, aspecto que também foi explorado nas representações do Imperador.

Dentre os países visitados por D.Pedro II, estavam a França e a recém unificada Alemanha, onde o monarca se encontrou com os líderes nacionais em um momento de tensões diplomáticas. O conflito que envolveu os dois países, designado costumeiramente de guerra franco-prussiana, havia se encerrado com a assinatura do Tratado de Frankfurt e a derrota francesa, que culminou com a perda dos territórios da Alsácia e Lorena, o pagamento de pesadas indenizações e a queda do Segundo Império francês, seguida da ascensão da Terceira República. A delicada estabilidade constituída entre os dois países foi usada por Bordallo Pinheiro na atribuição de um caráter dúbio ao Imperador:

---

<sup>110</sup> Aspectos da passagem do monarca por Portugal serão analisados no próximo capítulo.

**Figura 5 – Entre a Alemanha e França**



Fonte: *Apontamentos de Raphael Bordallo Pinheiro sobre a picaresca viagem do Imperador do Brasil pela Europa*. pág.4

No primeiro quadro, D. Pedro II é representado na Alemanha ao abraçar o imperador Guilherme I<sup>111</sup>, que encontra-se ao lado do então chanceler Otto Von Bismarck<sup>112</sup>. Assistindo a cena, está Marianne, alegoria feminina representativa das ideias republicanas francesas, que se encontra assustada com a presença dos dois Imperadores, símbolos máximos dos regimes monárquicos aos quais se opunha. A maneira como foi recepcionado no país teria feito com que D. Pedro II demonstrasse em seu encontro com o monarca apoio a Alemanha e desprezo aos franceses.

O segundo quadro, por sua vez, mostra o Imperador em território francês, cumprimentando o presidente Adolph Thiers<sup>113</sup> sob os olhares atentos de Bismarck ao fundo. O ministro francês se encontra sobre livros cujas laterais formam o título “história do império e do império”, representando o passado das duas experiências imperiais na França, que o

<sup>111</sup> Guilherme Frederico Luís de Hohenzoller (1787-1888), mais conhecido como Guilherme I, foi o rei da Prússia e, após a unificação alemã, o primeiro Imperador, ou *kaiser*, do país.

<sup>112</sup> Otto Leopold Eduard Von Bismarck Schonhausen (1815-1898) foi uma das principais personalidades políticas da Alemanha no século XIX e um dos principais articuladores da unificação alemã. Seus principais cargos na administração estatal foram enquanto primeiro-ministro da Prússia e, após a unificação, chanceler do Império Alemão, onde ficou conhecido como “chanceler de ferro”.

<sup>113</sup> Louis Adolph Thiers (1787-1877) foi um conhecido estadista francês, tendo ocupado o posto de primeiro-ministro francês e, após a derrota francesa na guerra franco-prussiana, foi eleito como Presidente do novo Governo Provisório de Defesa Nacional.

presente regime republicano acabara por sobrepor. Ao pé do primeiro ministro encontra-se um barrete frígio, um dos símbolos do republicanismo. Em território francês, D. Pedro II teria demonstrado apoio à França em detrimento da Alemanha.

A indagação sobre a dualidade atribuída ao Imperador durante a viagem deixa a elaboração da imagem de monarca-cidadão e se estende para os princípios morais do monarca. O questionamento na representação de Bordallo põe em cheque a conduta de D. Pedro II, cujo personagem correspondente, em busca da popularidade e da construção de uma autoimagem que o promovesse em seu reino e na Europa, teria apresentado um comportamento dúbio, se contradizendo de acordo com a situação enfrentada.

No entanto, a real predileção de D. Pedro II é demonstrada por Bordallo através da forma como o Imperador se dirige aos dois governantes. Em Guilherme I, Imperador, dá um efusivo abraço, enquanto Thiers, presidente republicano, recebe um respeitoso aperto de mãos. A atitude mostraria as reais aspirações do Imperador que estariam por trás da “máscara” de “monarca-cidadão”, respeitando a posição do regime republicano instaurado na França, mas alinhando-se realmente ao poder e ideais monárquicos.

Posteriormente, a narrativa de Bordallo representaria rapidamente a passagem de D. Pedro II pela Inglaterra (**Figura 6**). Após pedir “rost-beaf, pudim de cebo e um sábio arabista”, o Imperador teria se dirigido ao Royal Opera House, conhecido também como Covent Garden, onde teria se envolvido em um confuso episódio:

**Figura 6 – Contradições na Inglaterra**



Fonte: *Apointamentos de Raphael Bordallo Pinheiro sobre a picaresca viagem do Imperador do Rasilb pela Europa.* pág.5

Trajando suas simples vestes de “monarca-cidadão”, D.Pedro II teria sido impedido de adentrar a Casa de espetáculos, cuja presença exigiria trajes de cerimônia para a ocasião. Frente a este obstáculo, o monarca teria imediatamente alterado seu discurso, alegando se tratar do Imperador do Brasil. Tal posição, entretanto, o conduziria até o camarote real, que acabaria por conceder uma posição e visibilidade que não condizeria com a imagem de simples “cidadão” que este tentaria demonstrar durante sua viagem, o que o teria feito rapidamente desdizer-se e se colocar novamente como mero particular. As rápidas alternâncias no discurso continuariam com a persistência da situação, até o ponto em que teria sido “expulso popularmente” do local.

Esta passagem reforça a intencionalidade na construção da imagem do “imperador-democrata” e as contradições existentes em tal característica. A rapidez com que a postura de D.Pedro II em sua auto identificação se modificaria frente a esta situação limite demonstraria a maleabilidade de seu discurso de acordo com seus interesses pessoais. O que seria a real face do Imperador, entretanto, apareceria na última página de sua “picaresca viagem”

A última composição da obra de Bordallo (**Figura 7**) se inicia com um breve texto no qual o autor coloca a viagem do Imperador do Brasil pela Europa, por ele representada nas páginas anteriores, e a guerra franco-prussiana como os dois mais significativos eventos ocorridos no século XIX. Seguindo tal afirmação, apresenta os dois protagonistas destes eventos, D.Pedro II, Imperador do Brasil, e Guilherme I, Imperador alemão, designado “o outro”, como os dois indivíduos que o mundo mais admiraria

A caricatura traz a representação dos dois Imperadores de braços dados. Na composição da imagem de D.Pedro II, itens como a mala, o guarda chuva e as chinelas ainda se fazem presentes, mas o chapéu deixa a cabeça do monarca para ser substituído pela coroa, um dos principais símbolos do sistema política que este representava. O uso da coroa pelo monarca na última composição da obra indica ao que seria sua real postura na concepção de Bordallo. Por mais que as vestes e o comportamento adotado pelo monarca pretendessem apontar o contrário, este seria um Imperador, um monarca nascido com o direito de governar e que se valeria inteiramente de seus privilégios enquanto tal.

Figura 7 – Os dois Imperadores

A viagem que fica brevemente descrita, e a guerra em que se roubaram os relógios que sabem, são os dois factos mais notáveis do século em que vivemos. Assim, os dois maiores vícios que mais admira o mundo são o Imperador do Brasil e o outro.



Vão sóis, oh! sim, os maiores homens da história! Vão sóis grandes, vão sóis immonos!... Mas olhai cá: — Qual de vosses é maiorzinho?

Fonte: *Apontamentos de Raphael Bordallo Pinheiro sobre a picaresca viagem do Imperador do Brasil pela Europa.* pág.15

Os elementos que se encontram em torno dos Imperadores são essenciais na representação da “superioridade” na qual estes homens se colocariam. Todos os outros

indivíduos, em sua grande maioria sem identificação, são colocados como insetos, aracnídeos e minhocas. As formigas representariam os súditos, que trabalham arduamente e seriam ínfimos perante a “grandiosidade” dos Imperadores. Abelhas e aranhas com cartolas e capacetes seriam políticos, empresários e militares. Os outros seres aos pés de D. Pedro II e Guilherme I, no entanto, encontram-se em uma posição diferenciada.

As minhocas com coroas, em dimensões superiores aos demais mas ainda arrastando-se aos pés dos Imperadores, representam os demais monarcas europeus. Dentre estas, obtêm destaque a que se encontra combatida sendo pisada por Guilherme I, única que aparece com uma cabeça, identificando Napoleão III<sup>114</sup>, derrotado pelo Imperador alemão na guerra franco-prussiana e deposto do trono Imperial na França. Sobre parte de Napoleão III e servindo como apoio para a base do cetro de Guilherme I, está um caracol com a face de Otto Von Bismarck, então chanceler alemão e figura fundamental na unificação do país.

A posição em que se encontram os Imperadores também carrega importante significado. Apesar de estarem de braços dados, D. Pedro II e Guilherme I apresentam posturas diferentes. Enquanto o Imperador alemão encontra-se altivo, com cabeça erguida e trajando vestes cerimoniais, o monarca brasileiro parece estar sem equilíbrio, cambaleando enquanto apoia-se em apenas uma perna. Estas posições e caracterizações correspondem ao momento em que as duas monarquias se encontravam. Guilherme I, rei prussiano, ascendera recentemente à Imperador da Alemanha e saíra vitorioso de um conflito contra a França. A monarquia brasileira, por outro lado, passava por um atribulado momento, com manifestações de determinados segmentos da sociedade brasileira e ascensão de ideias que punham em cheque a solidez do regime monárquico. Olhando para o lado e equilibrando ao mesmo tempo a coroa na cabeça e a mala apoiada no guarda-chuva, a imagem mostra um Imperador que parece confuso em relação à própria posição e sem segurança em relação ao destino de seu país.

Apesar das diferentes posturas dos Imperadores e dos diferentes momentos de seus regimes, a representação dos monarcas traz a mesma crítica. Após o desenho que destaca o que seria a pretensa grandiosidade dos Imperadores, Bordallo afirmou de forma irônica que eles seriam “imensos”, “os maiores homens da história”, para indagar, como última sentença de sua obra, qual dos dois seria o “maiorzinho”. Neste último segmento, torna-se notório que

---

<sup>114</sup> Charles Louis Napoléon Bonaparte (1808-1873), conhecido como Napoleão III, foi sucessivamente presidente da segunda república francesa, primeiro eleito por sufrágio universal, e Imperador da França após um golpe de Estado. Seu governo foi das eleições de 1848 à derrota para a Alemanha durante a guerra franco-prussiana, quando foi deposto pela Assembléia Nacional, na qual foi proclamada a terceira república francesa.

os questionamentos de Bordallo, assim como o de Eça e Ramalho, não focam no indivíduo, mas passam por ele para pôr em cheque o que este representaria. No caso de D.Pedro II, Imperador do Brasil, a manutenção dos sistemas monárquicos.

A imagem que D.Pedro II teria apresentado durante sua viagem pela Europa seria uma intencional construção, realizada com o objetivo de se auto promover e elevar sua popularidade tanto na Europa quanto no Brasil, garantindo assim a manutenção de seu poder em seu reino. Percebendo a crescente atribuição ao sistema monárquico de muitos dos problemas que afligiam a sociedade e a ascensão em seu país de movimentos que abertamente se opunham ao seu governo, como o republicanismo, o monarca teria tratado de associar sua imagem a elementos que o pudessem relacionar exatamente às ideias que influenciavam tal oposição. Quanto menos o Imperador fosse vinculado a símbolos e práticas clássicas das monarquias, melhor seria sua visibilidade em um momento de aparente declínio dos sistemas monárquicos, criando então a figura de um Imperador que pudesse satisfazer aos anseios dos críticos, mas sem abrir mão de seu real poder.

Desta caracterização, surgiram as alcunhas de “Imperador-democrata” e “monarca-cidadão”, terminologias que, para intelectuais como Bordallo e Eça de Queiroz, apresentariam imensas contradições. Para estes autores, as noções de democracia e a posição de um cidadão comum na sociedade seriam completamente opostas às relações de poder e aos privilégios existentes em uma monarquia, mesmo que pautadas em uma constituição como nos casos português e brasileiro. As reais intenções do Imperador foram demonstradas na representação de eventos específicos de sua viagem, onde ora diria serem desnecessárias cerimônias de recepção, ora se valeria de sua real posição enquanto monarca para evitar os protocolos de instituições. Um monarca cujo discurso tornava-se maleável de acordo com seus interesses.

A fim de expor tais contradições, os autores se valeram dos itens que teriam sido utilizados pelo Imperador na composição de sua imagem. A mala, que teria sido carregada pelo monarca durante toda sua viagem, seria o símbolo da auto imagem que o Imperador teria tentado expor, usada como uma demarcação da diferença que existia entre um monarca tradicional e um “Imperador-democrata”, que carregaria sua própria e pequena bagagem. A ideia da falsa aparência é reforçada na oposição deste objeto ao cetro na narrativa de Eça e Ramalho, e na coexistência com a coroa na representação de Bordallo. No entanto, o questionamento da imagem de D.Pedro II durante sua viagem nas narrativas não se restringiu à figura do monarca-cidadão, estendo-se para outra característica vinculada ao monarca brasileiro. Para Bordallo, Eça e Ramalho, seria D.Pedro II um sábio monarca



## 2.2 UM “SÁBIO” MONARCA

*Auspice Petro Secundo. Pacifica Scientiae Occupatio*

Palavras gravadas em medalha comemorativa do IHGB em 1840, que tornou-se o emblema da instituição

Dentre os elementos constantemente associados à imagem de D. Pedro II, um dos que mais se destacavam e que se encontrava em direta relação com a noção de monarca-cidadão era seu apreço pelas ciências, artes e avanços técnicos. Desde o início de seu governo, foi vinculado ao Imperador um aberto interesse no contato e estudo de inovações técnicas, obras literárias e de outros aspectos culturais oriundos do estrangeiro. Tendo aprendido línguas estrangeiras e traduzido obras em vários idiomas, seu interesse por assuntos concernentes a diversas áreas do conhecimento o levaram a trocar correspondências com intelectuais e a receber costumeiramente viajantes estrangeiros, além de adquirir livros de diversas nacionalidades, dedicando grande parte de seu tempo à leitura.

Esta associação do Imperador às ciências e às artes não limitava-se à demonstrações pessoais, estando presente em suas representações oficiais e nos atos administrativos de seu governo. Em diversas ocasiões, o Imperador era fotografado rodeado por livros em seu gabinete de estudos.<sup>115</sup> Frequentava sessões e concursos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e nas escolas Militar e de Medicina. Além disso, financiou em algumas ocasiões a criação de espaços de pesquisa e produção artística, ligando à si a imagem de patrono ou mecenas das artes e das ciências.

Com sua imagem conectada diretamente ao conhecimento e visto como um sábio monarca, a primeira viagem de D. Pedro II à Europa, cuja trajetória envolvia países com algumas das mais antigas instituições de produção e divulgação artística e científica, assim como alguns dos mais influentes autores em várias áreas do conhecimento, envolveu também a visita a academias e sociedades científicas, a monumentos e o encontro com intelectuais admirados pelo Imperador. Tal aspecto da viagem do monarca e da constituição de sua imagem pública constituiu um dos pontos centrais das narrativas elaboradas por Raphael Bordallo Pinheiro, Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz.

---

<sup>115</sup> Lilia Schwarcz afirma que D. Pedro II se apresentaria “com o traje de pequena gala, cercado de símbolos de erudição, entre muitos livros, globos, penas de escrever e balaustradas onde se apoiava para aguentar o longo tempo da foto e fazer pose de pensador. Lilia Moritz S em parte de sua obra SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. 2º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.325.

A primeira composição da obra de Bordallo já conferia à relação entre o Imperador e o conhecimento um local de destaque em sua narrativa. Em sua introdução, o autor apontou como um dos principais motivos que teriam motivado a viagem do Imperador uma necessidade pessoal de encontrar intelectuais, ou “sábios que o dissessem coisas”, e visitar instituições vinculadas ao desenvolvimento e divulgação científica, saciando então sua “sede de conhecimento”. Esta motivação, juntamente ao desejo de obter popularidade, reforça a vinculação da viagem, financiada pelo erário público, apenas à vontade pessoal do monarca, sem qualquer relação com a administração ou desenvolvimento do país.

A relação entre o Imperador e o conhecimento se perpetua no segmento inicial, aparecendo no momento em que o autor apontou uma obra específica que teria instruído D. Pedro II desde sua infância. A publicação em questão é um manual enciclopédico, de autoria do português Emílio Aquiles Monteverde<sup>116</sup>, produzido para uso em instituições de instrução primária em Portugal e uma das obras mais utilizadas no ensino deste país neste período.<sup>117</sup>

A obra de Monteverde incluía uma ampla gama de assuntos que era considerados pelas autoridades portuguesas como pertinentes à educação primária. Era composta por capítulos dedicados à moral e à religião, com segmentos de história da religião, gramática portuguesa, noções de “civilidade”, aritmética, geometria, geografia, belas artes, história de Portugal, física, química e mesmo mitologia.<sup>118</sup>

O Imperador representado por Bordallo, considerado como detentor de variados conhecimentos, obteria sua sabedoria a partir de uma obra enciclopédica e dedicada à instrução de crianças. Além disso, a obra tratava-se de uma das principais referências em um sistema de ensino considerado, pelos intelectuais ligados à “geração de 70”, como ultrapassado e um dos grandes responsáveis pela situação em que Portugal se encontrava. Esta e outras leituras teriam feito com que o Imperador desenvolvesse o hábito de falar “de tudo ao mesmo tempo” e seu gosto por assuntos concernentes ao conhecimento técnico-científico e pelas artes.

---

<sup>116</sup> Emílio Aquiles Monteverde (1803-1881) atuou como escritor e diplomata. Foi autor de várias obras aplicadas voltadas para a instrução primária em Portugal, como *Método facilimo para aprender a ler*, *Manual enciclopédico para Portugal e Brasil* e o *Manual Enciclopédico para uso nas escolas de instrução primária*.

<sup>117</sup> Em sua dissertação, Maria Alves realizou um levantamento sobre as obras utilizadas na instrução primária do município de Mafra, próximo a Lisboa, que aponta o Manual Enciclopédico de Monteverde como uma das principais obras empregadas no país. ALVES, Maria do Céu Garcia dos Reis Loureiro. **Um tempo sobre outros tempos: o processo de escolarização no Concelho de Mafra – Anos de 1772 a 1896**. Dissertação apresentada ao Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho. Braga: outubro de 2003. p.107.

<sup>118</sup> Ibidem. pp.108-113

O Imperador não conseguiria encontrar em seu país conhecimentos que o satisfizessem, uma vez que seus súditos, “pessoas acanhadas e magras”, só falaria “das coisas que sabem”. Com tal afirmação, Bordallo coloca a imagem de um monarca que demonstraria o conhecimento de questões que, na realidade, não conhecia.

Retomando a obra de Aquiles Monteverde, o Imperador encontraria em seu país com um grau de educação semelhante ao observado em Portugal, que seria instruído, contraditoriamente, pelo mesma obra que nutriria os “vastos conhecimentos” do monarca. Nestes pontos residem os primeiros questionamentos à imagem do sábio monarca e o apontamento de que, na narrativa de Bordallo, esta não seria condizente com a realidade.

Em seguida, o Imperador, que teria desejado saciar sua “fome pelo conhecimento” no continente europeu, é representado em sua preparação para a viagem. Se o ato de arrumar a mala constituía a preparação da imagem do “monarca-cidadão”, a sabedoria que o monarca pretendia demonstrar e adquirir na Europa também necessitava de preparativos. Tal ação é representada no quadro posterior.

**Figura 8** – Leituras preparatórias



Então passa 7 mezes e 7 noites a decorar o catalogo de Hachette, de Michel Levy, de Verboeckhoven, de Brockhaus e estes e aquelles, o Diccionario da conversação, etc., relendo sempre o seu Monteverde;

Fonte: *Apontamentos de Raphael Bordallo Pinheiro sobre a picaresca viagem do Imperador do Brasil pela Europa*

D. Pedro II é representado sobre inúmeros livros em uma leitura intensiva, cujo uso de uma touca para dormir e o ambiente escuro no que se encontra sugere uma ação que adentraria noites a fio. As obras citadas se referem a catálogos de conhecidas casas editoriais francesas e alemãs de então, que juntamente a outras, seriam lidas e relidas pelo Imperador a fim de atualizá-lo sobre os títulos e autores das mais recentes obras produzidas na Europa.

A expressão “decorar” utilizada por Bordallo para se referir a esta preparação também desempenha um importante papel, ao apontar para uma fixação apressada do conteúdo destas obras, que por sua vez apenas indicariam outras publicações. Nesta narrativa, grande parte do conhecimento que o Imperador pretenderia expor em sua visita a instituições e diálogos com intelectuais não viria de um estudo profundo acerca de temas específicos, mas de uma memorização apressada com o fim de reproduzi-lo e apenas aparentar tal conhecimento.

Em *As Farpas*, a primeira menção sobre a questão do conhecimento ligada à figura do Imperador é feita por Ramalho Ortigão, que a vincula à ideia da prudência e discrição, referente à figura do “monarca-cidadão” que D. Pedro II teria pretendido demonstrar durante sua viagem:

Andou igualmente bem Vossa Majestade em viajar incógnito e em adotar a representação de sábio. Por muitas razões. Em primeiro lugar nada favorece mais o incógnito do que a sabedoria. Um sábio comedido, arranjado, prudente, discreto, tem quase a certeza de passar em toda a parte desconhecido. Depois a sabedoria é imensamente cômoda em viagem. Leva-se em qualquer parte. Não faz bolha, não tem cheiro, não aperta os pés, não obriga a despesas de representação, inspira os gostos simples e os desejos moderados...(...) <sup>119</sup>

Ao afirmar que o monarca “adotou a representação de sábio” e comparar a sabedoria com um utensílio a ser transportado, o autor colocou a noção da sabedoria do Imperador como uma imagem a ser escolhida e da intencionalidade do Imperador em assumir tal posição. Desta forma, o autor alinha a imagem do sábio à de “monarca-cidadão” e reforçando a noção de tais comportamentos como uma aparência premeditada, pensada a fim de construir uma autoimagem que pudesse provocar um aumento de sua popularidade e, conseqüentemente, a manutenção do governo monárquico.

Desta forma, a viagem de D. Pedro II incluiu em sua trajetória locais onde se situavam algumas das mais antigas e respeitadas academias de ciência e arte da Europa, as quais serviam de modelo para a construção de congêneres em países como o Brasil. Frequentador de sessões em instituições de seu país, o Imperador se fez presente em alguns destes espaços,

---

<sup>119</sup> **AS FARPAS: Crônica mensal da política, das letras e dos costumes.** Lisboa: Tipografia Universal, fev/1872. p.14

visando participar de discussões e conhecer os indivíduos a eles vinculados. A presença do Imperador em alguns destes institutos é assim representada na narrativa de Bordallo:

**Figura 9 – O sábio e o papagaio**



Fonte: *Apontamentos de Raphael Bordallo Pinheiro sobre a picaresca viagem do Imperador do Brasil pela Europa*. pág.4-5

O Imperador é representado enquanto assistiria a apresentações em institutos relacionados às ciências e às artes plásticas, como o Instituto da França e sociedades científicas de geologia e belas-arts. O monarca aparece sempre sentado em primeiro plano, o que não apenas destaca sua figura na composição mas visa demonstrar a demarcação de sua presença e de sua posição enquanto governante, que merece um local privilegiado nas sessões e faz com que os preletores se dirijam diretamente a ele durante suas apresentações.

Nas paredes ao fundo encontra-se uma referência à imagem do “monarca-cidadão”. Nela estão penduradas as cartolas dos demais presentes, mas o item do vestuário pertencente ao monarca, apesar de suas vestes comuns, é a coroa, presente como uma forma de demonstrar que este, apesar de apresentar-se como um “simples cidadão”, não abriu mão dos poderes e privilégios concedidos aos governantes. Tal postura é reforçada pelo último quadro

da sequência, quando D.Pedro II faz questão de sentar-se em uma posição de destaque dentre os outros, considerando a si mesmo como um sábio e, somado a sua posição de monarca, obtendo o direito de estar “o mais no meio possível dos sábios”.

Dentre os elementos da composição, no entanto, são as temáticas que teriam sido tratadas na presença e pelo próprio D.Pedro II que se destacam no questionamento da imagem do Imperador vinculada ao conhecimento. Na geologia, o assunto teria sido o “papagaio pré-histórico”, enquanto o papagaio desasado de Milo, em referência à conhecida Venus de Milo, fora o tema nas belas-artes e no Instituto de França, instituição que engloba academias de ciência, letras, artes e ciências políticas, o assunto orbitou sobre diversos aspectos do papagaio.

O papagaio é um símbolo costumeiramente associado ao Brasil desde o início de sua colonização. Outrora, uma das alcunhas dada ao território era “terra dos papagaios” devido à quantidade e variedade deste animal aqui encontrada. No entanto, seus sentidos não se esgotam em definições positivas. O papagaio também representa a repetição desvinculada de raciocínio ou ponderação, uma característica biológica do animal. Se articulada com apontamentos anteriores da obra, como o ato de “decorar” o conteúdo de alguns manuais enciclopédicos, o papagaio presente nesta composição surge como símbolo utilizado por Bordallo para atribuir ao Imperador um saber meramente repetitivo e superficial de informações, uma reprodução acrítica de conhecimento por parte do monarca.

A penúltima legenda desta composição afirma de forma irônica que D.Pedro II, chamado de “o Grande Pedro”, teria demonstrado diversos conhecimentos sobre variados temas. O que o desenho traz, no entanto, é a fala do Imperador sendo representado por diversos papagaios sendo lançados, reforçando a ideia da repetição, juntamente com diversos “etc” que se encontram no ar, simbolizando a ausência de conhecimentos para continuar sua argumentação, englobando muito sem dizer realmente nada.

Neste segmento, subjaz uma crítica presente em muitos dos textos produzidos pelos intelectuais da “geração de 70” até então. Um dos pontos considerados como críticos em Portugal, e cuja mudança se fazia necessária para a superação da decadência do país, era a quase inércia da produção do conhecimento, que nas artes e nas ciências vinham sendo pautados pela reprodução acrítica. Tal ponto foi temática de vários textos produzidos por estes indivíduos, como os escritos envolvidos na ocasião da “Questão Coimbrã” e “Conferências do Casino”, anteriormente analisados.<sup>120</sup>

---

<sup>120</sup> Este questionamento é retomado em outros pontos das representações presentes nas duas obras em questão, algumas das quais serão analisadas no próximo capítulo.

Outro aspecto da imagem do Imperador relacionado ao conhecimento era seu interesse pelo aprendizado de outras idiomas, incluindo línguas de países orientais e outras atualmente em desuso no cotidiano. Bordallo apontou no início de sua obra que o povo brasileiro teria a condescendência de financiar seu monarca para que este estudasse hebraico e “línguas mortas”. A temática acerca o interesse do monarca pelo estudo de diferentes idiomas foi levada adiante por Eça de Queiroz em *As Farpas*. Em um segmento onde falou brevemente da sobriedade e moderação dos hábitos alimentícios do Imperador, o autor cita especificamente a ocasião de um jantar que teria sido servido durante sua passagem por Paris. Algo em particular, entretanto, teria feito o monarca perder a compostura:

Há porém um só objeto acerca do qual Sua Majestade revela uma gula excepcional: é a sua fraqueza: é o espinho da rosa imperial. Sua Majestade desdenha, demagogicamente – desde a trufa até ao Johanisberg – todos os delicados mimos da fornalha ou da adega. Uma só coisa lhe aguça a língua. Uma só lhe vibra o paladar, lhe ruboriza os beijos: para uma só coisa tem a curiosidade e a sofreguidão apressada – para o hebraico!” (...) “Sua Majestade é um guloso de hebraico. No hebraico – rapa os pratos e lambe os dedos. E por uma inexplicável improvidência, sua Majestade não traz consigo nem um hebreu nem um sabedor de hebraico! De tal sorte que nos longos dias preguiçosos de paquete, nas horas fastidiosas de wagon, - Sua Majestade passa cruéis privações – de hebraico. Por isso chega sempre esfaimado, sôfrego, insaciável de hebraico: e mal entra as portas festivas dos hotéis, ainda com a mala na mão, rompe logo a pedir nos corredores, com ganidos de gula, quase com assomos de cólera – o predileto hebraico!<sup>121</sup>

Associando o conhecimento à alimentação e se valendo das metáforas derivadas desta ligação, Eça se referiu ao imenso desejo que o Imperador teria do idioma hebraico. O contato com o idioma seria a resposta para praticamente todas as indagações a respeito da vontade do monarca. O exagero com o qual o interesse em ouvir e demonstrar o conhecimento deste língua insere-se no processo de dessacralização de D.Pedro II nestas narrativas satíricas, opondo à ponderação esperada de um monarca um comportamento desmedido que visa a torná-lo objeto do riso.

A passagem, no entanto, carrega uma importante crítica referente à utilidade e aplicação do conhecimento. O domínio da língua na qual o monarca brasileiro é apontado como ávido interessado teria pouca utilidade nas atividades que muitos intelectuais, incluindo os autores, consideravam serem concernentes ao governante de um Estado. Articulada à afirmação de Bordallo na introdução de sua obra, emerge novamente a concepção de um Imperador que dispensaria grande parte do seu tempo para, às custas do erário público, se dedicar ao estudo de assuntos que teriam pouca ou nenhuma aplicação no desenvolvimento do

---

<sup>121</sup> **AS FARPAS: Crônica mensal da política, das letras e dos costumes.** Lisboa: Tipografia Universal, fev/1872. pp.42-43

país e bem-estar de seus súditos, servindo apenas a uma vontade pessoal do indivíduo e a uma estéril demonstração de erudição. Esta não seria apenas uma crítica a D. Pedro II, mas a todos os monarcas e, em maior sentido, demais governantes que tivessem tal prática, questionando o conceito e os limites da “sabedoria” que estes deteriam.

O conhecimento do Imperador, além de ser manifestado em instituições científicas, no diálogo com intelectuais e nas buscas pelo hebraico, também teria sido demonstrado na resolução de questões complexas de forma prática. Um quadro específico da obra de Bordallo traz o que seria uma breve intervenção do Imperador durante sua passagem pela Itália, em uma problemática que apresentaria grandes semelhanças com outro enfrentado pelo monarca brasileiro em seu país:

**Figura 10** – O monarca e a “questão religiosa”



Em Roma o Grande Pedro resolve familiarmente a questão do poder temporal, as diferenças políticas da curia e do rei de Itália, as desintelligencias sobre o dogma, e outros; S. M. tem sobre a questão religiosa a seguinte profunda opinião: «Que é uma caturrice».

Fonte: *Apontamentos de Raphael Bordallo Pinheiro sobre a picaresca viagem do Imperador do Brasil pela Europa.* pág.5



Nesta composição, o Imperador é representado em Roma ao tentar conciliar com um abraço o Papa Pio IX e o rei da Itália, Vitor Emanuel I<sup>122</sup>, que encontravam-se de costas um para o outro e parecem surpresos com a atitude do monarca brasileiro. A posição oposta em que estavam o Papa e o rei italiano se refere à disputa que ocorria entre a Igreja Católica e o Estado italiano sobre a posse dos chamados Estados Pontifícios ao final do processo de unificação italiana, mas que representava, em última instância, ao conflito entre Estado e Igreja.

O adjetivo “familiarmente” conferido à forma como D. Pedro II teria lidado com tal problemática diz respeito ao modo informal e pessoal com o qual teria tentado aproximar Estado e Igreja na Itália. Esta atitude é corroborada pela tentativa de envolver em um abraço tanto o Papa quanto o monarca. O questionamento de Bordallo recai sobre a tentativa de conciliação do poder temporal com o poder secular, que estava na base da própria monarquia estabelecida no Brasil desde sua constituição.

Uma das críticas realizadas por muitos dos intelectuais portugueses ligados à “geração de 70” era a interferência do poder e das doutrinas da Igreja Católica em inúmeros assuntos concernentes ao Estado, das decisões administrativas dos monarcas à prática do ensino. Esta ingerência do poder temporal era considerada por indivíduos como Antero de Quental como uma das principais causas da decadência portuguesa<sup>123</sup>. Tal perspectiva destes intelectuais foi acentuada quando da ocorrência do Concílio Vaticano I entre 1869 e 1870 que, dentre outras decisões, reafirmou o dogma da infalibilidade papal. Além de intensificar os questionamentos sobre a Igreja, tais deliberações acirraram as disputas entre Estado e Igreja em algumas localidades, referenciadas na composição como as “desinteligências sobre o dogma”

Sobre esta complexa questão, que envolvia várias esferas da sociedade e era considerado por muitos intelectuais como um dos principais entraves para o desenvolvimento de um país, o sábio monarca brasileiro da narrativa de Bordallo teria simplesmente afirmado ser uma teimosia sem fundamento de ambas as partes, uma “caturrice”.

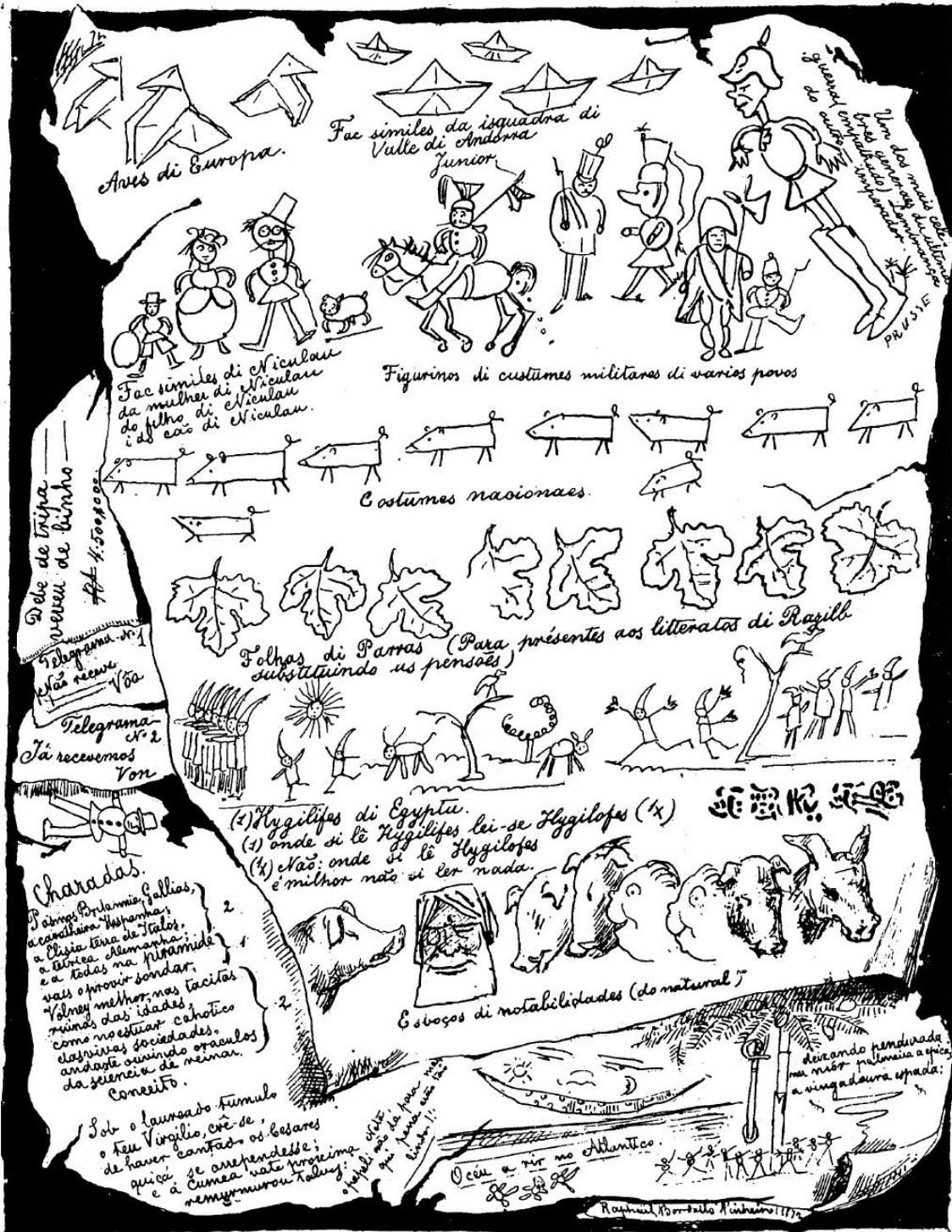
---

<sup>122</sup> Vittorio Emanuele di Savoia (1820-1878), mais conhecido como Vitor Emanuel I da Itália ou Vitor Emanuel II da Sardenha, foi sucessivamente o rei da Sardenha e o primeiro rei italiano após a unificação do país.

<sup>123</sup> Como apontado no capítulo inicial a partir da análise de sua conferência *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*.

Figura 11 – O “diário” do Imperador

Apontamentos e recordações de viagem do Imperador de Rasilb: fac-simile de uma folha da sua carteira



Fonte: Apontamentos de Raphael Bordallo Pinheiro sobre a picaresca viagem do Imperador do Rasilb pela Europa. pág.14

Após atravessar a Europa em sua trajetória por países, academias científicas e encontro com chefes de Estado e intelectuais, o Imperador encerrou sua viagem, mas não sem registrar algumas das suas experiências no continente. A penúltima representação da obra de Bordallo coloca alguns elementos do que seriam as impressões de viagem de D. Pedro II. O monarca era conhecido por manter registros frequentes de sua vida pública e privada em diários desde sua juventude. Na narrativa de Bordallo, tal costume foi utilizado para colocar novamente em cheque a sabedoria do Imperador, especificamente na penúltima composição de sua obra (**Figura 11**), que traria as impressões do Imperador no que seria um fac-simile de uma folha da carteira do Imperador:

Substituindo os organizados diários de viagem que se esperariam de um sábio e prudente Imperador, encontram-se pedaços de folhas amassadas e parcialmente rasgadas onde teriam sido anotadas as recordações. As longas descrições escritas de um homem com domínio das letras dão lugar a desenhos feitos de forma apressada e, principalmente, com traços que se assemelham aos produzidos por uma criança.

No canto superior esquerdo, as várias aves europeias que o Imperador teria observado são desenhadas de forma semelhante como pássaros feitos com dobraduras em papel. À esquerda destes, a esquadra de Portugal<sup>124</sup> é representada por barcos também feitos de papéis dobrados. Neste desenho, é possível perceber também uma referência indireta ao que seria o presente português, cujo império marítimo estaria aquém daquele de séculos atrás, quando o país estava a frente das chamadas “grandes navegações”.

O Imperador, apreciador da antiguidade oriental, não poderia deixar de registrar algum aspecto de sua passagem pelo Egito. Na representação em questão, o monarca tentou representar os hieróglifos egípcios, mas também assemelhando-os a desenhos infantis e tentando, sem sucesso, escrever a própria palavra “hieróglifo”, desistindo ao final. À esquerda destes, também encontram-se algumas inscrições em árabe.

Por fim, no canto inferior esquerdo da folha, se encontram escritos precedidos pelo título de “Charadas”. O que se segue, na verdade, é parte de um poema que Antônio Feliciano de Castilho, amigo de D. Pedro II, escrevera em homenagem ao Imperador brasileiro e que fora publicado na Imprensa Nacional<sup>125</sup>. A figura de Castilho ocupava um local central na

<sup>124</sup> Os motivos pelos quais Portugal é chamada de “Vale de Andorra Junior” neste e em outros segmentos da obra de Bordallo serão examinados no próximo capítulo.

<sup>125</sup> O Poema, publicado sob o título de *Homenagem da Imprensa Nacional de Lisboa* tem sua versão integral reproduzida ao final da obra *Viagem dos Imperadores do Brasil em Portugal*, já mencionada anteriormente. CASTRO, Augusto Mendes Simões de. REAL, José Alberto Corte. ROCHA, Manuel Antônio da Silva. **Viagem dos Imperadores do Brasil em Portugal**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1872. pp.340-341.

crítica dos intelectuais da “geração”, por ser um dos principais escritores portugueses e representar, para os autores, alguns dos principais problemas existentes na literatura do país<sup>126</sup>. A titulação atribuída ao texto se refere à crítica ao excesso de preocupação com a forma e à “escola de elogios mútuos” que haveria tomado a produção literária portuguesa. Tal excesso de preocupação com a forma na composição dos versos tornariam sua interpretação tão complexa quanto uma charada. O poema é interrompido por “não haver suficiente papel” para reproduzi-lo na íntegra, constatação acompanhada por uma lamentação, uma vez que os versos estariam “tão lindos”. Trechos do poema ainda são encontrados ao final da composição acompanhados de suas representações visuais, como o “céu a rir no atlântico”, desenhado como um rosto no céu sobre as águas do oceano, e “a épica, a vingadora espada” que o monarca teria deixado “pendurada em uma palmeira” em seu país ao iniciar sua viagem pela Europa

A aproximação dos registros de viagem de D. Pedro II aos de uma criança constituiu o último elemento do questionamento de Bordallo à associação entre o monarca e o conhecimento na elaboração de sua imagem. Articulada às considerações de Ramalho e Eça, percebe-se um quadro mais amplo em relação às concepções destes intelectuais acerca da produção e aplicação do saber.

Com a imagem de um sábio monarca e profundo conhecedor de diversos assuntos, o Imperador brasileiro foi representado de forma contrária nas narrativas em questão. D. Pedro II, durante sua viagem e nos momentos que a precederam, sintetizaria muitos dos aspectos relativos à produção intelectual que eram criticados pelos intelectuais ligados à “geração de 70”.

Um dos elementos apontados pelos autores foi a superficialidade do conhecimento que o monarca demonstraria, oriundo em grande parte de leituras enciclopédicas que abrangeriam uma ampla gama de informações, mas sem aprofundá-las. O resultado de apenas tais leituras se refletiria no discurso do Imperador, que se interessaria e falaria sobre muitos assuntos, mas sem nenhum saber efetivo sobre os mesmos, chegando mesmo a tratar questões como o conflito entre poder temporal e poder secular como uma “caturrice”. Uma destas obras seria um manual utilizado na instrução primária de Portugal, uma das esferas da sociedade portuguesa amplamente criticada por alguns intelectuais e apontada como uma das principais causas da decadência do país.

---

<sup>126</sup> Como analisado anteriormente, Castilho foi o principal escritor contra o qual Antero de Quental e Teófilo Braga se voltaram na ocasião da “Questão Coimbrã”

O saber demonstrado pelo Imperador, resultado deste contato, traria outro elemento criticado pelos autores. O conhecimento que o monarca expusera em suas visitas às instituições e encontro com literatos seria meramente repetitivo, fruto de uma reprodução acrítica a partir de uma leitura superficial. Uma vez delineando uma autoimagem que permitisse a manutenção de seu governo e elevação de popularidade, o monarca teria se preocupado apenas em aparentar intimidade com as mais recentes inovações técnicas e produções em diversas áreas do conhecimento, sem realizar qualquer estudo profundo sobre o conteúdo do qual falava. Para representar esta reprodução, Bordallo se valeu da figura do papagaio, símbolo de vários sentidos que, apesar de sua associação ao Brasil, foi destacado em sua conexão com a repetição. Estes e outros elementos constituem a imagem de um Imperador que, apesar de ser considerado sábio, nada mais demonstra do que um saber, sem aplicação prática na resolução dos problemas da sociedade e utilizado como forma de elevação individual.

A imagem que se construiu em torno do personagem principal de ambas as narrativas é a de um monarca que, apesar de alegar realizar sua primeira viagem à Europa por motivos estritamente pessoais e desvinculados de qualquer intenção política, a teria pensado como uma forma de promover e melhorar sua imagem. Tal decisão se deu em um momento no qual, em âmbito interno, a monarquia brasileira enfrentava obstáculos na manutenção de seu regime e, em muitos países ocidentais, os regimes monárquicos enfrentavam grande resistência com a ascensão de movimentos como os republicanismos e da vinculação de características atreladas a monarquias à obstáculos para o progresso das nações.

Ciente de tal situação, o Imperador representado nas narrativas teria iniciado anos antes, ainda em solo brasileiro, a construção de uma autoimagem que tentaria mesclar a monarquia a práticas que então seriam bem vistas frente ao avanço de ideias opostas aos regimes monárquicos e pudessem ser associadas a concepções de “progresso”. Daí surgiu a gradativa substituição dos hábitos do monarca por outros mais próximos aos seus súditos e a paixão pelas ciências e artes que era exposta em atos públicos. Durante sua viagem à Europa, momento em que não só seu povo, mas indivíduos de outros países também atentavam para D. Pedro II, os traços desta caracterização teriam sido maximizados, constituindo as situações-limite representadas pelos autores e que expressariam todas as contradições e exageros existentes na produção desta autoimagem.

Apesar do questionamento de muitas características vinculadas à pessoa de D. Pedro II, dessacralizando-o para torná-lo objeto da crítica e do riso presente nestas narrativas satíricas, estava em questão o que se encontrava por trás do indivíduo, o que seria maior que o homem

e o que este representava. Logo, punha-se em cheque não Pedro de Alcântara, mas o sistema monárquico e questões que a este pudessem ser vinculados. Figura central nas narrativas acerca de sua viagem, D.Pedro II não representou um fim, mas um caminho para a problematização de questões mais amplas através das sátiras sobre sua passagem pelo continente.

A oposição entre as noções de monarquia e democracia nas concepções de Bordallo, Eça e Ramalho, apresentadas através da contraditória figura do “monarca-cidadão”, assim como as ideias acerca da produção e aplicação do conhecimento, eram algumas das questões que se encontravam no centro de discussões acerca das instituições públicas e de movimentos político-sociais em vários países da Europa. A representação do Imperador brasileiro durante sua viagem, somada aos encontros com governantes e intelectuais juntamente à visitação a instituições científicas, condensariam diversas problemáticas que poderiam chamar a atenção, através do riso, a pontos nevrálgicos de discussões então contemporâneas em diversas esferas da sociedade.

Além destas questões mais abrangentes, as críticas colocadas a partir da imagem de D.Pedro II nas narrativas não podem ser desvinculadas das problemáticas que, naquele momento, eram discutidas no país onde habitavam os autores, onde foram publicadas as obras e com o qual o monarca brasileiro possuía mais laços. D.Pedro II era um Bragança, casa dinástica que governava Portugal desde meados do séc.XVII, período em que alguns intelectuais consideravam como início da evidência do declínio português<sup>127</sup>. Também encabeçava uma monarquia constitucional, mesmo sistema de governo implantado em Portugal praticamente no mesmo período em que no Brasil. Não obstante, a monarquia brasileira, com suas inúmeras especificidades, teve sua origem a partir da monarquia portuguesa

No momento da viagem de D.Pedro II e dos questionamentos que vinham sendo feitos, problematizar questões vinculadas ao monarca brasileiro era pôr em cheque a própria monarquia portuguesa, considerada por alguns dos intelectuais portugueses como um dos responsáveis pela estado em que o país se encontraria frente a outras nações, e cujo trono era então ocupado por Luís I, sobrinho do Imperador brasileiro. Observar a figura de D.Pedro II durante a viagem e tudo que representaria significava, para os autores, ver uma criação portuguesa, que apresentaria muitos dos mesmos problemas observados e criticados por estes intelectuais em Portugal.

---

<sup>127</sup> Antero de Quental coloca tal questão em seu segundo discurso nas Conferências dos Casino, intitulado *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos* e já analisado no capítulo anterior.

Os questionamentos realizados pelos autores recaíram sobre a figura de D. Pedro II, mas foram muito além dele. Estes intelectuais encontraram na passagem do monarca uma oportunidade de, através dele, problematizar a própria realidade em que viviam. Um personagem criado sobre um personagem e uma janela para observar problemáticas mais amplas que envolviam Portugal. Um espelho, no qual se observa o outro para analisar a si mesmo. Este é o Imperador do Brasil das narrativas de Raphael Bordallo Pinheiro, Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão.

### 3 EM PORTUGAL, ENTRE PORTUGUESES

Durante sua viagem pela Europa, o Imperador esteve em Portugal em duas oportunidades. A primeira foi logo em seu desembarque no continente, onde permaneceu a maior parte do tempo em voluntária quarentena no Lazareto e, após uma visita de menos de dois dias a Lisboa, rumou para a Espanha e outros países. A segunda, mais demorada, foi realizada ao final da viagem, quando o monarca passou por algumas das principais cidades portuguesas. Nestes dois momentos, D. Pedro II foi recepcionado com festas e orquestras, visitou instituições e encontrou políticos, artistas e literatos portugueses. Muitas destas experiências do monarca envolveram elementos considerados pelos intelectuais ligados à “geração de 70” como responsáveis ou produtos do estado decadente em que Portugal se encontraria.

Nas reflexões presentes em *Apontamentos sobre a picaresca viagem* e na edição de fevereiro de *As Farpas*, sabe-se que as representações acerca de D. Pedro II, abordando predominantemente a imagem do “sábio” ou de “monarca-cidadão”, foram produzidas e empregadas no questionamento de temáticas relativas à organização social, à produção e emprego do conhecimento científico. Resta, no entanto, analisar as concepções de Bordallo, Eça e Ramalho acerca da aplicação destes e outros questionamentos sobre a realidade específica que vivenciavam e sobre a qual recaia o diagnóstico da decadência.

A maior parte das descrições realizadas pelos autores acerca da viagem de D. Pedro II foi dedicada à sua passagem por Portugal em seus diversos aspectos, o que se deveu a dois fatores. Em primeiro lugar, os eventos que envolveram a estada do Imperador no país puderam ser acompanhados de perto pelos autores, que assistiram aos preparativos para a recepção e o trânsito do monarca nas diferentes publicações periódicas, nas conversas do cotidiano e mesmo como espectadores diretos dos acontecimentos. Além deste aspecto, no entanto, está a fundamental ocorrência dos questionamentos realizados sobre a sociedade portuguesa, que haviam sido demarcados através das Conferências do Casino, recém encerradas pela portaria do governo, e que tornariam a realidade portuguesa, especialmente quando confrontada com a vinda do Imperador brasileiro, o eixo central na reflexão dos autores.

Ao contrário das reflexões sobre a imagem do Imperador, cujas representações em cada obra acabavam por convergir às mesmas características, os elementos específicos



abordados sobre Portugal e sobre as experiências do monarca neste país diferem em cada obra. Como exemplo, os preparativos para a recepção recebem grande atenção na produção de Bordallo, enquanto Eça e Ramalho dão ênfase a alguns aspectos que seriam intrínsecos ao comportamento da sociedade portuguesa. Por vezes, todavia, estas considerações se cruzam e ajudam a compor, em último nível, o quadro da interpretação destes autores sobre a situação portuguesa ao fim do século.

Os segmentos dedicados à reflexão sobre aspectos da sociedade portuguesa em relação à viagem de D. Pedro II orbitaram essencialmente sobre dois eixos. O primeiro se refere às características mais amplas relativas à Portugal que são apresentadas antes e durante a viagem do Imperador. Os autores abordam, em síntese, quais elementos comporiam a sociedade portuguesa ao final do século XIX e poderiam ser encontrados pelo monarca durante sua estada no país. O segundo gira em torno dos preparativos realizados por Portugal para a recepção ao Imperador, assim como sua passagem por algumas instituições e encontro com alguns intelectuais.

Além destes pontos, chama a atenção o espaço que Eça e Ramalho dedicaram em *As Farpas* para abordar o que seria um “personagem-tipo” do imaginário social português. O chamado “brasileiro”, abordado em diferentes momentos da obra pelos dois autores, seria um estereótipo próprio da sociedade portuguesa, cujas características atribuídas seriam construídas para torná-lo um objeto de riso do português. Seu uso por parte dos autores carrega, entretanto, uma variedade de sentidos vinculados às reflexões realizadas em outros momentos da obra.

O levantamento de tais pontos, presentes nas narrativas analisadas, conduz a outras indagações que se encontram no centro das problematizações sobre Portugal por parte dos intelectuais ligados à “geração de 70”. Quais eram as características do povo português na visão dos autores? Como um país que enfrentaria tantos problemas teria, no entendimento destes intelectuais, se preparado para receber um chefe de Estado como D. Pedro II? Para que a menção a um “tipo” como o “brasileiro” na narrativa de *As Farpas*? Estas questões se conectam ao principal problema que conduz a análise a seguir. Em que estado se encontrava Portugal e quem eram os portugueses na concepção de Bordallo Pinheiro, Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão?

A fim de solucionar tais problemas, a reflexão se dará sobre três níveis, que por sua vez demarcam a divisão interna do capítulo. O primeiro buscará compreender alguns aspectos gerais acerca da concepção dos autores sobre a identidade portuguesa presentes em suas obras. Neste sentido, tentará entender como caracterizavam a sociedade portuguesa em

articulação às suas compreensões da decadência do país. O segundo analisará especificamente a recepção de Portugal ao Imperador, dos seus preparativos ao encontro com intelectuais e passagem por instituições. Dessa forma, tentará elucidar como os autores perceberam a postura da sociedade e instituições portuguesas, em um país que estaria em decadência, frente à chegada de um Imperador brasileiro. O terceiro e último se dará sobre a figura do “brasileiro”, analisando os possíveis sentidos desta expressão e seus usos no questionamento realizado sobre a nação portuguesa. O entrelaçamento destes trechos, articulados à problemática da decadência portuguesa na concepção destes intelectuais, converge para a compreensão dos sentidos que envolvem a produção das duas narrativas sobre a viagem de D. Pedro II à Europa.

### 3.1 TRAÇOS DE UMA NAÇÃO EM DECADÊNCIA

Uma nação é uma alma, um princípio espiritual. Duas coisas – que a bem dizer, não são mais que uma – constituem essa alma, esse princípio espiritual. Uma está no passado, a outra, no presente. Uma delas é a possessão em comum de um rico legado de recordações; a outra é o consenso atual, o desejo de viver em conjunto, a vontade de continuar a fazer valer uma herança que se recebeu íntegra.

Ernest Renan – Que é uma nação?, 1882.

A interpretação de Ernest Renan acerca da nação a compreende enquanto um estado de espírito, um modo de agir e se portar frente ao presente e ao passado que uniria os indivíduos. Para o intelectual, mais do que um limite territorial ou uma origem étnica, este espírito seria o objeto, o ponto de coesão a ser buscado e interpretado por aqueles que quisessem compreender uma nação. Alinhando-se a esta linha de pensamento, Bordallo Pinheiro, Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão fizeram uso de suas narrativas sobre a viagem do Imperador para abordar, em muitos momentos, aspectos que representariam suas concepções acerca da sociedade portuguesa ao final do século XIX.

Em pontos específicos de suas obras, os autores apresentaram traços do que seria a identidade do povo português para além da passagem do monarca brasileiro pelo país, mas utilizando sua viagem como um pretexto para expor o que seriam estas características intrínsecas à sociedade de Portugal. Para tanto, Bordallo, Eça e Ramalho tomaram aspectos internos da organização social e do comportamento dos portugueses, também utilizando a

comparação com outras nações europeias e mesmo com o Brasil para elencar os elementos que comporiam o atual estado de Portugal e seus habitantes.

O primeiro a utilizar outros países como parâmetro na reflexão sobre seu país é Ramalho Ortigão. O trajeto planejado para a viagem do Imperador tinha Portugal como início e ponto final antes de retornar ao Brasil. Sua segunda passagem pelo país se daria, portanto, após sua visita a outras nações, muitas das quais eram consideradas pelos intelectuais da “geração de 70” como expoentes de desenvolvimento técnico-econômico e na produção artística e literária europeia. Ramalho se valeu desta situação para, no início de *As Farpas*, apresentar o que seria a realidade que o Imperador encontraria durante sua estada em Portugal. Comparada a um prédio, a Europa recebe a seguinte divisão por parte do autor:

Vindo a Portugal, depois de ter percorrido a França, a Itália, a Inglaterra e a Alemanha, fez-nos Vossa Magestade o simpático efeito daqueles que, visitando um grande prédio, querem depois de vistas as salas nobres e os espaçosos apartamentos lustrosos e brilhantes, que se lhes mostrem igualmente aqueles quartos escuros, baixos e esconsos que estão sempre fechados, e onde não vão ninguém.<sup>128</sup>

Ao fazer uma analogia dos países europeus com salas, Ramalho apontou para os referenciais então utilizados no processo de definição da identidade nacional portuguesa pelos indivíduos da “geração de 70”. Na metáfora utilizada, as nações consideradas à frente do desenvolvimento técnico e intelectual, como França, Itália, Inglaterra e Alemanha, são comparados aos nobres espaços da construção, se destacando dos demais, enquanto a Portugal, por sua vez, são atribuídas características opostas. Esta definição se refere diretamente à concepção que alguns intelectuais portugueses possuíam dos fatores ligados ao desenvolvimento das sociedades. Dentro desta percepção universalista da história e do desenvolvimento das nações por parte dos autores, Portugal se encontraria no polo oposto aos demais países mencionados. A imagem da iluminação é empregada no reforço deste sentido. Enquanto as “salas” anteriores são iluminadas, o que representa sua própria posição de guia para o caminho a ser percorrido pelos demais países, sendo as “luzes” de referência na Europa, a “sala” de onde escrevem os autores é escura e baixa, um país apagado e que seria quase insignificante frente ao movimento observado em outras nações. Um lugar onde, devido ao seu estado, “não vão ninguém”, esquecido pelos demais povos europeus.

---

<sup>128</sup> **AS FARPAS: Crônica mensal da política, das letras e dos costumes.** Lisboa: Tipografia Universal, fev/1872. p.9

Outra característica de Portugal na concepção destes intelectuais é apontada por Bordallo em sua obra. Durante a narrativa caricatural, o país foi chamado de Vale de Andorra Junior, como na caricatura que representa a chegada da embarcação Douro ao continente (**Figura 12**). O uso de tal alcunha para designar seu país está diretamente relacionado ao principado de Andorra, também chamado de Vale de Andorra, situado nos montes Pirineus entre Espanha e França. O motivo para esta denominação pode parecer inicialmente confuso mas, se articulado com os questionamentos realizados pelos intelectuais ligados à “geração de 70” e com uma característica específica dessa região, pode ter um seus possíveis sentidos elucidado.

**Figura 12** – Em “Vale de Andorra Junior”



A primeira terra onde aportam, —  
 elle e a mala — é o Valle de Andorra  
 Junior, paiz onde a democracia e as  
 laranjas são originarias da China.

Fonte: *Apontamentos de Raphael Bordallo Pinheiro sobre a picaresca viagem do Imperador do Rasilb pela Europa.* pág.3

Andorra estava sob uma situação peculiar em relação à sua administração desde o século XIII. O principado era governado sob uma diarquia, possuindo dois chefes de Estado que, por sua vez, eram relacionados a dois países distintos. O governo era exercido, concomitantemente, pelo Bispo de Urgel, chefe da demarcação eclesiástica de mesmo nome situada na Espanha, e pelo governante da França, monarca ou presidente. O principado encontrava-se, portanto, sob um governo temporal e secular, exercido por um membro da Igreja Católica e por um governante laico.

Em Portugal, o governo era exercido pelo Monarca com a ajuda de seus ministros e conselheiros, mas ainda haveria uma grande influência da Igreja Católica nas decisões sobre o país. Tal ingerência do poder temporal nesta e em várias esferas da sociedade portuguesa, como a educação, era um dos pontos amplamente criticados por muitos intelectuais, sendo inclusive apontada como uma das causas da decadência do país. A denominação “Vale do Andorra Jr”, utilizada em referência ao país, representaria esta coexistência entre o secular e o temporal, mas de forma não oficial, que existiria em diversas áreas da sociedade portuguesa.

A legenda é complementada com a caracterização de Portugal enquanto país onde “as laranjas e a democracia” seriam “originadas da China”. A referência inicial de Bordallo é à laranja doce, fruta que os navegadores portugueses trouxeram à Europa de suas expedições à China no século XVI. No entanto, a irônica referência à uma democracia de origem chinesa pode se referenciar a duas possibilidades distintas.

A primeira diria respeito ao próprio Império chinês, cujo poder se encontrava de forma fechada e centralizada na figura do Imperador, estando, portanto, aquém de qualquer participação democrática. A segunda hipótese poderia se referir à Macau, território português na China. A administração de Macau foi realizada por dois órgãos ao longo de sua história: o Leal Senado e a figura do Governador. O equilíbrio de poder entre ambos foi alterado ao longo do tempo. O Leal Senado, denominação da câmara municipal de Macau, era composto por cidadãos escolhidos dentre os moradores locais e possuía inicialmente a gestão administrativa da colônia. O Governador, cuja instituição se deu em 1623, era enviado pela metrópole e passou a ser o responsável pelo governo de Macau. Seu poder foi gradativamente aumentado pela coroa portuguesa, como forma de garantir a submissão do território a Portugal e ao monarca, enquanto o poder do Leal Senado foi, em contraparte, se reduzindo. Em qualquer um dos casos, a crítica de Bordallo reside na ausência da possibilidade de participação do povo nos rumos de Portugal, que apesar de ser uma monarquia constitucional, ainda concentraria o poder na figura do rei português, tal qual o Imperador chinês ou o Governador português em Macau.

Retornando à apresentação de Ramalho para o Imperador em *As Farpas*, o autor fez um breve resumo dos povos que o Imperador teria encontrado em sua travessia pela Europa, falando especificamente dos ingleses, franceses, italianos e espanhóis. As informações do autor nesta descrição abordaram aspectos físicos e costumes, assim como uma breve descrição das mulheres locais e dos hábitos alimentares de cada povo. Posteriormente, Ramalho passou à caracterização da sociedade encontrada no último estado do Imperador. O que se segue

então é uma síntese da concepção acerca do estado de Portugal ao final do século XIX, compartilhada por muitos dos intelectuais portugueses alinhados aos autores em questão:

Em Portugal encontrou-se Vossa Magestade com uma população triste, linfática, gorda, mole, indolente; na literatura e na poesia antiquados e parranas; na ciência duvidosos, hesitantes ou resistentes; na toilette soturnos; na convivência silenciosos e lúgubres; na política conservadores e constitucionais – sempre os resultados determinantes da tradicional e patriótica combinação da orelheira de porco e do feijão branco, tão grata, como dos papéis públicos consta, ao imperial paladar de Vossa Magestade!<sup>129</sup>

Diferentemente das caracterizações atribuídas por Ramalho a outros povos europeus, Portugal apresentaria um povo cujo comportamento, apático e estático, se refletiria em outras esferas da sociedade. Tal aspecto do povo português teria uma relação dupla em relação à decadência do país. Em grande parte, seria originada no descaso com que o governo do país trataria a imensa maioria de seus súditos, deixando áreas como a educação estagnadas. Ao mesmo tempo, o estado decadente em que o país se encontraria se deveria ao atavismo do povo português, que não se mobilizaria frente aos problemas da nação para a efetivação de uma real mudança. Ocupando um local central na reflexão dos intelectuais ligados à “geração de 70” acerca da situação portuguesa, o povo desempenharia o papel concomitante de produto e produtor das mesmas instituições e práticas que seriam responsáveis pela decadência de Portugal.

A descrição de Ramalho segue para outras esferas da sociedade portuguesa, nevrálgicas no questionamento que os intelectuais ligados à “geração de 70” realizavam sobre os rumos de Portugal e abordada de distintas formas por Eça, Ramalho e Bordallo em vários momentos de suas obras. Na produção literária, os portugueses são descritos como desatualizados e indiferentes às possibilidades abertas pelo desenvolvimento da literatura em outros países. Na esfera científica, a situação seria semelhante, com uma questionável produção, que ainda não teria se alinhado às recentes inovações na técnica e teorias realizadas por outros países. Comparado a muitas nações europeias, Portugal teria, em síntese, uma sociedade inerte e atrasada, cujo comportamento estaria diretamente relacionado ao quadro que seria encontrado por D. Pedro II em sua passagem através de Portugal.

Ao final do trecho anterior, entretanto, Ramalho afirmou ironicamente que os problemas da sociedade portuguesa derivariam de uma combinação gastronômica entre

---

<sup>129</sup> **AS FARPAS: Crônica mensal da política, das letras e dos costumes.** Lisboa: Tipografia Universal, fev/1872. p.12

orelheira de porco e feijão branco, chamada de “patriótica” pelo autor. Estes pratos da culinária portuguesa receberam destaque no segmento inicial de *As Farpas*, sendo anteriormente citados pelo autor ao colocar aspectos gerais da passagem de D. Pedro II por Portugal:

Andou bem pedindo com expressivo empenho que aos seus jantares se servisse orelheira de porco com feijão branco. A orelheira de porco é efetivamente mais do que um mero pitéu. A orelheira de porco, - a orelheira de porco com feijão branco sobretudo - é uma instituição nacional; é uma filosofia; diremos mais, senhor; a orelheira de porco é uma fatalidade geográfica como o clima e o solo. Em Portugal metade das coisas que sucedem explicam-se pelas condições climatéricas, pela situação e pela configuração do país; todas as outras coisas se explicam pela orelheira e pelo feijão branco.<sup>130</sup>

A associação dos hábitos alimentares à constituição identitária de um povo é uma constante nas interpretações acerca das características que definem os elementos culturais de um país, estando relacionados a aspectos que vão das atividades econômicas às práticas familiares do cotidiano. Neste sentido, a comida carrega múltiplos significados ao ser empregada na definição de uma nação, que variam de acordo com o alimento referido, a forma e o segmento social que a utiliza, assim como a percepção acerca da identidade por trás de seu usos. No caso das narrativas satíricas analisadas, Ramalho utiliza a orelha de porco e o feijão branco, considerados pratos típicos portugueses, na problematização da sociedade e do estado de decadência do país.

O porco era uma importante fonte de alimento em Portugal desde o medievo, garantindo o abastecimento de famílias, especialmente nas áreas rurais, em momentos de dificuldade econômica. Os pratos derivados do porco acabavam por ser um recurso em momentos de crise para os mais pobres, uma comida popular<sup>131</sup>, enquanto os governantes, políticos e membros mais abastados da sociedade usufruíam de fartura à mesa. Logo, o porco e seus derivados tornavam-se um refúgio nos períodos de dificuldades. Bordallo também se valeu, em sua narrativa, de um prato derivado do porco ao representar a passagem do monarca pela região do Porto:

---

<sup>130</sup> **AS FARPAS: Crônica mensal da política, das letras e dos costumes.** Lisboa: Tipografia Universal, fev/1872. pp.10-11

<sup>131</sup> “Em Portugal, apesar da tradição da matança do porco ser muito antiga, o fato é que as limitações econômicas da maioria da população – muitas delas a beirar a miséria -, condicionavam a criação de animais domésticos de grande porte físico.” NOGUEIRA, Sandra. Da banca da matança aos enchidos: a festa e os rituais de transformação do porco em alimento. **Mneme: revista de humanidades.** Vol.4. N.9. Caicó: fev-mar de 2004. p.67

**Figura 13** – Degustando uma comida nacional portuguesa



Fonte: *Apontamentos de Raphael Bordallo Pinheiro sobre a picaresca viagem do Imperador do Brasil pela Europa*. pág.8

Ao chegar à cidade, o Imperador teria pedido a conhecida “tripa de porco”, prato típico do Porto que é chamado por Bordallo de “comida nacional”. O caráter popular que tal alimento teria é utilizado pelo autor no questionamento à figura do “monarca-cidadão”, ao afirmar que o monarca teria pedido tal alimento a fim de se popularizar e demarcar sua aproximação aos cidadãos comuns. Quando o Imperador descobriera que tal alimento não seria gratuito, teria devolvido toda a tripa consumida e, devido à sua importância para Portugal, mandado depositar no “Banco Nacional”, representado por Bordallo através de um grande banco de madeira com o fim de apontar a própria fragilidade da então economia portuguesa.

Ao elevar ironicamente a orelha e a tripa de porco ao estatuto de “comida nacional”, “instituição nacional” e mesmo filosofia que conduziria o país, Ramalho e Bordallo fizeram uma alusão à própria condição da população portuguesa, que viveria em um constante estado de passividade e contentamento frente à situação de Portugal, sobrevivendo no que parecia ser um perpétuo quadro de crise. Os pratos derivados do porco sintetizariam, portanto, a relação entre o povo e a decadência portuguesa na concepção dos autores. A seguinte afirmação de Ramalho reforça a associação destes alimentos à identidade portuguesa:



No íntimo da substância vital de todo o português há um centro orgânico de feijão e de orelheira. Nuns é o suíno que predomina; em outros é o farináceo que governa. Temos temperamentos simples – feijão e orelheira, e temos temperamentos combinados, orelheira-feijão e feijão-orelheira(...). Os viajantes praticam uma temeridade em-se deixarem imprudentemente impregnar de um acepipe tão absorvente e preponderante. Vossa Magestade é por ventura o único soberano a quem uma tal imprudência não pôde ser fatal; o país da mandioca e do feijão preto não estranha as secretas influências da cozinha em visita ao país do feijão branco e da orelheira. Neste particular pois entendemos que andou bem Vossa Magestade.<sup>132</sup>

Os hábitos alimentares são relacionados diretamente à própria moral do português, colocando a orelheira e o feijão branco como uma de suas essências. Na narrativa, tal característica não apenas seria predominante no povo em Portugal, mas teria a capacidade de contagiar os viajantes que não tomassem os devidos cuidados em solo português. Desta afirmação é realizada outra conexão entre elementos relacionados à identidade de Brasil e Portugal. Ramalho pontuou que, em sua estada, D. Pedro II não correria tal risco, uma vez que, em território brasileiro, ocorreria a mesma conexão entre a comida e o comportamento da população. A combinação gastronômica, no entanto, seria a de mandioca e feijão preto, dois alimentos que possuiriam características semelhantes às suas contrapartes portuguesas. A mandioca também era um alimento popularizado no Brasil, especialmente entre os segmentos mais pobres, devido ao baixo custo de sua produção e variadas utilidades, como na fabricação de farinha<sup>133</sup>. Seu uso indica um sentido aproximado, neste breve segmento, às explanações sobre Portugal, com a mandioca representando o estado da maioria da população brasileira, também vivendo de forma passiva frente ao descaso com que a maior parte da sociedade era tratada pelo Estado. A ligação entre alimento e moral empregada por Ramalho torna-se, portanto, um vínculo entre o povo português e brasileiro, aproximando-os em relação à postura que teriam perante a vida e, fundamentalmente, frente às situações de seus países.

As relações entre os dois países prosseguem, mas de forma distinta, em uma breve reflexão sobre um elemento fundamental atrelado à construção das identidades nacionais. Quase ao final da edição de *As Farpas*, três páginas são dedicadas a considerações acerca da língua portuguesa. Diferentemente de outros trechos, a autoria deste segmento não pôde ser

<sup>132</sup> **AS FARPAS: Crônica mensal da política, das letras e dos costumes.** Lisboa: Tipografia Universal, fev/1872. pp.11-12

<sup>133</sup> Rogéria Almeida Dutra afirma que o “complexo indígena da mandioca” tornou-se “a base do regime alimentar do colonizador, com exceção de alguns representantes da elite portuguesa que insistiam em consumir a ‘farinha do reino’”. DUTRA, Rogéria Campos de Almeida. *Cozinha e identidade Nacional: notas sobre a culinária na formação da cultura brasileira segundo Gilberto Freyre e Luís da Câmara Cascudo.* Anais do Seminário Gastronomia em Gilberto Freyre. Fundação Gilberto Freyre. Recife: 2003. p.34

identificada, uma vez que nenhum dos autores o reproduziu nas próprias compilações publicadas posteriormente. O trecho se inicia com a constatação da existência de um título nobiliárquico em solo brasileiro a partir das conversas de D. Pedro II:

Pelas conversações que o Imperador teve em Lisboa, soube-se que existe no Rio de Janeiro – e é ilustre e preponderante – um homem que possui este título: Barão de Minhinonhá! Se assim é – e se há ainda algum resto de diguidade nacional, pedimos a intervenção enérgica do governo. Um país não deixa esbofetear no estrangeiro os seus cidadãos, nem rasgar a sua bandeira: desforram-se à bala estas humilhações da honra. Ora a bochecha do cidadão ou o paninho azul e branco – não tem mais direitos ao respeito público – do que a língua nacional.<sup>134</sup>

É afirmado pelos autores que tornou-se notória a existência de um suposto “Barão de Minhinonhá” no Rio de Janeiro, que é seguida por um apelo aos governantes para uma intervenção diante de tal constatação, em nome de uma “dignidade nacional”. O grau de importância conferido a tal construção na língua portuguesa coloca em centralidade a concepção da língua como elemento basilar da identidade nacional e ponto, concomitantemente, de conexão e disputa entre Portugal e Brasil.

O questionamento gerado a partir da palavra “Minhinonhá” orbita sobre os usos e as variações existentes entre a língua portuguesa em Portugal e no Brasil durante o século XIX, assim como seus desdobramentos na escrita literária. Apesar da origem e estrutura comum entre a língua oficial de ambos os países, atrelada ao passado de suas relações enquanto colônia e colonizador, a forma expressa da língua portuguesa no Brasil passava por uma gradativa diferenciação de sua forma em Portugal devido, em grande parte, às especificidades de seu processo de colonização. As diferenças no português falado e escrito pelo brasileiro acabava por gerar certo estranhamento aos portugueses que entravam em contato com alguma obra produzida no Brasil ou alguma expressão peculiar de seu território.<sup>135</sup>

O crescimento de tal estranhamento era, em grande parte, levado pela inserção de obras literárias brasileiras em território português, especialmente de autores românticos, que traziam em seus escritos a afirmação de elementos atrelados à construção de uma identidade nacional brasileira, como as especificidades linguísticas do português escrito e falado no Brasil. Esta estranheza atingia não somente alguns indivíduos da “geração de 70”, mas

<sup>134</sup> **AS FARPAS: Crônica mensal da política, das letras e dos costumes.** Lisboa: Tipografia Universal, fev/1872. pp.80–81

<sup>135</sup> Em análise sobre a presença da literatura brasileira no cenário português, Maria Eunice Moreira afirma que “a diferenciação entre a língua dos portugueses e dos brasileiros, se não chega, ainda, a constituir um dialeto, já soa estranha aos ouvidos dos lusitanos, parecendo-lhes uma forma incorreta da mesma língua”. MOREIRA, Maria Eunice. Nossos homens em Lisboa: a literatura portuguesa em fontes portuguesas no século XIX. IN: **Letras de Hoje**. Vol. 39. Nº. 2. Porto Alegre: jun/2004. p. 25.

também autores ligados ao que seria a forma predominante de escrita literária em Portugal e tão criticada por eles<sup>136</sup>. A postura defensiva sobre a língua portuguesa prossegue em trecho posterior:

Arrastar pelo chão do grotesco, - uma língua – até ao vocábulo Minhinhonhá, é desfeitar a inteligência de uma nação, a austera dignidade da sua palavra, o verbo do seu pensamento, a literatura e a memória dos puristas, e a inviolabilidade da sua ideia. Minhinhonhá é uma nodoa, é um pingo de lama, é um terço de saliva, é um espapado de gordura – na pureza ativa de uma língua, onde sucessivamente veio depor a essência da sua alma, que vai de Bernardim Ribeiro a Garret.<sup>137</sup>

A expressão Minhinhonhá representaria, para os autores, uma afronta contra a língua portuguesa, o que, por sua vez, corresponderia a um desrespeito à “nação” portuguesa. Apontando para uma conexão direta entre língua e identidade nacional em suas concepções, os autores apresentam um alinhamento à percepção de alguns intelectuais europeus que relacionavam, de alguma forma, a língua à construção da nacionalidade<sup>138</sup>. Na exemplificação da importância de sua língua, é destacado um período de proficiência na produção literária portuguesa, que iria de Bernardim Ribeiro<sup>139</sup> a Almeida Garret. A construção em língua portuguesa de uma expressão como “minhinhonhá” corresponderia, para os autores, a uma distorção, uma “mancha” em um dos elementos mais preponderantes de sua identidade coletiva, realizada por indivíduos que, mesmo com todas as conexões existentes entre si, pertenciam a outro país.

Para ressaltar a importância da defesa da língua, a bandeira e o próprio povo português também são colocados como símbolos e fundamentos da nação, cuja integridade deveria ser preservada. As cores azul e branco mencionadas encontravam-se na bandeira monárquica portuguesa e se referem à casa dinástica dos Bragança. A forma como a bandeira foi tratada

---

<sup>136</sup> Maria Eunice Moreira, em outro artigo sobre a recepção da literatura brasileira em território português, fala sobre as críticas realizadas por Manuel Pinheiro Chagas, intelectual que estava diretamente envolvido com a “Questão Coimbrã” de anos antes, ao romance *Iracema* de José de Alencar. Dentre outras coisas, Pinheiro Chagas detectaria nessa obra um excesso de “brasileirismos” que também estaria presente em outros romances brasileiros. MOREIRA, Maria Eunice. *Relações ambíguas: a recepção dos românticos brasileiros pela crítica portuguesa do século XIX*. In: **Trice Versa. Revista do Centro Ítalo-luso-brasileiro de estudos linguísticos e culturais**. V.1, Nº.1 Assis: maio-out, 2007. p.41.

<sup>137</sup> **AS FARPAS: Crônica mensal da política, das letras e dos costumes**. Lisboa: Tipografia Universal, fev/1872. p.81

<sup>138</sup> Dentre os intelectuais que consideravam a importância da relação entre língua, em diferentes aspectos, e a identidade nacional estão Giambattista Vico (1668-1774), Johan Herder (1744-1803) e Ernest Renan (1823-1892). A possível influência deste e outros autores nas concepções dos intelectuais da “geração de 70” pode ser demonstrada em um trecho de *O bom senso e bom gosto*, escrito por Antero de Quental em 1866 por ocasião da “Questão Coimbrã” e já analisada neste trabalho durante o primeiro capítulo.

<sup>139</sup> Bernardim Ribeiro (1482?-1552?) foi um escritor português do período renascentista, autor da novela *Saudades*, conhecida também sob o título de *Menina e Moça*.

neste trecho, enquanto um paninho, reforçou, no entanto, a sobreposição que a língua teria para estes intelectuais em relação à bandeira no que tange à representatividade em relação à identidade nacional. Enquanto a primeira seria uma das bases sobre a qual se erguera e constituíra a nação portuguesa, presente em uma produção literária que viria desde nomes como Camões, a segunda representaria apenas a atual monarquia constitucional encabeçada pelos Bragança. As palavras que se seguem destoam do tom irônico que é adotado na imensa maioria da obra por se referir direta e claramente ao objeto de crítica:

E o governo, se tem dignidade, deve pelos seus agentes diplomáticos – pôr cobro àquele extravasamento do brasileiro – sobre o português de Camões. Os srs. do Brasil que deem uma direção à sua linguagem – de modo que não venha cair como um cachorro sobre os nossos dicionários que passam. Em último caso que a canalisem! E assim o brasileiro que tiver a expelir um período eloquente ou uma frase sublime, já se não aproxima da nossa gramática – dirige-se logo à sargeta! Esperamos tranquilos as decisões dos poderes públicos.<sup>140</sup>

A solicitação para as autoridades recaiu diretamente sobre o que seria o abuso por parte dos brasileiros<sup>141</sup> sobre a língua portuguesa, referidos sob palavras austeras. A língua portuguesa, um dos fundamentos de sua nacionalidade, deveria permanecer em sua forma “pura”, ou seja, da maneira como seria escrita em seu território de origem, Portugal. Desta forma, reforça-se a a noção da língua como elemento intrínseco da identidade portuguesa, cuja preservação deveria ser uma questão nacional.

Este segmento acerca da língua também diferencia-se dos demais presentes na obra por ser o único que não realiza uma reflexão ou crítica direta a um aspecto da sociedade portuguesa no questionamento ao estado de decadência que os intelectuais ligados à “geração de 70” julgavam existir no país. Contrariamente, demarca uma postura defensiva frente ao que consideravam ser um dos principais pilares de sua identidade, cuja manifestação se dava principalmente através da literatura. No entanto, este trecho alinha-se ao ponto central de todas as problematizações presentes em ambas as obras, na medida em que põe em pauta uma questão considerada central na tentativa de colocar Portugal novamente em uma posição à frente do desenvolvimento das nações ocidentais.

De qualquer forma, os pontos elencados anteriormente apontam para o que seriam algumas das características intrínsecas ao povo português, citadas em vários momentos de

---

<sup>140</sup> **AS FARPAS: Crônica mensal da política, das letras e dos costumes.** Lisboa: Tipografia Universal, fev/1872. p.82

<sup>141</sup> O sentido da expressão “brasileiro” empregada neste segmento se refere diretamente ao brasileiro nato, diferentemente do duplo significado que possui na tipologia empregada por Ramalho e da explanação de Eça presente em outros segmentos da obra, que serão analisados na terceira parte deste capítulo.

suas narrativas e que passam pelo diagnóstico da decadência que teria se estabelecido no país. O quadro sintetizado pelos autores é o de um povo apático frente à sua situação, controlado tanto pelo Estado quanto pela Igreja, cuja passividade seria demonstrada mesmo nos hábitos alimentares. A exacerbação destes traços seria ampliada se comparados aos de outras nações europeias visitadas pelo Imperador e consideradas como referências para os próprios intelectuais da “geração de 70”.

Na reflexão crítica ou na defesa de um “fundamento da nação”, reforça-se um dos princípios norteadores na construção de ambas as narrativas e dos questionamentos da geração de 70: pensar e discutir a atual situação de Portugal, a fim de proporcionar um esclarecimento e operar uma real transformação no país. Esta problematização sobre a situação portuguesa nas narrativas de Bordallo, Eça e Ramalho contaria com um olhar ainda mais detalhado sobre algumas instituições e intelectuais relacionados pelos autores ao estado de Portugal. Tal reflexão foi realizada a partir das representações sobre a recepção de D. Pedro II no país e sua visita a estabelecimentos voltados ao ensino e ao desenvolvimento do conhecimento artístico e científico.

### 3.2 A RECEPÇÃO PORTUGUESA AO ILUSTRE VIAJANTE

Logo que em Portugal foi sabida a agradável notícia da visita de Suas Majestades, os Imperadores do Brasil, a este reino, trataram seus augustos parentes, os monarcas portugueses, e o governo de providenciarem convenientemente para que lhes fosse preparada recepção condigna. (...) Tratava-se de prestar homenagem a um príncipe ilustrado e virtuoso, chefe da nação mais intimamente ligada a Portugal, que abriga em seu seio milhares de portugueses, que felicita com sua amizade este país, e com ele quinhão a sua imensa fortuna .

José Corte Real, Manuel Antônio Rocha e Augusto Mendes de Castro – *Viagem dos Imperadores do Brasil em Portugal* – 1872

A importância do que seria a chegada de D. Pedro II a Portugal relatada na obra de José Corte Real, Manuel Rocha e Augusto Mendes de Castro tratou de apenas parte dos aspectos envolvidos na recepção ao monarca. Não se tratava apenas de receber um o governante de sua outrora colônia<sup>142</sup>, tio do rei Luís I e membro da casa monárquica dos Bragança. A visita se daria em um momento de questionamentos às estruturas sociopolíticas

<sup>142</sup> Quando D. Pedro I do Brasil, chamado Pedro IV em Portugal, retornou ao seu país de nascimento, já havia abdicado do trono brasileiro em função do filho.

portuguesas, representados pela ocorrência das Conferências do Casino, e a maior parte da estada do Imperador se daria após sua passagem por vários outros países europeus, como França e Inglaterra. Tais elementos conferiam, para as autoridades, uma relevância ainda maior à elaboração dos preparativos para a recepção do Imperador brasileiro.

Conhecido como um apreciador da ciência e das artes, a organização para a recepção ao Imperador também se estendeu a exposições artísticas e sessões em instituições relacionadas ao ensino e desenvolvimento científico sobre as quais o monarca demonstraria interesse, especialmente após ter visitado estabelecimentos congêneres em outros países da Europa. Entretanto, estas mesmas instituições seriam a clara exposição do estado de estagnação que Portugal apresentaria na produção científica, artística e literária para os intelectuais ligados à “geração de 70”. Tomada como temática nas duas narrativas sob análise, como um país cuja decadência se demonstraria em várias áreas teria, na concepção dos autores, recebido o Imperador?

**Figura 14** – Mudanças para a recepção



Fonte: *Apontamentos de Raphael Bordallo Pinheiro sobre a picaresca viagem do Imperador do Brasil pela Europa*. pág.6

É Bordallo Pinheiro o autor que mais espaço dedicou aos arranjos para a chegada do Imperador em sua obra. Após representar a segunda chegada do monarca a Portugal, na etapa final de sua viagem, Bordallo reservou uma página e meia de sua narrativa para falar sobre a

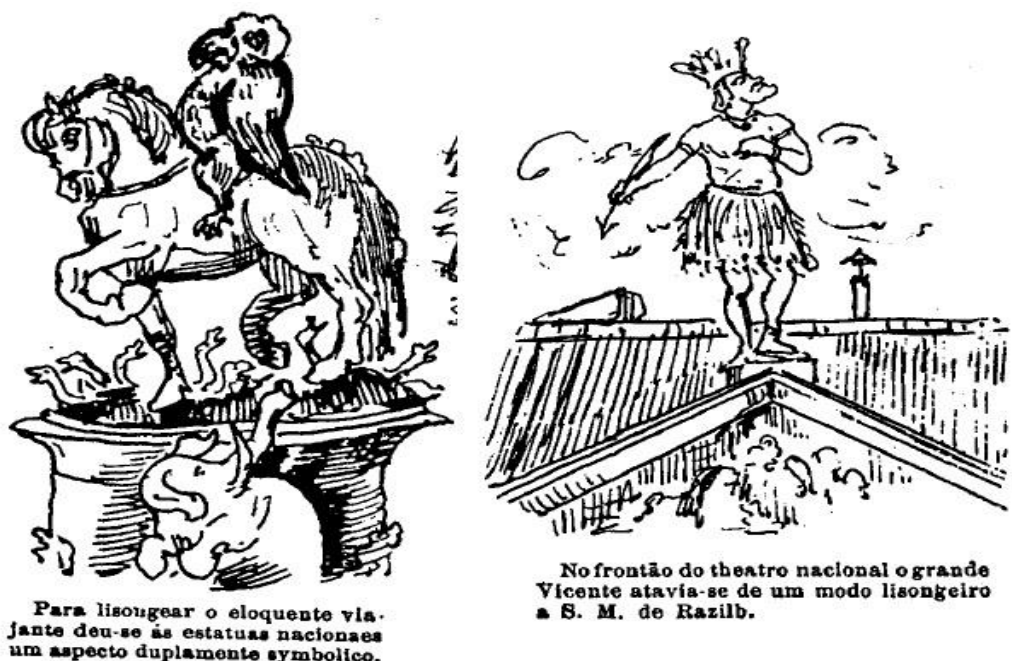
forma como Portugal teria se preparado para a recepção de D.Pedro II. O segmento é iniciado por um parêntese, que demarca o espaço das considerações sobre os preparativos. As composições a seguir trazem fundamentais elementos para a compreensão do que seria, na concepção do autor, o estado de Portugal ao final do século XIX e, mais ainda, a atitude de seus governantes e muitos de seus intelectuais sobre tal situação.

A constatação a que Bordallo chega na legenda inicial sintetiza sua concepção acerca da decadência portuguesa e da percepção desta por parte de seus habitantes e governantes. Políticos, artistas e literatos portugueses estariam conscientes da situação em que o país se encontrava. A fim de receber o Imperador brasileiro, Portugal teria se “mascarado”, criado uma imagem que pudesse esconder a real condição em que o país se encontrava. A mudança, maximizada para a construção do riso na obra satírica, é inicialmente representada por indivíduos carregando apressadamente algumas construções portuguesas

O que se segue são aspectos desta caracterização, realizada a fim de agradar D.Pedro II, um monarca membro da casa real dos Bragança e que seria grande conhecedor e apreciador das artes, da ciência e da literatura. Um dos primeiros elementos apresentados pelo autor foi o que seria a adaptação de dois monumentos portugueses aos gostos do imperial viajante.

A primeira representação corresponde à estátua equestre de D.José I, situada na Praça do Comércio em Lisboa, enquanto a segunda se refere a parte da fachada do Teatro Nacional D.Maria II, com a estátua de Gil Vicente. Entretanto, no lugar do outrora monarca português está um papagaio, e o conhecido dramaturgo aparece trajado com vestes indígenas. Esta sobreposição de elementos ligados à identidade brasileira a monumentos portugueses é chamada por Bordallo, na legenda do primeiro quadro, de caráter “duplamente simbólico”, constituído com o intuito de “lisonjear” o Imperador.

**Figura 15** – Estátuas portuguesas, símbolos brasileiros



Fonte: *Apontamentos de Raphael Bordallo Pinheiro sobre a picaresca viagem do Imperador do Rasilb pela Europa.* pág.6-7

A duplicidade da imagem do papagaio e seus sentidos já haviam sido explorados por Bordallo em segmento anterior<sup>143</sup>. Seu uso nesta composição poderia se referenciar não apenas a uma tentativa de agradar o Imperador e de reforçar os vínculos existentes entre as duas monarquias durante as comemorações, mas à existência, na concepção do autor, do que seria uma retórica no discurso da monarquia portuguesa anterior ao século XIX, da qual se originou a família real brasileira. Desta forma, os discursos e atitudes de ambas as monarquias constituiriam em um vínculo entre elas.

O segundo símbolo utilizado é a figura do indígena, incorporada pela estátua de Gil Vicente. A imagem do índio passou a ser atrelada à identidade brasileira após o processo de emancipação política de Portugal e da demarcação cultural que se estabeleceu na diferenciação entre a identidade do recém independente país e sua ex-metrópole. A partir deste processo, a produção artística e literária brasileira, notadamente as ligadas ao “romantismo” no país, estabeleceram a figura arquetípica do indígena como o “herói” nacional, um indivíduo que sintetizaria alguns dos elementos que se supunham intrínsecos ao

<sup>143</sup> Refere-se aqui ao trecho em que o Imperador visitaria várias instituições científicas, analisado no segundo capítulo.



brasileiro e representaria, portanto, uma “brasilidade original”<sup>144</sup>, diferenciando-o de outras nações.

Dando sequência à sua narrativa, Bordallo representa aspectos dos preparativos portugueses para atender ao conhecido gosto do Imperador pelas artes. A sequência seguinte se refere a tal preparação, apresentando a concepção do autor sobre o real quadro em que a produção artística portuguesa se encontraria.

No primeiro quadro, o indivíduo representado por Bordallo parece ser Francisco Sousa Holstein<sup>145</sup>, Inspetor da Academia de Belas Artes e historiador da arte portuguesa, ao projetar o que seria uma exposição de quadros para o Imperador. A consciência que artistas em Portugal teriam do estado da produção artística no país, na concepção do autor, é demonstrada pelo ato do vice-inspetor de incluir na mostra pintores e obras que “nunca existiram”, no que seria uma tentativa de encobrir uma ausência de produções relevantes no país e, em suma, a situação da arte em Portugal.

No quadro posterior, são representadas diversas obras, artistas e pintores ligados à Portugal, que saem de um túmulo para participar das exposições comemorativas à estada do Imperador. Neste segmento se faz presente a crítica a uma situação que, antes detectada em relação à produção literária, agora se estende às artes plásticas em Portugal. A tumba de onde se originam as figuras apresentadas representam o passado ao qual tais artistas e obras pertencem. Apresentando uma cena artística que seria incapaz de construir obras realmente inovadoras e originar referências em suas áreas de atuação, o país permaneceria preso em um culto ao seu passado, glorificando as produções da literatura e das artes plásticas que outrora foram consideradas grandiosas dentre suas contemporâneas.

---

<sup>144</sup> Uma análise sobre o processo de demarcação cultural a partir da figura do indígena está presente em vários segmentos na tese de doutoramento de Éder Silveira, posteriormente publicada como SILVEIRA, Éder. **Tupi or not tupi: nação e nacionalidade em José de Alencar e Oswald de Andrade**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2009.

<sup>145</sup> Francisco de Borja Pedro Maria Antônio de Sousa Holstein (1838-1878), o 1º marquês de Sousa Holstein, foi um diplomata, político e historiador da arte português. Formado em direito pela Universidade de Coimbra, Sousa Holstein ocupou o cargo de deputado e par do reino, além de desempenhar funções diplomáticas em Roma e Florença. Foi nomeado Inspetor da Academia de Belas Artes de Lisboa, como referido no texto, e era também sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa.

**Figura 16** – A arte portuguesa deixa seu túmulo



Fonte: *Apontamentos de Raphael Bordallo Pinheiro sobre a picaresca viagem do Imperador do Rasilb pela Europa.* pág.6

Tal atitude frente à história era amplamente criticada pelos intelectuais ligados à “geração de 70”, para quem as produções artísticas e, de forma geral, as conquistas relativas ao passado português deveriam ser lembradas e respeitadas, mas sem jamais servir de refúgio frente a uma incapacidade presente de superar modelos estéticos ou igualar a grandiosidade de alguma produção ou feito anterior. Este excesso de “culto ao passado” que permeava a literatura, as ciências e as artes em Portugal seria uma das principais atitudes a serem desconstruídas no país, com o fim de reverter a decadência em que a sociedade se encontraria.

Saindo do túmulo em fila, aparecem personagens como um velho Camões, auxiliado por seu escravo javanês Jaú, e a escultura Eneas e Anquises<sup>146</sup>, localizada no Palácio Real de Queluz em Lisboa, exemplos de artistas e obras que viveram ou foram produzidas em um passado já distante, entre os séculos XVI e XVIII, em um momento onde Portugal ainda experimentaria uma capacidade de inovação. Todos os artistas e personificações das obras aparecem portando um guarda-chuva, se protegendo de uma forte chuva que cairia sobre o país. Bordallo afirma na legenda que devido ao fato da arte portuguesa viver “à custa de

<sup>146</sup> Curioso e representativo da decadência da produção artística portuguesa na concepção de Bordallo é o fato desta obra, apesar de se localizar em solo português, ter sido produzida no ano de 1756 em Londres pelo escultor inglês John Cheere. Uma escultura em um palácio português, mas criada por um estrangeiro.

cuidados e estufas”, ou seja, pela grande produção artística do país estar limitada ao passado, a precipitação impediria a exposição dos grandes vultos da expressão artística portuguesa.

Dando continuidade à narrativa, um dos objetivos do Imperador era visitar instituições europeias relacionadas à produção e divulgação do conhecimento científico. Tendo isto em vista, Portugal também teria se preparado para demonstrar o que o país produzira em seus estabelecimentos congêneres. A preparação de algumas destas instituições na obra de Bordallo, no entanto, é representada de forma particular, expondo o que seria sua concepção acerca da produção do conhecimento científico no país:

**Figura 17** – Sessões em “instituições científicas” de Portugal



Fonte: *Apontamentos de Raphael Bordallo Pinheiro sobre a picaresca viagem do Imperador do Rasilb pela Europa.* pág.7

A primeira instituição representada é a Real Associação Central de Agricultura Portuguesa. Longe de finalidades práticas relacionadas ao desenvolvimento da produção agrícola portuguesa, Bordallo afirmou na legenda que a instituição teria sido criada com a finalidade de seus diretores jogarem uíste, um jogo de cartas inglês. O autor apontou para a inércia que a instituição apresentaria, ocupando recursos públicos, mas sem obter nenhuma produção concreta sobre o conhecimento na esfera agrícola que pudesse ser revertido no desenvolvimento da economia e da sociedade portuguesa. A caricatura traz a representação de sócios em preparação para a recepção do Imperador. Ao chão, encontram-se miniaturas e brinquedos de animais, árvores e o que parece ser uma fábrica, desenhados no reforço à ideia de que o estudo para o desenvolvimento da agricultura, função principal do estabelecimento, era tomado pela instituição como uma mera brincadeira.

O segundo quadro traz a representação da Academia de Ciências de Lisboa, também em preparação para a passagem de D. Pedro II. A crítica tecida por Bordallo é ainda mais direta na referência a esta instituição. A primeira linha da extensa legenda traz a afirmação de que na Academia, nem mesmo a fútil de atividade de jogar uíste apontada na Associação de Agricultura é realizada. Na narrativa, a sessão preparatória para a visita do monarca envolveria a distribuição de material para que os membros da instituição pudessem “fingir que trabalhavam”. O questionamento recaiu novamente sobre o desenvolvimento das funções básicas para as quais estas instituições foram criadas. A ideia do abandono da real função de uma instituição, que deveria desempenhar um papel central na produção do conhecimento em Portugal, é reforçada pelo desenho de ratos no chão durante a sessão preparatória, o que indicaria a ausência de atividades na instituição por longos períodos.

Na caricatura, Antônio José de Ávila, presidente do Conselho de Ministros de Portugal e então vice-presidente da Academia de Ciências, é representado em uma bancada com uma palmatória à mão, enquanto realiza uma sabatina sobre Antônio Feliciano de Castilho. Na representação de Bordallo, o político indaga Castilho sobre quem seriam Shakespeare e Virgílio, conhecidos nomes da literatura. Chorando e balbuciando sob pressão, o escritor português não saberia responder às questões. Ao lado da bancada onde está Ávila, encontra-se Antônio José Viale<sup>147</sup>, literato, tradutor e conselheiro do reino, colocado sob castigo com uma carapuça porque não saberia falar Brasil em grego, uma das línguas apreciadas por D. Pedro II.

---

<sup>147</sup> Antônio José Viale (1806-1889) foi professor da cadeira de literatura antiga do Curso Superior de Letras e conhecido estudioso e tradutor de latim e grego. Foi membro do Conselho Superior de Instrução Pública e sócio da Academia de Ciências de Lisboa

À porta da Academia, uma multidão de correspondentes da instituição se amontoam e tentam forçar sua entrada a fim de serem admitidos na sessão preparatória para a recepção do monarca brasileiro. A cena representa um outro importante ponto de crítica em relação às instituições portuguesas que seriam destinadas ao desenvolvimento científico. A procura de indivíduos pela associação a estas academias e sociedades se daria principalmente pela busca do prestígio que tal vínculo poderia trazer, e não por um desejo de aperfeiçoar e divulgar a produção científica portuguesa. Tal entrada, ainda, se daria mais pelas posições políticas e pelas indicações em meio a “escola de elogios mútuos”, constituída no meio literário português, do que por uma real contribuição para o desenvolvimento científico e artístico do país. Este quadro iria contra o ideal de progresso e a valorização do mérito individual prezado pelos intelectuais da “geração de 70”. Em meio a tal problematização, estaria uma importante figura da literatura portuguesa, que estava no centro dos questionamentos realizados acerca da produção do conhecimento em Portugal e que se encontrou em duas oportunidades com o monarca brasileiro durante sua passagem no país.

Os principais encontros do Imperador representados por Bordallo (**Figura 18**) foram uma visita de Antônio Feliciano de Castilho, escritor com quem se correspondia há alguns anos, durante sua quarentena no Lazareto. Castilho, que teria estado com o monarca duas vezes durante esses dias, aparece acompanhado de seu filho, o também escritor Júlio de Castilhos, chamado de “Juju menino”. A denominação dada a Júlio alude ao que seria uma posição de segundo plano em relação a seu pai, sob a sombra de quem ficaria e cuja associação seria constante. A forma utilizada pelo autor para se referir a Feliciano de Castilho, entretanto, carrega um significado mais profundo na crítica a uma situação que seria observada em Portugal.

**Figura 18 - Encontros com Antônio Feliciano de Castilho**



As 10 horas o dito da sobredita, dá um bocão aos sabios, recebendo o grande poeta Echo de Ovidio e o menino Jujú: Lóas.



As 3 horas, é novamente recebido o grande Echo de Anacreonte e Jujú menino: trovas e maledicencia.



E depois, lembrando as noites em que á sombra dos coqueiros patrios elle recitára lyrico a «Joven Lilia abandonada» (pelos leitores ha muitos annos) leva cuido de meigos sentimentos ao doce Echo uma folha e uma madeixa (Lembre-mo-nos que S. M. tem só dezesseis mil e duzentos réis para ver o mundo).

Fonte: *Apontamentos de Raphael Bordallo Pinheiro sobre a picaresca viagem do Imperador do Rasilb pela Europa.* pág.3,12

Castilho foi chamado por Bordallo de “Echo de Ovídio”. A referência imediata a tal denominação é a obra “Cartas de Eco a Narciso”, escrita por Castilho em 1821 a partir da obra do poeta grego Ovídio, mas os sentidos da analogia se encontram para além deste escrito. Eco era o nome de uma ninfa da mitologia grega que, segundo a obra de Ovídio, adorava se expressar através da fala. O deus Zeus, que seria afeito a adultérios e visitante costumeiro das ninfas, teria se valido desta característica de Eco para dissuadir sua esposa, Hera, de uma tentativa de descobrir sua traição. A ninfa teria falado ininterruptamente com a deusa, possibilitando que Zeus e as outras ninfas escapassem, mas quando Hera percebera que fora

enganada, condenou Eco a uma perpétua maldição: ela só poderia se comunicar através da repetição, apenas reproduzindo tudo o que ouvisse.

Uma das principais críticas realizadas pelos contemporâneos de Bordallo em relação à produção literária portuguesa era a de que os indivíduos então considerados como os principais escritores portugueses não acrescentariam nada à literatura do país com suas obras, uma vez que apenas repetiriam modelos estéticos ultrapassados. Na concepção de Bordallo, Antônio Feliciano de Castilho, então grande nome da literatura portuguesa e referência a outros jovens escritores, seria exemplar deste problema, não produzindo nenhum escrito realmente inovador e buscando na antiguidade Greco-romana a inspiração para seus trabalhos, tanto em relação às temáticas quanto ao estilo de escrita. Tal prática seria o símbolo da estagnação que a literatura portuguesa estaria experimentando no século XIX, o que fez com que o escritor figurasse no centro dos questionamentos realizados por Antero de Quental, Teófilo Braga e outros na “Questão Coimbrã”, anteriormente analisada. Daí a alcunha que Bordallo confere a Castilho, comparado com a ninfa da obra de Ovídio, que só saberia falar através da repetição.

Abaixo na composição, D. Pedro II é representado em um terceiro encontro com Castilho, dessa vez durante sua segunda e mais duradoura passagem por Portugal. Se antes o escritor se dirigira ao Imperador no Lazareto, agora é o monarca que o visita. Novamente, Júlio de Castilhos é colocado ao lado do pai, reforçando ainda mais a ideia de dependência entre a posição alcançada pelo autor com o prestígio de seu pai. Como forma de demarcar tal noção, Bordallo o desenhou com a cabeça de adulto e o corpo de uma criança.

Ao indicar o motivo que teria levado D. Pedro II a essa nova visita, Bordallo fala da recordação que o monarca teria de recitar “Jovem Lilia abandonada” no Brasil. O título em questão se refere a um poema escrito por Antônio Feliciano de Castilho, publicado na obra *Cartas de Eco a Narciso*, de 1821, e posteriormente musicado em forma de “modinha”<sup>148</sup>. A obsolência da poesia de Castilho e, em sentido amplo, da produção literária em Portugal é apontada no parêntese logo após o título, quando o adjetivo “abandonada” deixa de se referir apenas ao personagem do poema para se referir à obra como um todo, cuja leitura já teria sido deixada há anos. Na folha de hera, abraçada por Castilho na sequência, se encontra escrito *Lapa dos Poetas*. Este era o nome também conferido à *Lapa dos Esteios*, local situado às

---

<sup>148</sup> As “modinhas” eram um gênero musical luso-brasileiro, muito popularizada em Portugal e Brasil na transição do século XVIII para o século XIX. Possuíam um caráter acentuadamente melancólico ou amoroso em suas letras e melodias, enquadrando-se no excesso de preocupação com a forma e sentimentalismo que alguns intelectuais da “geração de 70” viriam a questionar na produção literária portuguesa durante as décadas seguintes.

margens do Rio Mondego, em Coimbra, onde estudantes da Universidade e poetas costumavam frequentar para escrever e se reunir. As referências à Coimbra nas obras em questão não se limitaram ao encontro entre Imperador e Castilho.

Dentre as instituições envolvidas na passagem de D. Pedro II e representadas pelas narrativas sobre a viagem do monarca, também ganha destaque o principal estabelecimento de ensino superior em Portugal. Em sua segunda passagem pelo país, o Imperador visitou a Universidade de Coimbra, participando de uma cerimônia de doutoramento realizada na conhecida Sala dos Capelos da instituição. Desempenhando um papel preponderante na produção literária e no ensino do país, a Universidade encontrava-se no centro dos questionamentos realizados pelos intelectuais da “geração de 70” à educação, assim como à produção artística e literária portuguesa. Logo, a passagem do monarca pelo estabelecimento também foi empregada nas narrativas em questão, ganhando sua representação nas páginas escritas por Eça de Queiroz em *As Farpas*:

A Universidade e os seus doutores – tem espalhado algumas apreciações rancorosas sobre a maneira como Sua Magestade o Imperador se apresentou na sala dos capellos, num dia de doutoramento e de cerimônia: dizem que Sua Magestade trajando jaquette de viagem, com um chapéu desabado, e um sacco a tiracolo, se veio sentar nos bancos severos da antiga sala adamascada – com a mesma familiaridade com que se sentaria na almofada da diligência dos Arcos de Val de Vez. E a Universidade quis ver no jaquetão de Sua Magestade e no seu chapéu braguês a mesma significação desatenciosa, que o Parlamento de Paris viu, em outras eras, nas altas botas moles e no chicote de estado do defunto Luís XIV.<sup>149</sup>

O Imperador teria participado da cerimônia apresentando o mesmo comportamento e vestuário que caracterizara a imagem do “monarca-cidadão” e definira sua passagem pelo continente. Segundo Eça, tal comportamento do monarca teria causado estranhamento nos acadêmicos de Coimbra, acostumados à ritualística que envolveria os atos acadêmicos da Universidade e à distinção concedida a políticos e, principalmente, chefes de Estado. Essa aparente indiferença de D. Pedro II ao cerimonial teria gerado um certo desafeto por parte dos professores e alunos da instituição, que teria visto nas atitudes do Imperador um descaso à tradição da instituição. Este evento e suas supostas repercussões foram empregadas por Eça de Queiroz em uma problematização acerca do estabelecimento e das próprias educação e produção científica, literária e artística em Portugal.

As reflexões presentes neste trecho orbitam sobre a Universidade de Coimbra, instituição que formou muitos dos intelectuais ligados à “geração de 70”, incluindo o próprio

---

<sup>149</sup> **AS FARPAS: Crônica mensal da política, das letras e dos costumes.** Lisboa: Tipografia Universal, fev/1872. p.49



Eça de Queiroz, que conheciam pessoalmente e internamente o cotidiano e os protocolos existentes na Universidade<sup>150</sup>. Na instituição não estudaram apenas Eça, Antero, Teófilo e outros, mas também alguns dos indivíduos que representariam a decadência na produção literária portuguesa apontada pela “geração de 70”, como Antônio Feliciano de Castilho. O questionamento presente neste segmento está relacionado a pontos considerados críticos na literatura do país, mas relacionando-os ao que seria um excesso de ritualização presente em várias ocasiões na instituição.

A cerimônia do doutoramento na Universidade de Coimbra, uma das mais conhecidas da instituição e que teria sido vivenciada pelo Imperador na narrativa de Eça, possuía um estrito ordenamento e exigência protocolar em sua realização. Havia uma sequência a ser seguida que envolvia um cortejo até a Sala dos Capelos e uma ordem de discursos proferidos em latim, além do vestuário específico correspondente ao papel de cada indivíduo participante.<sup>151</sup> Em trecho posterior, Eça se valeu dessa preocupação com a ritualística envolvida na cerimônia de doutoramento e a compara ironicamente às exigências de uma festa de gala:

É necessário que os srs. doutores saibam a teoria da toilette oficial: a toilette só é exigida – quando a toilette é um fim. Num baile, numa gala, numa ópera – a gravata branca, a luva gris ou perle, a flor de itea ou a grão-cruz são essenciais – por que essas festas gentis são exclusivamente a reunião de toilettes elegantes, entre decorações elegantes, para um fim elegante – walsar, comer trufas ou beijar a mão de um rei! (...) Mas quando se trata apenas de doutorar o Sr. fulano, bacharel – não nos parece que tenham cabimento as preocupações de luxo. Se a venerada cerimônia do capelo é uma festa raffinée, que requeira as sutilezas de toilette – onde estão as flores, os gelados, as damas de ombros nus, o rumor das orquestras, os frous-frous da dança e os finos pecados? (...) Ah os srs. querem toilette? – Valem! Querem gravatas brancas? – Tenham gelados. Querem luvas cor de palha? – Amem, srs. Doutores de capelo!<sup>152</sup>

Aproximadas em relação às vestimentas, mas totalmente inversas em relação à sua finalidade, Eça questiona se a cerimônia de doutoramento seria uma festa “raffinée” e explica o que seria uma “toilette oficial”. Nesta, cujo objetivo seria de celebrar, dançar, assistir um

<sup>150</sup> Estudos sobre a Universidade de Coimbra foram sucessivamente realizados por Ruth Gauer. Tais análises e referem especialmente à relação da instituição com o conhecimento moderno, as reformas em seus estatutos no século XVIII e a ação dos estudantes brasileiros, egressos da Universidade, na construção do Estado-Nação brasileiro. Tais estudos foram publicados em: GAUER, Ruth Maria Chittó. **A modernidade portuguesa e a reforma pombalina de 1772**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 1996. e \_\_\_\_\_. **A construção do Estado-Nação no Brasil: a contribuição dos egressos de Coimbra**. Curitiba: Ed. Juruá, 2001.

<sup>151</sup> A cerimônia de doutoramento da Universidade de Coimbra foi analisada por José Luís Torgal em um extenso artigo que aborda, dentre outros aspectos, os passos da ritualística e suas transformações ao longo do tempo. Ver: TORGAL, José Luís. Quid Petis? Os “doutoramentos” na Universidade de Coimbra. **Revista de Histórias das Ideias**. Vol.15 – Rituais e Cerimônias. Coimbra: 1993. pp.177-316

<sup>152</sup> **AS FARPAS: Crônica mensal da política, das letras e dos costumes**. Lisboa: Tipografia Universal, fev/1872. pp..50-51

espetáculo ou contemplar alguma autoridade, a preocupação com a forma de se apresentar teria um papel fundamental. Na cerimônia de doutoramento, cuja finalidade seria a de reconhecer a capacidade de um indivíduo por sua produção e atividade acadêmica, a aparência seria algo totalmente secundário ou mesmo dispensável na concepção do autor. O protocolo tornou-se então um caminho empregado por Eça para uma crítica indireta às próprias obras produzidas por muitos egressos da Universidade. O excesso de preocupação com a forma, perdendo de vista o que seria a real finalidade da literatura, que estaria presente no próprio cotidiano da instituição se refletiria posteriormente nos escritos mais conhecidos de professores e alunos, como Castilho, que ainda representariam a forma predominante de produção literária em Portugal. A interiorização deste ritual e sua conexão com a própria moral e escrita de parte de seus egressos é exposta em mais uma comparação realizada por Eça:

Na sala dos capelos – que é a Igreja onde se professa para doutor, onde se troca a elegância mundana pela negra batina catedrática, onde o sujeito deixa de ser um homem à vontade para ser um lente sorumbático, onde faz voto de melancolia e de carranca perpétua, onde juram atar o sorriso – e substitui a alma por um compêndio. E é neste lugar funerário que os srs. Doutores imergem da sonolência sepulcral para murmurarem – talvez em latim!- olha aquele de jaquetão! – A Universidade dando-se ares de saber – que existe a casaca! Irrisória vaidade coimbrese!<sup>153</sup>

Eça relacionou a ritualística que ocorreria na sala dos Capelos à de uma Igreja. Ao se tornarem doutores, os indivíduos assumiriam não apenas o título, mas incorporariam ao seu comportamento uma excessiva sisudez que os assemelharia aos eclesiásticos, deixando de lado qualquer aspecto da vida “mundana”, ou neste caso, fora da academia. Tal qual a doutrina que seria professada pela Igreja Católica, os indivíduos introjetariam, na concepção do autor, a obscuridade e uma antiquada visão de mundo que seriam intrínsecas à própria instituição, cujo principal espaço é chamado de “lugar funerário”. As relações entre Igreja e Universidade estabelecidas por Eça não se deram por acaso. Desde sua origem ao final do século XIII, haveria um forte componente eclesiástico no cotidiano acadêmico, que influenciaria diretamente na elaboração e na importância de suas cerimônias.<sup>154</sup>

A Igreja Católica ocupava lugar central nos questionamentos realizados pela “geração de 70” à situação portuguesa, sendo considerada uma das principais responsáveis pelo estado

---

<sup>153</sup> **AS FARPAS: Crônica mensal da política, das letras e dos costumes.** Lisboa: Tipografia Universal, fev/1872. p.53

<sup>154</sup> Torgal realiza tal afirmação e aproxima o rito de doutoramento, que consideraria um “rito de investidura”, a um “rito de consagração” eclesiástico. TORRAL, José Luís. Quid Petis? Os “doutoramentos” na Universidade de Coimbra. **Revista de Histórias das Ideias.** Vol.15. Coimbra: 1993.

de decadência em que se encontraria o país. Um dos pontos nesta crítica seria a ingerência de aspectos eclesiásticos na educação portuguesa. No segmento anterior, a aproximação entre a Igreja e a Universidade se daria até mesmo no aspecto cerimonial envolvendo o doutoramento. A Universidade de Coimbra foi apresentada como um local obscuro tal qual a Igreja Católica, onde as “luzes” do conhecimento, cuja produção seria professada pela instituição, na verdade não existiriam<sup>155</sup>.

Desta forma, a Universidade de Coimbra foi representada por Eça de Queiroz como um estabelecimento onde a preocupação com o rito e a forma se sobreporia à finalidade original de educar e produzir conhecimento. Sendo concomitantemente o local de formação de muitos dos membros da “geração de 70” e dos mesmos indivíduos que estes criticavam, a instituição representaria um lócus para a observação dos problemas na educação, na produção intelectual e mesmo na política portuguesa. Neste local, portanto, intelectuais como Eça teriam observado de perto os desdobramentos acadêmicos de algumas das principais problemáticas que envolveriam a decadência de Portugal.

A análise conjunta destes trechos envolvendo o planejamento para a vinda do monarca demonstra que as representações dos preparativos para a recepção do Imperador foram empregadas na exposição e crítica a vários pontos que os autores consideravam nevrálgicos no estado de decadência em que se encontraria Portugal. Vem à tona a ideia de uma total inércia das instituições voltadas ao desenvolvimento e divulgação da técnica e conhecimento científico, cujo interesse de seus membros estaria mais voltado à promoção pessoal através de títulos do que no desenvolvimento da sociedade portuguesa. Neste mesmo sentido, seria notória a estagnação da produção artística e literária portuguesa, que seria pautada apenas na recordação sobre suas glórias passadas, sem qualquer inovação no presente. Como máxima representação do estado da arte e ciência em Portugal, é representada a Universidade de Coimbra, principal instituição de ensino no país e responsável pela formação de políticos e escritores portugueses. A cerimônia de doutoramento seria o exemplo mais claro do que se daria nos vários aspectos do conhecimento no país, onde a forma receberia uma maior atenção do que o principal fim do estabelecimento.

O elemento que mais chama a atenção na narrativa dos autores é a consciência que a própria sociedade portuguesa, especialmente de seus governantes e artistas, teria do estado em que se encontraria o país. Ao contrário de motivar alguma ação com o objetivo de modificar

---

<sup>155</sup> Críticas apontando para os problemas na produção do conhecimento a partir da Universidade de Coimbra não eram uma novidade, sendo encontradas já em textos do século anterior, como o que originou a reflexão realizada por Ruth Gauer em GAUER, Ruth Maria Chittó. **O reino da estupidez e o reino da razão**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

tal situação, a única preocupação, exacerbada pela vinda de D.Pedro II, seria a de dissimular sobre as condições em que se encontraria Portugal, criando uma aparência que não condiziria com o que seria a realidade decadente do país. Para Eça, Ramalho e especialmente Bordallo, da mesma forma que o Imperador teria construído uma aparência para visitar a Europa, Portugal teria se mascarado para receber o monarca.

### 3.3 O “BRASILEIRO”: UM TIPO PORTUGUÊS

Neste tempo, aconteceu chegar ao convento a notícia de ter aparecido em Barrosas um brasileiro muito rico, procurando novas de uma irmã que deixara, quando, em criança, fora para a América. (...) E, quinze dias depois, o brasileiro, chorado e lamentado dos amigos, embarcava em um dos seus navios, aprofundando às praias de Santa Cruz (...).A colônia de brasileiros portugueses longo tempo chorou a sorte dura de Fialho.

Camilo Castelo Branco – *Os brilhantes do Brasileiro*, 1869.

As palavras do conhecido romancista português se referem à descrição de acontecimentos envolvendo um dos personagens principais de sua obra *Os brilhantes do brasileiro*, um “brasileiro” chamado Hermenegildo Barrosas. Estes trechos, entretanto, trazem algumas aparentes contradições. O personagem teria ido para a América quando criança, o que leva ao entendimento de que não nascera no continente americano. Da mesma forma, embarcava para o Brasil ao final do romance, indo parar em uma colônia de “brasileiros portugueses”, ou seja, de brasileiros nascidos no Porto, em Portugal. A inicial confusão se desfaz na constatação de que a terminologia em questão não se refere à um indivíduo nascido no Brasil, mas de um dos estereótipos mais difundidos na sociedade portuguesa ao final do século XIX.

A expressão “brasileiro”, cujo significado original está ligado ao cidadão da nação brasileira, nascido no Brasil, passou a ganhar um outro significado em Portugal em meados do século XIX<sup>156</sup>. “Brasileiro” começou a denominar também o chamado português “torna-viagens”, ou seja, o indivíduo que partira para o Brasil em busca de melhores condições de vida e acabava por retornar a seu país.

---

<sup>156</sup> TUTIKIAN, Jane. A identidade pelo avesso. **Navegações: Revista de cultura e literaturas de língua portuguesa**. Vol.2. N.2. Porto Alegre: EdIPUCRS, jul/dez. 2009. p.136

Desde o período colonial, o trânsito de portugueses em direção ao território brasileiro para exercer diversas ocupações, do trabalho na lavoura e mineração ao comércio, foi se tornando cada vez mais frequente, permanecendo em crescimento mesmo após a emancipação política. Anos após sua partida, alguns destes, obtendo ou não sucesso em sua empreitada, retornavam a Portugal. É a partir de sua chegada que este português, o outrora emigrado para o Brasil, passava a ser visto de forma estereotipada como o “brasileiro”, indivíduo que apresentava hábitos resultantes de uma mistura entre os costumes portugueses e suas experiências no Brasil, que acabavam gerando estranhamento por parte de seus compatriotas. Esta imagem se difundiu e consolidou no imaginário social português, passando a ser representada em diversas obras literárias<sup>157</sup>.

Na edição de fevereiro de *As Farpas*, dedicada à análise e sátira da viagem de D. Pedro II, os autores reservaram um considerável espaço para analisar este tipo português, mas que carrega profundas conexões com o país do monarca. O “brasileiro” recebeu a atenção tanto de Eça quanto de Ramalho em momentos distintos da narrativa, ocupando um considerável segmento da obra. Tal destaque conferido a este tema conduz ao questionamento: Quais seriam os significados existentes na constituição do tipo “brasileiro” e quais os sentidos de seu uso por Eça e Ramalho na narrativa sobre a viagem do Imperador? As respostas para estas indagações podem estar atreladas ao próprio sentido por trás da construção tanto de *As Farpas* quanto da *Picaresca viagem* de Bordallo, apesar deste não abordar tal temática.

O primeiro a abordar o “brasileiro” na narrativa de *As Farpas* foi Ramalho Ortigão. Ao estabelecer a tipologia da sociedade portuguesa que o Imperador iria encontrar durante sua passagem pelo país, o autor dedicou um espaço para explicar em que consistiria esse tipo português:

O Brasileiro. Conhece por certo Vossa Magestade o brasileiro de Minas Gerais, o de Mato Grosso, o do Catete, o da Tijuca e o da rua do Ouvidor: **este não é o nosso brasileiro**. Há dias líamos no registro dos leitores de uma biblioteca o seguinte: Fulano de tal – profissão, brasileiro – naturalidade, Mesão Frio. Este, imperial senhor, é o nosso brasileiro. Ele habita o Pedro Alexandrino e frequenta os banhos sulfúricos do doutor Lourenço, o Club Lisbonense e algumas boticas. Tem muito dinheiro, o que o não impede de ter várias moléstias. As orelhas dele são geralmente lívidas e separadas do crânio. Ainda acamarado com outros, e encontram-se sempre em turmas ou no passeio de S. Pedro de Alcântara, onde costumam sentar-se ou nas carruagens do caminho de ferro onde descalçam as botas, ou no Pedro Alexandrino onde vagueiam num silêncio misterioso embuçados nas suas capas. Perfeitamente

<sup>157</sup> Dentre as obras que trazem um “brasileiro” como personagem, encontram-se *O Esqueleto* (1865) e *Eusébio Macário* (1879), de Camilo Castelo Branco, *A Morgadinha dos Canaviais* (1868), de Júlio Dinis, *O Brasileiro Soares* (1886), de Luís de Magalhães e *A Ilustre Casa de Ramires* (1890), de Eça de Queiroz, dentre outras. Guilhermino César realiza uma análise da representação da figura do “brasileiro” na literatura portuguesa em: CÉZAR, Guilhermino. **O “brasileiro” na ficção portuguesa. O direito e o avesso de uma personagem-tipo**. Lisboa: Parceria A.M. Pereira LTDA 1969

respeitáveis pela sua iniciativa e pelo seu trabalho, constituem uma espécie de tribos, sem pátria que o adote, porque em Portugal chamam-lhe galegos. São esses que aí vão – de bengalas de unicórnio na mão e alfinetes de brilhantes no peito das camisas.<sup>158</sup> (Grifo nosso)

Ramalho iniciou sua apresentação com a distinção entre o brasileiro nato e o “brasileiro” português. Se no caso dos súditos do Imperador esta terminologia estaria relacionada à naturalidade, para a sociedade portuguesa desempenharia um papel semelhante a uma ocupação, uma profissão. A fim de caracterizar este “tipo” para o Imperador, o autor trouxe referências a locais do cotidiano português e indicou alguns comportamentos, elementos que permitem a intelecção de alguns dos seus principais traços no imaginário português. Dos elementos que mais se destacam, está a representação do “brasileiro” como um indivíduo possuidor de várias doenças e detentor de muito dinheiro.

O elemento mais significativo deste trecho, entretanto, é a afirmação de que os “brasileiros” portugueses constituiriam praticamente uma “tribo”, sendo indivíduos sem uma pátria. A constatação de Ramalho aponta para a ideia de que o “torna-viagens”, ao voltar para Portugal, não seria visto por seus conterrâneos, e talvez nem se identificaria, como um português, uma vez que este apresentaria características peculiares que o distinguiriam do português “comum”.

A figura do “brasileiro” só retornaria à narrativa no segmento final da obra. Desta vez, é Eça de Queiroz que o descreveu, mas realizando uma reflexão que se desenvolveu por 14 páginas. As considerações do autor acerca do “brasileiro” se iniciaram com a constatação de seu papel desempenhado no imaginário português:

Há longos anos o Brasileiro é entre nós o tipo de caricatura – mais francamente popular. Cada nação tem assim um personagem típico, criado para o riso público. As comédias, os romances, os desenhos, as cançonetas espalham-no, popularizam-no, acentuam-no, aperfeiçoam-no, caracterizam-no, e ele fica assim um Judas infeliz de sábado de aleluia, que cada um rasga friamente com sua gargalhada e vara com a sua chacota (...) Nós temos o Brasileiro: grosso, trigueiro com tons de chocolate, modo ricasso, arrastando um pouco os pés, burguês como um couve e tosco como uma acha, pescoço suado, colete com grilhão, chapéu sobre a nuca, guarda sol verde, a voz fina e adocicada, ar desconfiado e um vício secreto. É o brasileiro: ele é o pai achinelado e ciumento dos romances satíricos; é o gordalhufo amoroso das comédias salgadas é o figurão barrigudo e bestial dos desenhos facetos; é o maridão de tamancos traído – dos epigramas.<sup>159</sup>

<sup>158</sup> **AS FARPAS: Crônica mensal da política, das letras e dos costumes.** Lisboa: Tipografia Universal, fev/1872. pp.22-23

<sup>159</sup> *Ibidem.* 83-84.

O “brasileiro” foi apresentado por Eça como uma personagem construída como objeto de riso para o português, integrando um processo que, segundo o autor, existiria em cada país com suas especificidades. O uso da expressão “caricatura” pelo autor se refere exatamente à exacerbação de suas características com a finalidade de gerar o riso. A construção de estereótipos sociais se dá como uma forma de uma coletividade conferir inteligibilidade a outra, em um processo que acontece em diferentes recortes sociais<sup>160</sup>. O que se procedia no caso específico do “brasileiro” era a constituição no seio da sociedade portuguesa de um português que apresentaria alguns traços, em tese, peculiares que o diferenciariam do português “tradicional”. O que se constitui na caracterização deste tipo é a construção de um “outro” dentro da própria sociedade portuguesa, um indivíduo nascido em Portugal, mas cujas características adquiridas após a viagem o tornariam um estrangeiro em seu próprio país e motivo de riso por parte de seus conterrâneos.

Mais destas características geradoras do riso são adicionadas na constituição do tipo. O “brasileiro” seria representado como um indivíduo grosseiro e ignorante, facilmente enganado, ao qual se somam outros traços:

Tudo o que se respeita no homem é escarnecido aqui no brasileiro; o trabalho tão santamente justo, lembra nele, com riso, a venda da tapioca numa baiuca de Pernambuco: o dinheiro tão humildemente servido, recorda nele, com gargalhadas, os botões de brilhantes nos coletes de pano amarelo; a pobreza tão justamente respeitada, nele é quase cômica e faz lembrar os tamancos com que embarcou a bordo do patacho Constancia e os fretes de café que carregou para as bandas da Tijuca; (...) Tudo o que é ou faz, tem uma cauda de gargalhada: se negocia, aparece como o dono de navio, personagem grotesco das comédias de feira. Se pertence à nobreza é suspeito de se chamar barão de Suriquitó ou conde de Ipátátá! (...) Se fala aquela estranha linguagem, que parece português – com açúcar, a hilariedade estorce-se. A celebridade dos seus calos enche o mundo. O seu pouco asseio faz desmaiar as viagens. (...) Enfim, a opinião, a cruel opinião, - tudo o que é mau gosto, grosseria, tosquice, obtusidade, pelo, ordinarismo, - coloca-o como num índice no brasileiro.<sup>161</sup>

Nas palavras de Eça, todas as características que possam ser atribuídas ao “brasileiro” parecem convergir para torná-lo objeto do riso, inclusive as que originalmente poderiam ser consideradas como um elogio ou dignas de compaixão, como o empenho no trabalho ou a

---

<sup>160</sup> Em análise sobre a construção dos estereótipos culturais, Rui Zink diz: “Caricatura, anedota, sátira, São os termos favoritos para apreender uma impressão global do outro. E o primeiro de todos os estereótipos é o de que há uma identidade nacional que se sobrepõe às outras”. Logo após realizar tal constatação, aponta para o papel do estereótipo no processo de inteligência da sociedade, afirmando que: “Assim, o estereótipo é, queiramos ou não, um instrumento de conhecimento.” ZINK, Rui. Da bondade dos estereótipos. In: LUSTOSA, Isabel (org.) **Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011. p.47.

<sup>161</sup> **AS FARPAS: Crônica mensal da política, das letras e dos costumes**. Lisboa: Tipografia Universal, fev/1872. pp.85-86

pobreza. Estas informações dão conta de que o estereótipo construído se dava independentemente da condição financeira do “torna-viagens”, tenha ele enriquecido durante seu período no Brasil, ou conseguido retornar, mas com a mesma escassez de recursos com que partira. Os traços fornecidos pelo autor apontam para a representação de um indivíduo sem asseio, grosseiro e ignorante, que se destacaria em seus trajes pelo exagero da ornamentação com brilhantes ou simplicidade de seus chinelos.

Um dos principais elementos que gerariam estranhamento, no entanto, seria a incorporação de algumas especificidades da língua portuguesa falada no Brasil, que além do riso, representaria para alguns a distorção de um dos fundamentos da identidade portuguesa. A menção dos nomes “Suriquitó” e “Ipatatá”, fazendo alusão à influência indígena no idioma, evidencia a crítica existente às alterações na língua portuguesa, já abordada pelos autores a partir da expressão “Minhinhonhá” e analisada em segmento anterior.

Muitas das características atribuídas ao “brasileiro” de Portugal, entretanto, se alinham aos traços envolvidos na construção do que seria um distinto “tipo” de outro território, mas que se trataria, na verdade, do mesmo indivíduo. Se o português que atravessava o Atlântico tornava-se, após seu retorno, um motivo de riso para seus compatriotas, este era um alvo de crítica também em território brasileiro.

Concomitantemente à emancipação política do Brasil, ocorreu um lento processo de demarcação cultural que visava a delimitação das diferenças existentes entre brasileiros e portugueses, buscando a definição dos elementos que constituiriam a identidade do novo país em relação aos demais. Um dos resultados foi o crescimento de um antilusitanismo por parte de alguns segmentos da sociedade brasileira, que passaram a ver o português, e especialmente o imigrante, como um explorador ou ladrão de empregos de brasileiros, assim como um indivíduo que teria uma imagem preconceituosa do país que o recebera. Como um dos mecanismos desse afastamento, o cidadão português em solo brasileiro passou a ser ridicularizado. Dessa forma, o português acabou por ser estereotipado e foi constituído enquanto objeto de riso também no Brasil<sup>162</sup>, sendo representado em várias obras literárias produzidas por autores brasileiros<sup>163</sup>.

Os aspectos ressaltados na construção da imagem do português no Brasil se alinham aos mesmos traços atribuídos ao “brasileiro” em Portugal. Dentre estas características,

---

<sup>162</sup> Os desdobramentos do “antilusitanismo” na construção do “português de anedota” ao final do século XIX e início do século XX é realizada por Isabel Lustosa e Roberta Triches em LUSTOSA, Isabel; TRICHES, Robertha Pedrosa. O português da anedota. In: LUSTOSA, Isabel (org.). **Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2011.

<sup>163</sup> Dentre elas, lembra-se aqui a obra *O Mulato* (1881) e *O Cortiço* (1890), escrita por Aluísio Azevedo.



encontram-se a ignorância, a falta de asseio, o gosto por roupas extravagantes em suas cores, a gana pelo trabalho e o sotaque português, que soava estranho aos ouvidos dos brasileiros natos<sup>164</sup>. Portanto, no Brasil o imigrante era o português e, em Portugal, era o “brasileiro”. O que se infere desta aparente oposição é que as mesmas características que o português considerava serem adquiridas pelo viajante no Brasil eram, para o brasileiro nato, trazidas pelo português de Portugal. Tal indivíduo acabava se tornando, portanto, um estrangeiro no dois países, um “outro” atrelado e, concomitantemente, às margens destas sociedades.

Apesar de integrar uma obra satírica e de tratar de um “tipo” que era objeto de riso na sociedade portuguesa, o segmento produzido por Eça não se limitou à apresentação do “brasileiro” e à sua caracterização de acordo com os elementos a ele atribuídos no imaginário social português. Após tecer suas considerações iniciais, o autor passou a uma reflexão sobre a construção deste estereótipo e a uma teorização de suas possíveis aproximações com o português “tradicional”<sup>165</sup>. A desconstrução do “tipo” voltado ao riso é iniciada:

Pois bem! É uma torpe injustiça que seja assim. E nós os portugueses fazemos facciosamente mal e nos rirmos deles os brasileiros! – Por que enfim, eles vêm de nós! As suas qualidades tiveram o seu gérmen nas nossas qualidades. Somente neles alargaram, floresceram, cresceram, frutificaram: em nós estão latentes e tácitas. O Brasileiro é a expansão do Português.<sup>166</sup>

A afirmação de Eça de Queiroz para criticar o que seria um infundado riso sobre o estereótipo do “brasileiro” apontou para o que seria uma fundamental conexão entre tal “tipo” e os portugueses: o cômico estereótipo criado pela sociedade portuguesa seria, afinal, apenas um produto modificado dela própria. O autor afirma que todas as qualidades, e por conseguinte, os defeitos existentes no “brasileiro” já existiriam em todos os portugueses de forma “adormecida”, aguardando para se manifestar. A caricatura da qual os portugueses ririam nada mais seria do que uma expansão, um estágio de sua própria existência. As relações entre o português e o “brasileiro”, assim como a explicação para o desenvolvimento de suas características, ganharam a seguinte explanação de Eça:

---

<sup>164</sup> Essas e outras características são analisadas por Maria Aparecida Ribeiro em sua análise sobre as características atribuídas ao português imigrante, articulando-as à imagem do “brasileiro” em Portugal, realizada em RIBEIRO, Maria Aparecida. Construindo o “Brasileiro: contornos do imigrante português no Brasil de 800. **Revista de História das Ideias**. Vol.28. Coimbra: 2007.

<sup>165</sup> Jane Tutikian afirma, sobre a colocação de Eça de Queiroz, que “o que ele faz (...) é passar, indiferentemente, da defesa da tese à defesa da antítese, é jogá-lo em oposição ao português que fica e, mais especificamente, ao lisboeta que fica.” TUTIKIAN, Jane. A identidade pelo avesso. **Navegações: Revista de cultura e literaturas de língua portuguesa**. Vol.2. N.2. Porto Alegre: EdiPUCRS, jul/dez. 2009. p.137

<sup>166</sup> **AS FARPAS: Crônica mensal da política, das letras e dos costumes**. Lisboa: Tipografia Universal, fev/1872. p.87

Por que? Fácil explicação. Existe uma lei de retração e dilatação para os corpos – sob a influência da temperatura; aprende-se isto nos liceus quando vem o buço; os corpos ao calor dilatam, ao frio encolhem. A mesma lei para as plantas: ao sol a sua natureza alarga, floresce; ao frio da sombra a sua natureza encolhe, emurehece, estiola. A bananeira, nos nossos climas frios, é uma pequena árvore mirrada, hirta, tímida, estéril, encolhida: no calor do Brasil é a grande árvore triunfante de folhas palmares e reluzentes, tronco violento, seiva insolente, apoplética da vida, sonora de movimento, ridícula de bananas: o sol desabrochou-a (...).<sup>167</sup>

Para a análise sobre as características presentes na constituição do “brasileiro”, o autor passou a utilizar instrumentos teóricos relativos às ciências naturais na interpretação do comportamento social. A lei em questão envolveria a temperatura do ambiente na dilatação dos corpos e, no exemplo específico utilizado por Eça, na sua influência sobre os seres vivos. Para tanto, o autor utilizou o exemplo da bananeira, uma árvore típica de climas tropicais, que na Europa não teria as condições para seu crescimento, mas que em locais como o Brasil se desenvolveria plenamente. A explicação se estendeu para a moral dos indivíduos:

Mesma lei para as qualidades morais: o espanhol das Astúrias, modesto, humano, discreto e grave – passado para o sol do Equador nas Antilhas Espanholas, torna-se o espanhol violento, vaidoso, sanguinário, ruidoso e febril! – Pois bem: eis aí: O Brasil é Portugal – dilatado pelo calor. O que eles são expansivamente – nós somos encolhidamente; as qualidades retraídas em nós, estão neles florescentes; nós somos modestamente ridículitos, eles são à larga ridiculões. Os nossos defeitos, sob o sol do Brasil, dilatam-se, expandam-se, espraíam-se! (...) Sob o sol do Brasil a bananeira abre-se em fruto e o português abre-se em brasileiro. Eis o formidável princípio, - O Brasileiro é o Português desabrochado.<sup>168</sup>

A utilização de explicações relacionando a moral e o comportamento a aspectos do meio em que o objeto analisado se encontra, como o clima, está relacionada diretamente aos desdobramentos do naturalismo na escrita literária em Portugal. Considerado como uma extensão do realismo nas artes e na literatura, a perspectiva naturalista tomava a sociedade como um “fenômeno” cuja interpretação poderia ser ajudada a partir da aplicação de leis relativas às ciências naturais na inteligência dos “condicionantes” que influenciariam suas relações, sendo por isso compreendida muitas vezes enquanto determinista<sup>169</sup>.

<sup>167</sup> AS FARPAS: Crônica mensal da política, das letras e dos costumes. Lisboa: Tipografia Universal, fev/1872. p.87

<sup>168</sup> Ibidem. p.88

<sup>169</sup> Amadeu Carvalho Homem afirma que “A sociedade era o fenômeno a que se aplicava o artista, agora apostando em descrever os nexos inapeláveis que condicionavam as opções e vivências dos personagens. O naturalismo apenas se limitava a introduzir no realismo um pendor mais acentuado para sublinhar as disfunções, as mazelas, as perversões, as “doenças” da organização social, continuando, contudo, a ver nisto o feixe de consequências filiáveis nos antecedentes determinativos”. HOMEM, Amadeu Carvalho. **Do romantismo ao realismo**. Temas da cultura portuguesa (Século XIX). Porto: Fund. Eng. Antônio de Almeida, 2005. pp.125-126.

No entanto, se o clima influenciaria na modificação do comportamento do português “torna-viagem” nos anos em que permaneceria no Brasil, seguindo a linha argumentativa de Eça de Queiroz, tal aspecto não teria afetado também o português que colonizou a América portuguesa desde o início e, portanto, na constituição do “brasileiro nato”? No questionamento sobre uma possível ambiguidade dos sentidos existentes na expressão “brasileiro”, que conduz a análise do autor, encontra-se um elemento chave na sua compreensão sobre as identidades nacionais dos dois lados do Atlântico.

Eça de Queiroz se valeu do sentido inicial da terminologia “brasileiro” enquanto português torna-viagem para abordar indiretamente o brasileiro nato e suas conexões com o português. A explanação dada não recairia, portanto, apenas sobre as características do português que atravessava o Atlântico e retornava a Portugal, mas sobre a própria relação existente entre Brasil e Portugal, cujas histórias estariam profundamente imbricadas através do processo de colonização. Tal perspectiva é corroborada através da ideia que o autor possuía acerca da imagem que se teria sobre “o brasileiro” e o português em outros países:

Lá fora não nos distinguem: acham-nos quase a mesma cor, o mesmo feitio, o mesmo tosco – mas quase: é que nos acham mais acanhado, mais apanhados sobre nós, mais concentrados. É como um ananás de estufa: é o aroma, o sabor, a cor, a forma do ananaz – mas não tem a forte seiva, a viva florescência: em nós também, acha-se o Brasileiro sem a sua expansão, é o Brasileiro com as cores desbotadas. É que o Português é o Brasileiro de estufa!<sup>170</sup>

Em outras nações europeias, segundo Eça, as semelhanças entre as características existentes no “brasileiro” e no português fariam com que praticamente não fosse vista nenhuma distinção entre os dois. As únicas diferenças residiriam apenas no caráter mais comedido que existiria no cidadão de Portugal, que não sofrera as influências do clima tropical existente no Brasil. As características elencadas dentre as semelhanças, como “a mesma cor, o mesmo feitio,” e “o mesmo tosco”, trazem associações que apontam para um sentido de “brasileiro” que pode estar tanto associado ao “torna-viagens” quanto ao brasileiro nato.

O sentido ambíguo no uso da expressão que dá nome ao objeto analisado<sup>171</sup> e a defesa de uma inerente semelhança existente entre o português e este “brasileiro” fortalece a ideia de

<sup>170</sup> **AS FARPAS: Crônica mensal da política, das letras e dos costumes.** Lisboa: Tipografia Universal, fev/1872. pp.88-89

<sup>171</sup> A ambiguidade nos usos da expressão “brasileiro” por Eça de Queiroz deu margem à polêmicas no Brasil sobre este texto. A descrição de Eça foi percebida por alguns como uma ofensa aos cidadãos brasileiros, que ganhou ainda maiores dimensões devido ao antilusitanismo anteriormente mencionado. Aspectos da recepção dos escritos aqui analisados podem ser vistos em FARO, Arnaldo. **Eça e o Brasil.** Coleção brasileira. Vol. 358.

que a concepção de Eça se insere em uma perspectiva convergente entre as interpretações acerca das relações entre as identidades portuguesa e brasileira<sup>172</sup>. Logo, tanto o significado referente ao “torna-viagem” quanto ao brasileiro nato são empregados a fim de conduzir o português à observação dos defeitos que existiriam em sua própria sociedade e intrinsecamente em cada indivíduo.

Ao afirmar, por exemplo, que o português teria muitas características latentes em si, que se apresentariam de forma exacerbada nas atitudes do “brasileiro” devido às diferenças climáticas, Eça de Queiroz chamou a atenção para um dos principais pontos relacionados ao diagnóstico da decadência portuguesa: a inércia de sua população. Contidos em seu comportamento, os portugueses não demonstrariam também características que seriam benéficas ao desenvolvimento, como o gosto ávido pelo trabalho. As semelhanças entre defeitos e virtudes se fez presente em outros segmentos:

Mas enfim, uma coisa é verdadeira: é que tu, português, não vales mais que o brasileiro. O brasileiro não é belo como Apolo, antigo inquilino do céu, nem como Saint-Just, a mais formosa cabeça da Convenção – mas tu, ó português, tu também não és belo, e se a tua bem amada te o diz – é que não tem mais nada que dizer-te (...) Ora o brasileiro não é formoso, nem espirituoso, nem elegante, nem sábio, nem extraordinário – é um trabalhador; - e tu português que não és um formoso etc. – és um mandrião! De tal sorte que tu que ris do brasileiro – procuras viver à custa do brasileiro. De tal sorte que quando vês o brasileiro de frente estalas de riso – e se o visses de costas? Morrias de fome! E a prova é que tu – que em conversas entre amigos, no café, és inesgotável de facécia sobre o brasileiro, - és no jornal, no discurso ou no sermão, inexaurível de glorificações ao Brasil. Em conversa é o macaco; no jornal é a nação irmã! Ah portugueses! (...) E aí está porque nós queremos que se embainhe a chacota e que se descarregue a pilheira. Que o português veja no brasileiro o que ele é: um português que alargou ao sol.<sup>173</sup>

Nas considerações de Eça, o português estaria ainda abaixo do “brasileiro” tão criticado, uma vez que não apenas traria, mesmo que de forma contida, todos os seus defeitos, mas carregaria inúmeros outros que seriam expostos na forma ambígua com que se relacionaria com seu objeto de riso. O “brasileiro” seria criticado por ser excessivamente

---

São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977. REIS, João. C. (org). **Polêmicas de Eça de Queiroz**. Volume II. Odivelas: Europress, 1986. Este e outros elementos de polêmicas envolvendo Eça de Queiroz podem ser também observados em PAREDES, Marçal de Menezes. **Fronteiras culturais luso-brasileiras: demarcações da história e escalas identitárias (1870-1910)**. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de História e Teoria das Ideias da Universidade de Coimbra. Coimbra: 2007

<sup>172</sup> Tal ideia se alinha à análise realizada por Marçal de Menezes Paredes acerca das escalas de demarcações culturais na interpretação sobre as relações entre Brasil e Portugal, presente na produção de intelectuais ao final do século XIX e início do XX. O próprio segmento acerca do “brasileiro” é analisado pelo autor ao contemplar as querelas que se desenvolveram na intelectualidade luso-brasileira no período. PAREDES, Marçal de Menezes. **Fronteiras culturais luso-brasileiras: demarcações da história e escalas identitárias (1870-1910)**. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de História e Teoria das Ideias da Universidade de Coimbra. Coimbra: 2007.

<sup>173</sup> **AS FARPAS: Crônica mensal da política, das letras e dos costumes**. Lisboa: Tipografia Universal, fev/1872. pp.94-95

preocupado com seu trabalho, mas o português nada mais faria do que se usufruir de seus esforços, sem se preocupar em empenhar-se efetivamente na obtenção de seu próprio ganho. A referência a esta espécie de relação parasitária poderia se tratar tanto, em sentido estrito, de uma analogia ao “torna-viagens” bem sucedido, que ao retornar abriria negócios que beneficiariam o próprio português que o criticava, quanto ao viajante que obteria sucesso no Brasil através do serviço bruto e do dinheiro do brasileiro nato. Mais do que isso, no entanto, tal metáfora poderia se dirigir à própria empreitada colonial que fora apontada por alguns intelectuais da “geração de 70” como uma das principais causas do atraso de Portugal em relação a outros países europeus.<sup>174</sup>

O questionamento de Eça à moral da sociedade portuguesa prossegue na crítica do que seria uma hipocrisia por parte dos portugueses em relação ao brasileiro, já claramente utilizando o termo em referência ao cidadão do Brasil. Em jornais e manifestações públicas, o país e seus habitantes seriam tratados como “irmãos”, enquanto no cotidiano em conversas informais, seria objeto de riso e receberiam alcunhas pejorativas como “macacos”. Tal posicionamento do autor pode ser relacionado às festividades envolvidas na recepção de D. Pedro II em Portugal. Apesar de guardar profundas relações com Portugal e de ser um monarca pertencente à casa dos Bragança, o Imperador nascera no Brasil e governava os brasileiros, recebendo as mesmas “influências climáticas” apontadas por Eça. Recebido por políticos e literatos com festividades, a forma com que D. Pedro II se apresentava, o que incluía suas vestes e a aparente rejeição aos privilégios advindos com a monarquia, causaria não só estranhamento, mas também riso por parte dos portugueses. Seguindo tal concepção, a recepção portuguesa poderia se tratar apenas, de uma hipocrisia em relação ao governante daqueles que o português criticara.

Qualquer dúvida acerca do duplo sentido envolvendo o “brasileiro” é dispersada pelo último trecho de Eça de Queiroz. Sua análise acerca deste “tipo”, assim como a edição de fevereiro de *As Farpas*, se encerram com uma mensagem aos indivíduos denominados sob esta expressão:

Brasileiros, se estas páginas risonhas forem levadas por um vento feliz às vossas chácaras, lede-as sem rancor, entre o ruído dos engenhos e o bocejar da sinhá. Nós queremos-vos delicadamente bem. Se a nossa pena ri em torno de vós – a nossa filosofia aplaude-vos. A França escarnece a suíça do inglês, mas admira-lhe o caráter e copia-lhe os jockeys. Nós sorrimo-nos dos vossos coletes, amamos o vosso

---

<sup>174</sup> O segundo discurso proferido por Antero de Quental nas Conferências do Cassino apontava o esforço na empreitada colonial como um dos três principais responsáveis pela decadência de Portugal, que teria investido grande parte dos seus recursos em um sistema que, segundo o autor, traria poucos benefícios, além de desviar o foco do desenvolvimento de um sistema industrial como o observado na Inglaterra.

trabalho e comemos os vossos doces. Vós tendes qualidades fortes, duradouras, boas para alicerce da vida! E depois vós daí-nos dinheiro! Vós proveis-nos de papagaios! São coisas que não se esquecem! Assim, brasileiros, sabeio-o – vós que tão amplamente, tão regiamente recebeis o ávido português explorador, sabeio-o – tendes nas Farpas uma sólida e ativa amizade! Um honrado shake-hands e DAE-nos notícias vossas!<sup>175</sup>

Com o exemplo da relação dupla que o francês teria com sua imagem acerca do inglês, o criticando mas ao mesmo tempo admirando-o e copiando, Eça apontou para a relação ambígua do português com o “brasileiro”. A analogia é realizada entre dois países distintos, ao contrário da relação intrínseca à sociedade portuguesa que se pressupunha sobre o sentido original do “torna-viagem”. No mesmo sentido, dentre as riquezas que o “brasileiro” forneceria ao português, estaria o papagaio, símbolo utilizado duas vezes na obra de Bordallo Pinheiro em relação ao Brasil. Tais aspectos evidenciam os vários sentidos envoltos na terminologia “brasileiro” e seu uso por parte de Eça como referência para abordar a relação entre Portugal e Brasil.

Ao colocar a figura do “brasileiro” em pauta e se valer da ambiguidade em seus sentidos, os autores, especialmente Eça de Queiroz, intentaram mostrar as próprias contradições existentes dentro da sociedade portuguesa e chamar a atenção, através das representações atribuídas ao “outro”, para os vícios que existiriam em Portugal<sup>176</sup>. É esta duplicidade de significados e seus usos que, por outro lado, justificam a posição desta análise ao final de uma edição dedicada à passagem de D.Pedro II pela Europa e, especificamente, por Portugal.

A presença do “brasileiro” nesta narrativa não se deu apenas em uma apresentação de um “tipo” português a D.Pedro II. O Imperador do Brasil representaria, em suma, a figura do “brasileiro” em seus vários sentidos. O monarca brasileiro seria uma metáfora viva para o “torna-viagens”, na medida em que representaria a monarquia portuguesa que um dia fora para o Brasil e cuja ramificação agora retornara para Portugal. O próprio Imperador se constituiria no “português” que voltava e que, pelo seus comportamentos e hábitos, causaria o estranhamento e a comicidade. Articulado ao outro significado apresentado, D.Pedro II seria, também, o brasileiro de nascença, mas cujas características estariam diretamente ligadas a

<sup>175</sup> **AS FARPAS: Crônica mensal da política, das letras e dos costumes.** Lisboa: Tipografia Universal, fev/1872. pp.95-96.

<sup>176</sup> Sobre os escritos de Eça de Queiroz acerca do “brasileiro”, Jane Tutikian afirma que “o aparentemente comprometimento com a imagem do Outro inscreve a reflexão sobre a identidade cultural do Mesmo, apontando para uma consciência crítica acerca de determinadas práticas culturais. É o ridículo nacional que aí se afirma na exigência da alteração da velha fórmula de um país, marcado pela imobilidade – e o faz com maestria, revelando a identidade pelo avesso do avesso.” TUTIKIAN, Jane. A identidade pelo avesso. **Navegações: Revista de cultura e literaturas de língua portuguesa.** Vol.2. N.2. Porto Alegre: EdiPUCRS, jul/dez. 2009. p.139

Portugal. A monarquia brasileira seria a expansão da monarquia portuguesa, enquanto o monarca seria, ao final, um Bragança “dilatado pelo calor”. Assim, a figura do Imperador, personagem principal desta narrativa, constitui-se no ponto de encontro, nas conexões entre Portugal e Brasil.

Desta forma, a figura do “brasileiro”, que ocuparia a posição de um “outro” tanto no Brasil quanto em Portugal, estando “sem pátria” e em “nenhum lugar”, tornou-se o eixo para a aproximação realizada especialmente por Eça entre as identidades portuguesa e brasileira. O “brasileiro” constitui-se como o meio termo entre Portugal e Brasil, entre o português e o brasileiro nato, o “entre-lugar” onde as conexões e diferenças devem ser observadas a fim de refletir sobre sua nação.

A análise sobre os três eixos presentes nas narrativas de *Apontamentos sobre a Picaresca Viagem o Imperador de Rasilb* e *As Farpas* apresenta um grande quadro acerca da concepção de Bordallo, Eça e Ramalho sobre a situação de Portugal ao final do século XIX. O primeiro e fundamental ponto é de que os autores compartilham a percepção de outros intelectuais ligados à “geração de 70” acerca do estado de decadência em que Portugal se encontraria em diversas áreas.

A constatação de tal estado se daria, inicialmente, a partir de um olhar sobre aspectos intrínsecos ao próprio povo português. O questionamento ao comportamento da maioria da população seria exemplar neste sentido. Na concepção dos autores, o português traria em suas atitudes um aspecto passivo, triste e inerte frente à vida e aos problemas do país. Tal característica seria uma das grandes responsáveis pela perpetuação do estado de atraso em Portugal, pois a passividade e conivência da população portuguesa impediria a implantação de uma tentativa efetiva de mudança. Por outro lado, esta postura do português seria em grande parte gerada pelo descaso das autoridades públicas, que da ausência de medidas socioeconômicas à péssima educação oferecida, fomentaria um povo que apenas “sobreviveria”. A relação entre o português e a decadência de seu país seria, desta forma, uma via de mão dupla, na qual o povo seria o fruto e responsável pela decadência que acometeria o país.

As representações sobre a preparação para a chegada do Imperador e alguns dos eventos envolvendo sua passagem por Portugal também tornaram-se fundamentais na construção das narrativas. Tais ações se constituíram em oportunidades para abordar aspectos específicos da sociedade portuguesa que estes intelectuais relacionavam à decadência de Portugal. Como exemplo, a forma como Bordallo abordou a recepção de D.Pedro II aponta para um elemento fundamental na interpretação acerca da situação portuguesa. Os políticos,

artistas e literatos de Portugal teriam plena consciência dos problemas do país. Frente a tal constatação, mais significativo é a afirmação de que não apenas deixaram de agir frente a tal estagnação, mas buscariam encobri-la, em uma clara tentativa de construir uma falsa aparência que escondesse seu real estado. A chegada do monarca brasileiro seria a perfeita exemplificação desta atitude, e foi utilizada pelos autores, especialmente por Bordallo, para lançar suas críticas em pontos específicos do que seria a decadência portuguesa nas artes e nas ciências.

Dentre estes pontos, tornam-se notáveis os apontamentos de Eça de Queiroz à Universidade de Coimbra, principal estabelecimento de ensino superior de Portugal à época e responsável pela formação tanto dos políticos e literatos colocados como responsáveis pela estagnação de Portugal quanto por muitos dos próprios intelectuais ligados à “geração de 70”, incluindo Eça. O conhecido cerimonial existente no cotidiano da Universidade, que ia das vestimentas utilizadas pelos alunos a rituais como o doutoramento, seria percebido pelos autores como um paralelo acadêmico ao excesso de preocupação com a forma existente na literatura portuguesa e, em outro nível, aos cuidados com a aparência em detrimento da resolução dos problemas. A formação proporcionada pela instituição, que estaria tão atrasada quanto outras áreas do país, seria um dos maiores exemplos da decadência portuguesa, repetindo um ciclo ao deixar de propriamente educar indivíduos para solucionar os problemas portugueses.

Um dos elementos que mais se destacou, relacionado aos próprios sentidos por trás da construção das narrativas sobre a viagem do Imperador, foi a relação estabelecida em vários pontos entre Portugal e Brasil em ambas as obras. As conexões estabelecidas vão de temáticas como os hábitos alimentares à convergência entre símbolos brasileiros e monumentos portugueses. No entanto, as posturas frente as relações realizadas entre os dois países se alternam em vários momentos, indo de um desejo para a manutenção de uma característica original das duas nações ao reconhecimento de suas especificidades e seu uso na reflexão conduzida pelos autores.

No primeiro caso, se enquadra a questão da língua portuguesa presente em *As Farpas*, que realizou um questionamento direto à forma como o idioma vinha sendo falado e escrito no Brasil, com claras distinções em relação à sua matriz portuguesa. O segundo caso, representativo da imensa maioria dos segmentos das obras, se demonstrou na aproximação entre os hábitos alimentares e na sobreposição de símbolos ligados ao Brasil a monumentos portugueses para problematizar questões mais amplas relativas às realidades de ambos os países. Independentemente do ponto utilizado para a conexão, todos acabaram por demonstrar



que, na percepção dos autores, os países possuíam, dentre diversos elementos atrelados às identidades nacionais dos dois países, problemáticas aplicáveis às duas sociedades.

Estas relações culminaram na figura do “brasileiro”, presente no último segmento de *As Farpas*. Eça de Queiroz utilizou a duplicidade de sentidos existentes nesta expressão para apontar os vícios que existiriam na própria sociedade portuguesa, apontando as características existentes na construção do “tipo” português como extensões da própria sociedade portuguesa, que acabaria por ser objeto de seu próprio riso. Ao estabelecer esta linha de reflexão, Eça apontou para uma relação intrínseca entre portugueses e brasileiros, unidos por uma origem comum, mas com diferentes nuances que seriam geradas pelas diferenças climáticas existentes entre os dois países.

Todos estes elementos corroboram a ideia de que, para os intelectuais da “geração de 70”, como Bordallo Pinheiro, Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, a interpretação da situação portuguesa e o diagnóstico da decadência não passava apenas pela observação dos elementos intrínsecos à própria sociedade, mas dos parâmetros estabelecidos na comparação com outras nações. Tal reflexão, entretanto, não se dava apenas sobre países europeus considerados como os modelos de progresso e desenvolvimento, mas a partir de outros aspectos que permitissem uma relação com sua própria realidade. Neste sentido, foi o Brasil a desempenhar tal papel, na medida em que, a partir de todas as conexões estabelecidas, que vão de sua história à características de sua administração, permitiu aos intelectuais apontarem para os problemas existentes na sociedade portuguesa a partir de um olhar sobre a nação de onde vinha o Imperador. Nas narrativas em questão, o Brasil também foi o “espelho” utilizado pelos intelectuais para mostrar aos portugueses a sua própria decadência e incitar uma mudança, o que fundamentou a construção das obras e conduz às considerações finais da presente análise.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inquirir as narrativas produzidas por Raphael Bordallo Pinheiro, Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão sobre a viagem de D. Pedro II, interpretando-as à luz da problematização acerca da sociedade portuguesa ao final do século XIX, conduziu às conclusões que encerram o presente trabalho e, por sua vez, apresentaram novas possibilidades para futuras pesquisas. O primeiro ponto a ser destacado é o complexo processo relacional que envolve a construção e as interpretações acerca das identidades coletivas. Tornou-se claro que tal ação se dava tanto acerca das características consideradas intrínsecas à sua composição quanto em relação à concepção sobre os mesmos elementos presentes em outras coletividades. Este contínuo processo de demarcação cultural, que se apresenta de forma marcante nas leituras definidoras das identidades nacionais, é patente nas interpretações realizadas pelos intelectuais portugueses sobre seu país.

A leitura operada sobre Portugal pelos indivíduos da “geração de 70”, para além das variações em suas interpretações, se dava em uma concepção de temporalidade e história cujo desdobramento era a compreensão de que todos os países passariam pelos mesmos estágios de desenvolvimento. As principais referências para enquadrar um país neste movimento eram, para estes intelectuais, o constante desenvolvimento técnico-científico, uma produção artística diretamente relacionada com a realidade social e uma organização sócio-política com poder descentralizado e contando com uma maior participação da sociedade. O resultado de tal interpretação sobre a então realidade portuguesa resultava no diagnóstico de uma sociedade decadente, tanto em relação às conquistas observadas em seu próprio passado quanto aos avanços observados em países como Inglaterra e França.

Para estes intelectuais, independentemente das alternativas que apontavam para o futuro do país, o caminho para a superação da situação em que se encontraria Portugal passava pela livre discussão de ideias e pela incitação da reflexão sobre o estado do país por parte da população portuguesa. É a partir desta concepção que se produziam publicações como os textos envolvidos na Questão Coimbrã e sobre a qual foram realizadas as Conferências do Casino. Da mesma forma, é nesta problematização que as obras produzidas por Bordallo Pinheiro, Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão se inserem e foi a partir desta configuração cultural que sua análise foi realizada.

As narrativas sobre a viagem do Imperador presentes em *Apontamentos sobre a picaresca viagem do Imperador de Rasilb* e na edição de fevereiro de *As Farpas* ganham sua

real dimensão se compreendidas no quadro de produções que visavam embasar e definir a identidade e a situação portuguesa na segunda metade do século XIX. A peculiaridade destas obras residiu, no entanto, na comicidade que empregaram nas representações e no escopo da temática abordada. Enquanto textos como os das Conferências do Casino traziam como tema a situação do país ao longo de décadas ou séculos, assim como aspectos específicos da literatura, arte ou história do país, as obras de Bordallo, Eça e Ramalho tomaram o evento particular da passagem de D. Pedro II para elencar tais problemáticas.

A viagem do Imperador ganhou tamanho significado a ponto de se constituir como eixo central das duas obras em questão na medida em que permitiu questionar a própria realidade portuguesa. Tal funcionalidade foi formada não apenas pelo momento em que o monarca chegou ao continente, um mês após o encerramento das Conferências do Casino, mas por possibilitar a abordagem de questões que, para esses autores, eram centrais em relação à problematização da situação em que Portugal se encontraria. Antes e durante sua estada, D. Pedro II mobilizou membros da administração pública, artistas e literatos portugueses na elaboração de sua recepção, além de passar por algumas das principais instituições portuguesas dedicadas ao ensino, exposição e desenvolvimento das ciências e das artes. Tais eventos se constituíram em uma oportunidade para expor o que seriam as contradições entre o país que as festividades pretenderam apresentar e o real estado de decadência que se abateria sobre a nação.

Muitos dos eventos envolvidos na passagem do Imperador por Portugal e demais países da Europa tornaram-se a base sobre as quais os autores questionaram a condição de seu país. A passagem do monarca pela Universidade de Coimbra e outras instituições, seus encontros com personalidades da literatura portuguesa, como Antônio Feliciano de Castilho, assim como governantes de sistemas monárquicos e republicanos, foram caminhos encontrados pelos intelectuais para problematizar a forma como a política, a educação, a literatura, as relações entre Estado e Igreja, a produção do conhecimento científico, dentre tantos outros aspectos, eram conduzidos em Portugal.

As representações sobre D. Pedro II foram uma chave na construção da reflexão pretendida pelos autores. A análise sobre os sentidos da imagem do “monarca-cidadão” permitiu aos intelectuais refletir sobre o poder, a moral dos governantes, da construção de suas imagens e a forma como se relacionavam com a sociedade, colocando em pauta pontos centrais das organizações sociais. Questionar as possíveis contradições existentes em tal composição era questionar as práticas da própria monarquia constitucional portuguesa e apontar as incoerências que, em suas concepções, ela apresentaria. Da mesma forma, pensar a

relação entre o Imperador e o conhecimento era problematizar a maneira como a produção do saber científico e literário vinha sendo realizada em Portugal. A figura do Imperador, personagem principal de ambas as narrativas, foi, portanto, um caminho, e não um fim, para pôr em pauta questões que estes intelectuais consideravam nevrálgicas no ato de pensar Portugal.

A constatação dos usos da viagem do Imperador na problematização sobre Portugal está, entretanto, conectada diretamente a um aspecto basilar na produção destas narrativas e, de forma ampla, às interpretações acerca da identidade portuguesa. Empregar a viagem de um monarca brasileiro na reflexão sobre a sociedade portuguesa pressupõe a existência, na interpretação dos autores, de uma relação entre os dois países que se daria em vários níveis. Por mais clara que tal conclusão possa parecer devido às inerentes conexões entre as histórias de ambas as nações, a compreensão dos níveis em que se estabeleceram estas conexões tornou-se fundamental para a elucidação dos sentidos das narrativas e da cosmovisão em que se dava a leitura sobre a identidade portuguesa por parte destes intelectuais.

Pensadas em articulação à problemática da decadência portuguesa, as conexões presentes nas narrativas parecem convergir para uma percepção marcada predominantemente por um alinhamento entre Portugal e Brasil, que orbitaria sobre as várias conexões referentes ao passado destes países. As relações apontadas entre estas nações vão de aspectos ligados às estruturas políticas a elementos culturais, que acabariam por delinear uma situação equivalente entre portugueses e brasileiros dentro da concepção linear e universalista de temporalidade percebida nas obras destes indivíduos.

Para muitos intelectuais ligados à “geração de 70”, os problemas enfrentados por Portugal teriam sua origem em um recorte temporal de décadas ou séculos de práticas viciosas na história portuguesa, que coincidiria, por sua vez, com o período em que o país manteve sob controle e influência sua colônia americana, que posteriormente se tornou o Brasil. Neste sentido, os autores observavam no Brasil muitos dos problemas que se abateriam sobre a sociedade portuguesa, oriundos da colonização e influência de Portugal, o que permitiu a eles realizar vários apontamentos e relações à partir da visita do Imperador. A própria figura de D. Pedro II era exponencial neste sentido, pertencente à mesma família que governava Portugal há três séculos, no período apontado por intelectuais como Antero de Quental em que teria se dado o declínio de Portugal.

Da mesma forma, a presença de relações entre aspectos culturais de ambas as nações foi marcante nas obras. As conexões apontadas oscilavam de hábitos alimentares à sobreposição de simbologias ligadas aos dois países, compondo um complexo quadro de

conexões políticas e socioculturais. Tal aproximação fica mais evidente com os trechos dedicados ao “brasileiro” em *As Farpas*, onde Eça deixou clara a ideia da semelhança entre portugueses e brasileiros, elencando algumas características que se apresentariam nos dois povos com algumas especificidades. O único momento em que houve uma clara tentativa de distanciamento entre as identidades portuguesa e brasileira foi no trecho referente à língua portuguesa presente em *As Farpas*, cuja autoria não pôde ser identificada.

A presença destes traços reforça a percepção sobre a existência de um processo de demarcação cultural entre os dois países, que ocorria tanto no Brasil quanto em Portugal na delimitação das identidades nacionais em ambos. São estes laços, fundamentados em uma origem comum aos dois países e presentes nas concepções de Bordallo, Eça e Ramalho, que embasaram a utilização da viagem de D. Pedro II na reflexão sobre a sociedade portuguesa e as diversas conexões estabelecidas entre Portugal e Brasil nas obras.

O uso de aspectos relacionados ao Brasil na reflexão sobre Portugal demonstrou que a referência para a definição da identidade nacional portuguesa por parte dos intelectuais ligados à “geração de 70” e, especificamente, dos autores em questão, não se dava apenas a partir dos países considerados à frente do processo de desenvolvimento das nações, mas também dos que estariam em um semelhante estado de estagnação ou decadência.

Mais do que envolver as conclusões realizadas após a presente pesquisa, a perspectiva relacional percebida nas leituras destes intelectuais se constitui em um ponto fundamental para a reflexão acerca do processo de elaboração das narrativas construtoras das identidades nacionais no século XIX e, especificamente, dos casos português e brasileiro. Pensar Portugal através de suas relações com o Brasil foi um ato que não se limitou ao início da atuação da “geração de 70” ou às narrativas sobre a viagem do Imperador. Tal aspecto pode ser constatado pela crescente quantidade de estudos acerca das relações entre intelectuais portugueses e sua relação com a sociedade brasileira, quadro no qual este trabalho se insere. O Brasil foi um espelho para a reflexão de Portugal, no qual a viagem do Imperador D. Pedro II se constituiu em um pequeno fragmento de um contínuo processo de demarcação cultural e identitária que se deu em ambos os lados do Atlântico.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### FONTES CONSULTADAS

#### Obras Principais

**APONTAMENTOS DE RAPHAEL BORDALLO PINHEIRO SOBRE A PICARESCA VIAGEM DO IMPERADOR DE RASILB PELA EUROPA.** 2ª Edição. 1872. Disponível em: [www.nonaarte.com.br](http://www.nonaarte.com.br) . Acesso em: 22.09.2008.

**AS FARPAS: Crônica mensal da política, das letras e dos costumes.** Lisboa: Tipografia Universal. Fevereiro de 1872. – Biblioteca Nacional de Portugal - Disponível em: [http://purl.pt/256/2/pp-7311-p\\_1872/pp-7311-p\\_1872\\_item2/pp-7311-p\\_1872\\_PDF/pp-7311-p\\_1872\\_PDF\\_24-C-R0096/pp-7311-p\\_1872\\_0000\\_capa-93\\_t24-C-R0096.pdf](http://purl.pt/256/2/pp-7311-p_1872/pp-7311-p_1872_item2/pp-7311-p_1872_PDF/pp-7311-p_1872_PDF_24-C-R0096/pp-7311-p_1872_0000_capa-93_t24-C-R0096.pdf) . Acesso em: 25.12.2009.

#### Fontes Complementares

**AS FARPAS: Crônica mensal da política, das letras e dos costumes.** Lisboa: Tipografia Universal. Junho de 1871 – Biblioteca Nacional de Portugal - Disponível em: [http://purl.pt/256/2/pp-7311-p\\_1871/pp-7311-p\\_1871\\_item2/pp-7311-p\\_1871\\_PDF/pp-7311-p\\_1871\\_PDF\\_24-C-R0096/pp-7311-p\\_1871\\_0000\\_capa-98\\_t24-C-R0096.pdf](http://purl.pt/256/2/pp-7311-p_1871/pp-7311-p_1871_item2/pp-7311-p_1871_PDF/pp-7311-p_1871_PDF_24-C-R0096/pp-7311-p_1871_0000_capa-98_t24-C-R0096.pdf) . Acesso em: 23.04.2013.

**A BERLINDA: reproduções d’um álbum humorístico ao correr do lápis.** 7º Página, 1871. Biblioteca Nacional de Portugal - Disponível em: [http://purl.pt/16605/4/res-2174-a\\_PDF/res-2174-a\\_PDF\\_24-C-R0150/res-2174-a\\_0000\\_capa-cap\\_a\\_t24-C-R0150.pdf](http://purl.pt/16605/4/res-2174-a_PDF/res-2174-a_PDF_24-C-R0150/res-2174-a_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf) . Acesso em: 12.07.2012.

GARRET, Almeida. **Portugal na balança da Europa; do que tem sido e do que ora lhe convém ser na nova ordem de coisas do mundo civilizado.** Londres: S.W.Sustenance, 1830. – Biblioteca Nacional de Portugal - Disponível em: [http://purl.pt/3/2/res-341-p\\_PDF/res-341-p\\_PDF\\_24-C-R0150/res-341-p\\_0000\\_1-362\\_t24-C-R0150.pdf](http://purl.pt/3/2/res-341-p_PDF/res-341-p_PDF_24-C-R0150/res-341-p_0000_1-362_t24-C-R0150.pdf) . Acesso em: 04.11.2012.

QUENTAL, Antero de. **Odes Modernas.** Coimbra: Imprensa da Universidade, 1865 – Disponível em: [http://books.google.com.br/books?id=mUMuAAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](http://books.google.com.br/books?id=mUMuAAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false) . Acesso em: 07.12.2012.

CASTRO, Augusto Mendes Simões de. REAL, José Alberto Corte. ROCHA, Manuel Antônio da Silva. **Viagem dos Imperadores do Brasil em Portugal**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1872. Disponível em:

<http://www.archive.org/stream/viagemdosimperad00cortiala#page/n1/mode/2up> Acesso em: 03.09.2011

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria do Céu Garcia dos Reis Loureiro. **Um tempo sobre outros tempos: o processo de escolarização no Concelho de Mafra – Anos de 1772 a 1896**. Dissertação apresentada ao Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho. Braga: 2003.

BAUMER, Franklin. **O pensamento europeu moderno**. Vol.1. Lisboa: Edições 70, 1990.

BERGSON, Henri. **O riso: ensaio sobre a significação do cômico**. 2º Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983

BHABHA, Homi. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CATROGA, Fernando; MENDES, José Amado; TORGAL, Luís Reis. **História da história de Portugal. Séculos XIX-XX**. Vol.1. A história através da História. Lisboa: Temas e Debates, 1998.

CATROGA, Fernando. **Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo (EUA, França e Portugal)**. Fortaleza: NUDOC-UFC, 2005.

\_\_\_\_\_. **Os passos do homem como restolho do tempo – memória e fim do fim da história**. Coimbra: Edições ALMEDINA, 2009

CÉZAR, Guilhermino. **O “brasileiro” na ficção portuguesa. O direito e o avesso de uma personagem-tipo**. Lisboa: Parceria A.M.Pereira LTDA 1969

DUTRA, Rogéria Campos de Almeida. Cozinha e identidade Nacional: notas sobre a culinária na formação da cultura brasileira segundo Gilberto Freyre e Luís da Câmara Cascudo. **Anais do Seminário Gastronomia em Gilberto Freyre**. Fundação Gilberto Freyre. Recife: 2003. pp. 31-36.

FERREIRA, Alberto; MARINHO, Maria José. **A questão coimbrã (Bom senso e Bom gosto)**. Coleção Textos Literários. Lisboa: Editoria Comunicações, 1988

FRANÇA, José Augusto. **Rafael Bordalo Pinheiro: o português tal e qual**. 2º Ed. Lisboa: Livraria Bertrand, 1982

GAUER, Ruth Maria Chittó. **A modernidade portuguesa e a reforma pombalina de 1772**. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.

\_\_\_\_\_. Interrogando o limite entre historicidade e identidade. IN: GAUER, Ruth M. Chittó (org.). **A qualidade do tempo: para além das aparências históricas**. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2004

HERCULANO, Alexandre. **O bobo**. Porto: Porto Editora, s/d.

HOMEM, Amadeu Carvalho. **Do romantismo ao realismo**. Temas da cultura portuguesa (Século XIX). Porto: Fund. Eng. Antônio de Almeida, 2005

\_\_\_\_\_. Riso e poder: uma abordagem teórica da caricatura política. **Revista de História da Ideias**. Vol.28. 2007. pp. 739-763

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto;Ed. PUC-RIO, 2006

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5º Ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003

LOURENÇO, Eduardo. **Portugal como destino seguido de mitologia da saudade**. Lisboa: Gradiva, 1999

MARGATO, Isabel. **Tiranias da modernidade**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2008

MATOS, Sérgio Campos. História e identidade nacional. A formação de Portugal na historiografia contemporânea. **Lusotopie**. 2002

MOREIRA, Maria Eunice. Nossos homens em Lisboa: a literatura portuguesa em fontes portuguesas no séc.XIX. IN: **Letras de Hoje**. Vol. 39. Nº. 2. Porto Alegre: jun/2004. p. 25.

\_\_\_\_\_. Relações ambíguas: a recepção dos românticos brasileiros pela crítica portuguesa do século XIX. In: **Trice Versa. Revista do Centro Ítalo-luso-brasileiro de estudos linguísticos e culturais**. V.1, Nº.1 Assis: maio-out, 2007. p.41.

NOGUEIRA, Sandra. Da banca da matança aos enchidos: a festa e os rituais de transformação do porco em alimento. **Mneme: revista de humanidades**. Vol.4, N.9. Caicó: fev-mar de 2004.

ORTIGÃO, Ramalho. **As Farpas: o país e a sociedade portuguesa**. Tomo IX. Lisboa: Livraria Clássica Editora A.M. Teixeira & Cia, 1944.

PAREDES, Marçal de Menezes. A assunção escalar da nação: historicidade e fronteiras culturais no percurso luso-brasileiro. IN: \_\_\_\_\_ (org.). **Portugal, Brasil, África: história, identidades e fronteiras**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

\_\_\_\_\_. **Fronteiras culturais luso-brasileiras: demarcações da história e escalas identitárias (1870-1910)**. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de História e Teoria das Ideias da Universidade de Coimbra. Coimbra: 2007.



PIRES, Antônio Machado. **A ideia de decadência na geração de 70**. 2º Ed. Lisboa: Vega, 1992

PRESCOTT, Vera Lúcia dos Santos Rocha. **A decadência nacional de fim-de-século. Estudo sobre Guerra Junqueiro**. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: 2009

QUEIROZ, Eça de. **Uma campanha alegre de “As Farpas”**. Lisboa: Livros do Brasil, 1980(?)

QUENTAL, Antero de. **Causas da decadência dos povos peninsulares**. 8º Ed. Lisboa: Ulmeiro, 2001

RIBEIRO, Maria Aparecida. Construindo o “Brasileiro: contornos do imigrante português no Brasil de 800. **Revista de História das Ideias**. Vol.28 – Portugal. Coimbra: 2007. pp.623-648.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador: D.Pedro II, um monarca nos trópicos**. 1ªEd. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVEIRA, Éder. **Tupi or not tupi: nação e nacionalidade em José de Alencar e Oswald de Andrade**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2009

TORGAL, José Luís. Quid Petis? Os “doutoramentos” na Universidade de Coimbra. **Revista de Histórias das Ideias**. Vol.15 – Rituais e Cerimônias. Coimbra: 1993. pp.177-316

TUTIKIAN, Jane. A identidade pelo avesso. **Navegações: Revista de cultura e literaturas de língua portuguesa**. Vol.2. N.2. Porto Alegre: EdiPUCRS, jul/dez. 2009. pp.136-140.

VICENTE, Alonso Zamora. **Qué es La novela picaresca**. Buenos Aires: Editorial Columba, 1962.

ZINK, Rui. Da bondade dos estereótipos. In: LUSTOSA, Isabel (org.) **Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011

ANEXO I – APONTAMENTOS DE RAPHAEL BORDALLO PINHEIRO SOBRE A  
 PICARESCA VIAGEM DO IMPERADOR DE BRASIL PELA EUROPA – 1872, 2º  
 EDIÇÃO





Razil é uma nação florescente que se governa a si propria, mas que tem a condescendencia de pagar a um Imperador, para que este a bem da administração publica, das finanças e do publico desenvolvimento do paiz, estude hebraico e outras linguas mortas.

Um dia S. M. o Imperador do Razil presente que o seu povo começa a seccar-se com elle e elle com o seu povo. Resolve então viajar.

Além de que, alimentado em Razil, desde a infancia pelo Manual Encyclopedico do sr. Mouteverde (173 edições) adquiriu o vicio inveterado de fallar ao mesmo tempo de tudo o que existe. Ora os seus subditos, pessoas acanhadas e magras, só fallam das coisas que sabem, o que o obriga a uma abstinencia que manifestamente lhe perturba as digestões.

Resolve pois procurar pelo mundo:

- 1.º — Povos que o achem bem;
- 2.º — Sabios que lhe digam coisas.

E parte, mascarado de Imperador-democrata, que é como quem diz: chocos-frescos, preto-branco ou piano-forte.



Mette então n'uma mailla cosmeticos proprios para a caracterisação de tal typo, algumas calças com fundilhos, pouca roupa branca, e guias que o ensinam a pedir os decilitros, as liras e os sabios necessarios a sua democratica e encyclopedica alimentação. — Deverão tambem elles ensinar-lhe como em vario idioma se dá vivas á liberdade, á igualdade e á outra coisa: — porque elle intenta voltar á sua terra tão popular, que se lhe possa impingir como a melhor das republicas.

Deixa assim regente a Princesa Zuzu-Bibi-Toto-Fredegundes-Cunegundes etc. (Vide almanach de Gotta) e n'uma prudente lei sobre a escravida estatue que:

Artigo 1.º Ficam livres todos os que ainda não nasceram no Imperio do Razil.

O que alegra medianamente os futuros paes.



Então passa 7 mezes e 7 noites a decorar o catalogo de Ha-chette, de Michel Levy, de Verboeckhoven, de Brockhaus e estes e aquelles, o Diccionario da conversação, etc., relendo sempre o seu Monteverde;



depois do que, jurando nunca deixar a mala, onde leva as pitugas e as quinzenas democráticas,



parte do chale manta, chapéu baixo, chapelieira, mala, chinéllas do tapete e dezeseis mil e duzentos réis (fracos) por entre as lagrimmas e a transpiração dos seus fieis vassallos. (O Razilb é um paiz quente.)



A primeira terra onde aportam, — ella e a mala — é o Valle de Andorra Junior, paiz onde a democracia e as laranjas são originarias da China.



Ahi S. M. é considerado levemente infecto e posto de quarentena o que decerto facilita a admiração dos que o querem ver.



O Imperador, porém, afim de se subtrahir a uma justa ovação, declara que ó sim-plesmente o Pedro da Pampulha;



o que e usa o maior pasmo aos descendentes dos descobri-dores das Berlingas.



Então Valle de Andorra Junior desata-se em philarmonicas para saudar o Imperador democrata.

As 9 horas da manhã S. M. o illustre Pedro da Pampulha, sente appetite de popularidade e recebe a 1.ª philarmonica: Hymnos.



As 10 horas o dito da sobredita, dá um bocado aos sabios, recebendo o grande poeta Echo de Ovidio e o menino Juju: Lóas.

As 12 horas, segunda philarmonica: polkas e hymnos.



A 1 hora, como a saude de S. M. preside-se de sabios, é recebido um celebre ex-grande professor de arabe, e ex-não-me-nor professor de litteratura: anecdotas e inscripções.



As 2 horas, terceira philarmonica: contradanças e hymnos.



As 3 horas, é novamente recebido o grande Echo de Anacreonte e Juju menino: trovas e maledicencia.



As 4 horas, quarta philarmonica: sol-e-dó e ... hymnos.



As 5 horas, é recebido o celebre hebraista Sara H: psalmos e lanflicior.

As 5 horas, as philarmônicas executam juntas a grande symphonia Hympolnokawalnarsachasolcontradodança.

Como porém S. M. tivesse para ver o mundo, para se instruir, para o exame dos monumentos, dos museus, das collecções, para se popularisar, para comer feijão com couves, etc., apenas 5 dias e dezesseis mil e duzentos réis, apressa-se em partir, encarregando o seu ministro de encarregar o seu consal (pas de Colombo in-8.º) de encarregar o sr. Fô (capitalista) de entregar dezoito vintens ao domno do hotel onde S. M., a sua mala e a sua comitiva residiram.



Posto o que, embarca popularmente n'um catralo e desembarca na capital de Valle de Andorra Junior,

onde, sabidos os instintos democraticos de S. M., se resolve em conselho de estado que o presidente de ministros lhe offereça vinhos e licores, o ministro da justiça doces, e a sombra do ministro da guerra (que então geria os negocios) uns ovos cozidos;

o que o Grande Imperador, que tinha 8 dias e dezesseis mil e duzentos réis, não acceptou por não saber se é gratis,



Incetando entretanto com alguns sabios illustres uma partida de Petisca.

E visto os seus sentimentos democraticos, em vez de partir rasou-se.

Chega então á tetrica Allemanha (V. de Castilho) — com a mala — onde a popularidade o levou a desprezar a Frauça,



é á França, onde pela mesma nobre aspiração mostrou desprezar a Allemanha: o que ás gasetas do Bazilh pareceu generoso, bonito e louvavel.

Então faminto percorreu de chale-manta as sociedades scientificas. Na geologia descobriu cheio de sympathia o papagaio prehistorico.

Na de bellas-arts descobriu cheio de amabilidade o papagaio (decazado) de Milo.



No Instituto de França tratou profundamente dos papagaios em geral.

S. M. o Grande Pedro mostrou sobre estes variadíssimos assumptos variados conhecimentos, dizendo coisas populares.

Depois etc. o etc., elle etc., sentando-se sempre democraticamente no meio, bem no meio, o mais no meio possível dos sabios.



Depois para se popularisar S. M. ensaia no Mabilie um modesto can-can.



Ao desembarcar em Inglaterra o illustre Pedro pede *roast-beaf*, pudim de cobo e um sabão arabeita.



N'essa noite vai ao theatro Covent-Garden, onde observando-lhe que só se entra de casaca



elle declara ser o Imperador de Kazib; em resultado do que querem conduzi-lo aos camarotes reales;



mas dizendo S. M. que é um simples particular, lhe declaram que tem de vestir casaca.



Todavia insistindo de novo ser o imperador, insistem em abrir os camarotes reales.



E como diga ainda ser um particular, é chamado um policia e varios empregados que expulsam popularmente S. M.



E como este longo dialogo se passou na rua o Grande Imperador retira-se constipado... como um simples particular.



Em Roma o Grande Pedro resolve familiarmente a questão do poder temporal, as differenças politicas da curia e do rei de Italia, as desintelligencias sobre o dogma, e outros; S. M. tem sobre a questão religiosa a seguinte profunda opinião: «Que é uma caturrice».



E com a mala vê a Italia, a Grecia, o Egypto, a Palestina, a Asia maior, a menor, e outras, com a mesma se-



gurança, rapidez e democracia com que passou na Europa por todas as sciencias, instituições e outras.



E em attitudes populares percorre os museus de

Na cavalletra Espanha (Vid. ar. V. de Castilho, Os poemas do «Diario de Noticias») o cavalheiro Pedro — com a mala — adopta os costumes nacionaes.



bellas-artes, de archeologia, de ciencias, etc.



que elle fica conhecendo como os seus dedos;



perseguido por concertos, representações e cantatas cheias de castanhetas e de intenções officiaes, S. M. se recusa.



Na primeira cidade do Valle de Andorra Junior varios dignitarios esperam tremulos do entusiasmo bocejando hurrahs e fuzos a chegada do Grande Imperador do Brazil.



Abramos um parenthesis para contar dos preparativos para as festas que ahi se fizeram:  
O paiz mascarou-se: Conscio do seu pulhismo evitou apparecer tal como é.



Mudou-se tudo.



Para lisongear o eloquente viajante deu-se ás estatuas nacionaes um aspecto duplamente symbolico.



Então o illustre inspector da academia das bellas-artes do Valle de Andorra Junior projectou uma exposição de pintores, tão completa que figurassem n'ella mesmo os que nunca existiram.



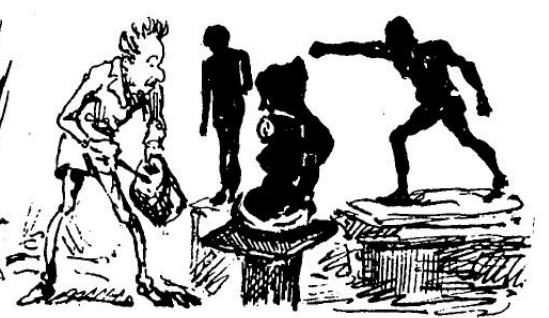
Alguns grandes artistas saem do tumulto para esse fim. Mas como a arte em Valle de Andorra Junior vive á custa de cuidados e estufas, o mau tempo impede a exposiçào: Ulysses e o Jan, Eneas e Anchises, D. João de Portugal, Salvador Rosa e uma panella, o Cardeal, etc., e outros assumptos, recolhem a suas casas tranzidos e sem veraluz.



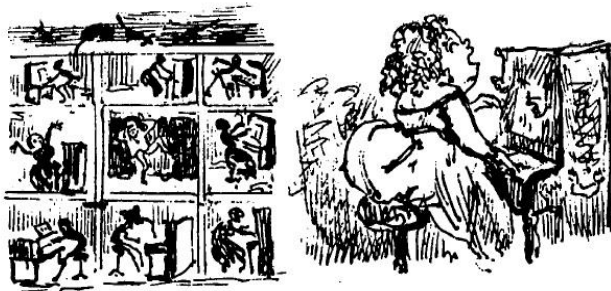
O inspector da academia achando que na arte andorrãna ha um pintor de mais e outro de menos, escreve, para offerrecer a S. M., uma memoria em que falla de Vasco, auctor de artigos violentos no Diario Popular, e de Christino, pintor revtico da idade média.



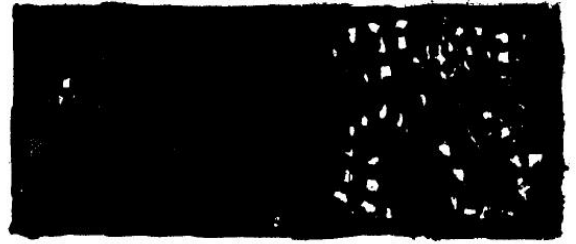
Como porém a chuva continuasse e não podesse haver a exposiçào



deu-se ao museu de esculptura um aspecto que lisongesse o illustre visitante.



No entanto nas casas da baixa damas gordas e cavalheiros pallidos produzem para uso particular do Imperador polkas e fados.



E nas illuminações que se projectam descobrem-se fórmulas de pyramides inteiramente novas.



No frontão do theatro nacional o grande Vicente atavia-se de um modo lisongeiro a S. M. de Razilb.



Na associação de agricultura, creada com o fim expresso de quatro directores jogarém o whist, ensaia-se uma sessão com multos discursos, muita concorrência, muita animação, estudos praticos e coros pastoris.



E na academia das sciencias, onde nem sequer se joga o whist, distribuem-se lições aos socios para fingir que se trabalha.

O sr. presidente põe uma carapuça no sabio conselheiro hellenista por não saber declinar Razilb em grego.

O sr. presidente — Mentuo Echo, diga já quem é Shakespare?

O grande poeta Echo — (chorando) Não sou eu!

O sr. presidente — Quem é Virgilio?

O grande poeta Echo — (solicitando) Não torno mais!

Os demais academicos encetam em côro os seus discursos.

O illustre Bibliographo de Valle de Andorra ensaia-se n'uma aria de assobio.

A porta os correspondentes fercejam, cheios de odes, para serem admitidos.





Finalmente o grande imperador chega mais popular do que nunca: vê-se n'elle a democratica chinella, o democratico remendo, o democratico chale manta — e a mala.

Chega assim a uma cidade de Valle de Andorra Junior, especie de Troia onde seu pae se vira grego e onde seu tio não conseguira chegar a cavallô do pau. Abi évita, com democracia e com a mala, os festejos e os arcos de papelão e caminha em carro de bois pelos becos invictos.



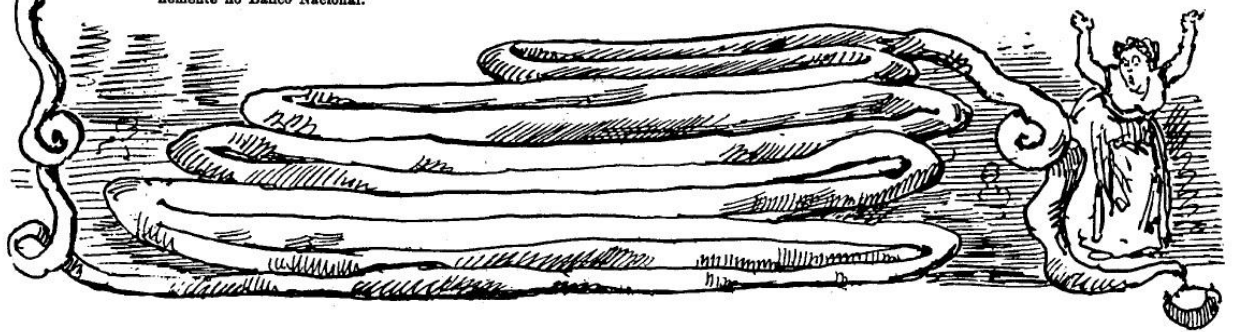
Depois do que, vestido á moda do paiz, com o seu ministro e o seu consul (Colombo in-8.º), se lança n'um baile dado em sua honra, de tamancos—nas walsas voluptuosas.

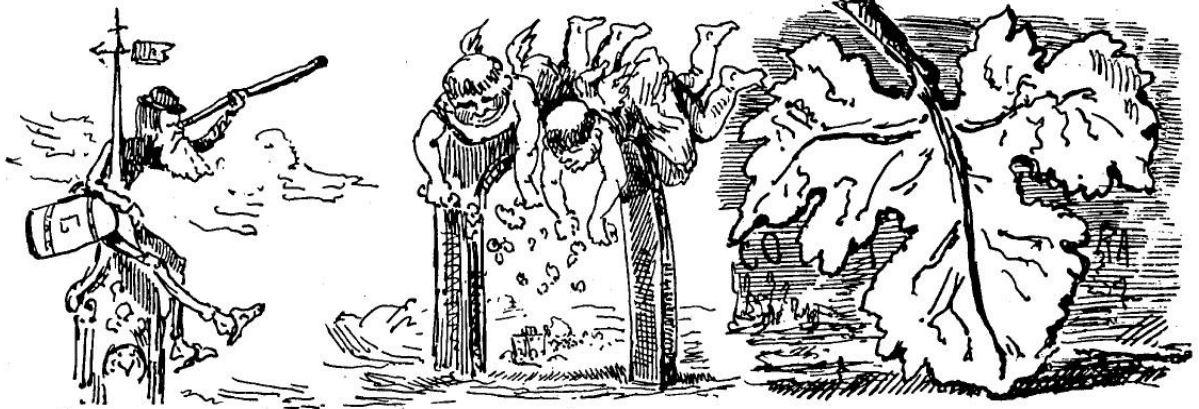
Emfim, como n'essa cidade não ha sabios, S. M. pede tripa, comida nacional, de que consome para se popularisar quantidades fabulosas,

como, porém, o consumo feito em tripa popular fosse



de quatrocentos a quinhentos mil réis, S. M. resolve por economia tornar a entregar a tripa consumida, que em seguida manda depositar solememente no Banco Nacional.

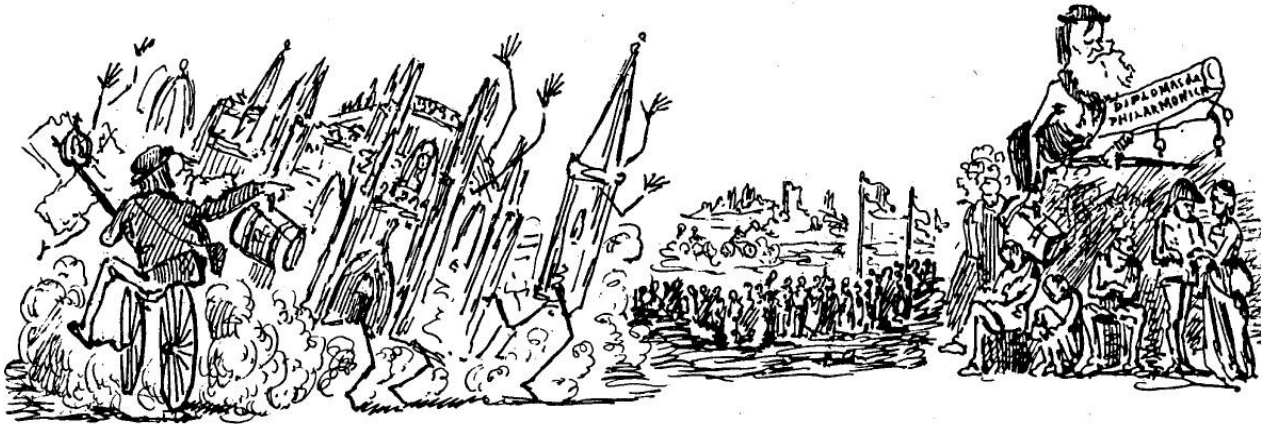




El como tem apenas oito dias e dezesseis mil e duzentos réis para fazer a viagem do mundo, vê de cima d'uma torre Braga por um canudo,

entrando em seguida na parte do país onde os habitantes são catholicos e gordos, por sob arcos d'onde alguns ecclesiasticos com azas e discursos lhe arremegam flores.

Sobre o que se passou na Universidade de Valle de Andorra Junior, corre-se por pudor um espesso veu.



Como S. M. tem visto a correr o mundo, os monumentos do Valle de Andorra tomam elles mesmos o amavel expediente de correr por diante do Imperador democrata, que como se sabe tem só para ver o mundo oito dias e dezesseis mil e duzentos réis fracos.

E por toda a parte em Valle de Andorra Junior como na Europa, as philarmônicas offercem a S. M. diplomas de socio e de caixa de rufo honorario.



El como elle tivesse declarado que era apenas o Pedro da Pampulhá, e este individuo fosse muito popular em Valle de Andorra Junior, aconteceu que confundido-os o publico, se verga respeitoso diante de um, permitindo-se facécias com o outro e vice-versa.



Então S. M. faz a sua entrada popular na capital de Valle de Andorra Junior.

Indo alojjar se na mais popular estalagem, elle que é temo- crata e que teza só dezesseis mil duzentos réis para ver o mundo.



Motivos que o levam no dia seguinte a banhar se le- vemente no chafariz de Fôra e a

comer as populares iscas e a conhecida D. Dobrada.

Faz depois a mais popular das toilette,



e mettendo-se com a sua comitiva n'um trem popular. entra no Paço a visitar El-Rick

salindo á pressa a visitar os incunhos nacionaes (porque tem só oito dias e dezesseis mil e duzentos para ver o mundo.)





Suas Magestades o rei e a rainha e toda a côrte de Valle de Andorra Junior, sabendo os gostos de S. M. o Imperador, visitam-n'os em trajos populares. Os jornas gabaram n'este sentido a gebisse do gabão de El-Rei a do capote e lenço da Rainha, bem como as augustas fraidas dos Principes.

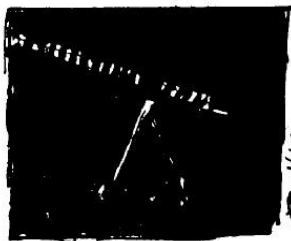
E a academia das Sciencias, mostra-se-lhe no mais popular *deshabillá*.



Sómente os académicos se não atrevem a mostrar-lhe as costas, problema que só resolvem tirando-as.

Enquanto o grande Helenista etc., faz encolhendo os hombros a solemne cortezia a tres tempos que se deve aos Imperadores.

S. M. então, ouve com impaciencia, (elle que tem só oito dias e dezeseis mil e duzentos réis para ver o mundo) os coros ensaiados e encarrega a Academia, pela sua sciencia, pelo seu genio, pela sua historia, pela sua philosophia, de procurar o tumulo de Herodes na Redinha.



Depois passeia pelas illuminações da cidade onde as luzes e as sombras tem proporções desmedidas.



E ao nascer do sol S. M., que tem só oito dias e dezeseis mil e duzentos réis para ver o mundo, visita estreminhado os monumentos.

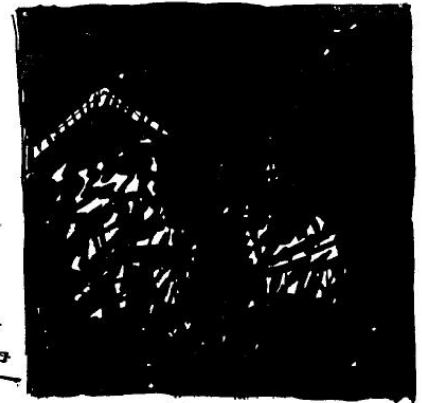


E n'essa tarde elle vae ao peixe frito das hortas e dá uma lição de popularidade a El-Rei de Valle de Andorra que bate um fado complacente.





E depois, lembrando as noites em que á sombra dos coqueiros patrios elle recitára lyricos a «Joven Lilia abandonada» (pelos leitores ha muitos annos) leva chelo de meigos sentimentos ao doce Echo uma folha e uma madeixa (Lembremo-nos que S. M. tem só dezessis mil e duzentos réis para ver o mundo).



Continúa a iluminação.



Tencionando El-Rei de Valle de Andorra Junior dar a S. M. o Imperador uma soirée, este declara que para bem do seu cerebro, coração e outros intestinos, precisa que se convidem litteratos.

El-Rei consulta o ministerio e ficam todos suspensos:



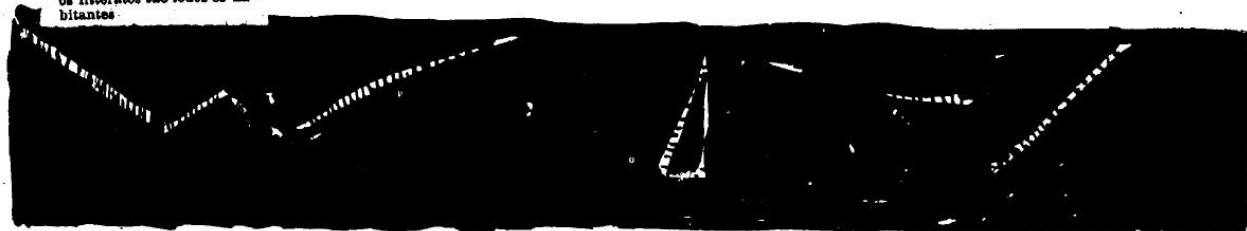
El-rei — Convidarei só os 500:000 mais notaveis! os que são muito notaveis? Convidarei todos os litteratos?... Mas são todos os meus subditos!



Pergunta-se á academia das ciencias quantos são os litteratos. Averigua-se que em Valle de Andorra Junior, os litteratos são todos os habitantes

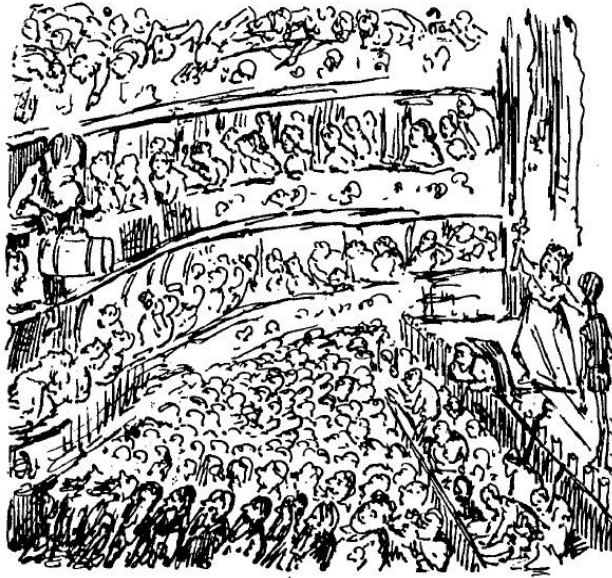
e mais seis

Partem cartos cheios de cartas para Bajouca de Cima, Pico de Regalados, etc.

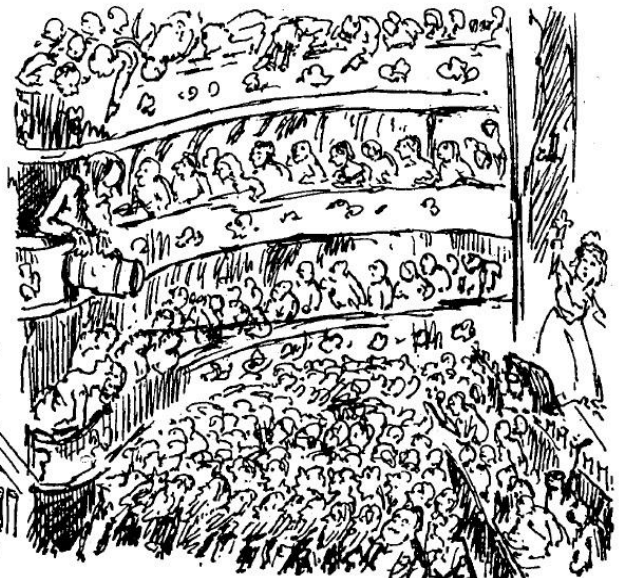


E depois, as illuminações cada vez mais brilhantes.

Theatro de declamação de Valle de Andorra Junior



O Gladiador de Ravenna — Aspecto da sala no 1.º acto.



O Gladiador de Ravenna — Aspecto da sala no 2.º acto.



Meia hora depois de terminada a tragedia o director do theatro vê-se obrigado a prevenir os espectadores de que estando o gaz a gastar-se elle lhes pede que saiam.

S. M. vê enternecido no museu archeologico um burro pre-historico, e frados de pedra.

O director do museu explica ao Imperador como para o sobredito burro, que desenterrou em Chellas, elle tem sido uma segunda mãe.



O grande fabricante da Historia de Valle de Andorra Junior e o grande historiador do azelte idem (auctor do Cavaquinho do Crente) recebe a visita em ceroulas do grande Imperador em chinellos.

Como um despreza a aristocracia e o outro despreza as letras, combinam communicar seus pensamentos em dialecto gallego. O almoço é servido por tres vaqueiros leitros.



Terminam as Illuminações como se vê... ou antes como se não vê.



S. Magestade, depois de jantar no paço real cabeça de porco com grelos, cabeça do porco com feijão branco, e cabeça de porco com cabeça de porco, escuta fazendo a digestão um concerto bom... um bem bom concerto.



E, não querendo accetar os gelados reaes, vai, cheio de sede e de democracia, beber popularmente capilé de cavallinho.



E regressou emfim ás suas terras (elle que tinha oito dias e dezessete mil e duzentos réis para ver o mundo) com 16 moedas. (fracas.

Apontamentos e recordações de viagem do Imperador de Rrazil: fac-simile de uma folha da sua carteira

*Avés di Europa.*

*Fac similes da isquadra di Valle di Andorra Junior*

*Fac similes di Niculau da mulher di Niculau do filho di Niculau i do caso di Niculau.*

*Figurinos di costumes militares di varios povos*

*Costumes nacionais.*

*Folhas di Parras (Para presentes aos litteratos di Rrazil substituindo os pensões)*

*Debe de trina - pesou de linho*

*Telegrama N. 1 Já recebemos Von*

*Telegrama N. 2 Já recebemos Von*

*Charadas.*

1. *Portamnia, Gallias, acanathina, Vesperinas, a Clizia terna de Italos, a tibia de Alemanha, e a todas na piramide*

2. *vais o proovir sondar, Volney melhor nas tacitas minus das idades como no estuar cahoticos das viras sociedades, andante o virando opaculos da sciencia de meinar. Conceito.*

*(2) Hygilifes di Egyptu.*

*(1) onde si lê Hygilifes lei-se Hygilofes (x)*

*(2) Não: onde si lê Hygilofes e melhor não si ler nada.*

*Estuços di notabilidades (do natural)*

*Ocu a vir no Atlantico.*

*deixando pendurada na mão palmeira a espada a vingadora usada.*

*Paulista*

A viagem que fica brevemente descrita, e aquella guerra em que se roubaram os relógios que sabem, são os dois factos mais notaveis do seculo em que vivemos. Assim, os dois maiores vultos que mais admira o mundo não o imperador do Rastib e o outro.



Vós sois, oh! sim, os maiores homens da historia! Vós sois grandes, vós sois immonses!... Mas olhai cá: — Qual de vosses é maiorzinho?